

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

REGINA CELIA DE MATTOS

DESVENDANDO O ÍNTIMO ESPAÇO DA MODA

**ORIENTADORA
PROFA. DRA. ESTER LIMONAD**

**NITERÓI
DEZEMBRO DE 2005**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

M444 Mattos, Regina Célia de
Desvendando o íntimo espaço da moda/Regina Celia de
Mattos. -- Niterói : [s.n.], 2007.
203 f.
Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal
Fluminense, 2005.

1.Relações de produção. 2.Modas. 3.Espaço. 4.Setor
informal. 5.Relação de trabalho. 6.Trabalho informal. 7.Nova
Friburgo (RJ). I.Título

CDD 331.1204298153

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

REGINA CÉLIA DE MATTOS

DESVENDANDO O ÍNTIMO ESPAÇO DA MODA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal Fluminense para obtenção do grau de Doutor em Geografia, sob a orientação do Profa. Dra. Ester Limonad

BANCA: _____

PROFA. DRA. ESTER LIMONAD (ORIENTADORA)

PROF. DR. MIGUEL ÂNGELO RIBEIRO (UERJ)

PROF. DR. FLORIANO JOSÉ GODINHO DE OLIVEIRA (UERJ-SG)

PROF. DR. RUI ERTHAL (UFF)

PROF. DR. RUY MOREIRA (UFF)

NITERÓI
DEZEMBRO DE 2005

*Às Reginas que ficaram no meio do caminho,
estão aqui dentro do peito.*

AGRADECIMENTOS

Não posso começar a descrever este momento sem, primeiro de tudo, agradecer aos meus amigos do Departamento de Geografia da PUC-Rio. Seria impossível sem a responsabilidade, amizade, solidariedade, afeto e cumplicidade de vocês. Não tenho palavras para traduzir o que sinto. Obrigada.

Professora Dr^a Ester Limonad, agradeço muito por ter-me acompanhado nesta jornada. Sua força e perseverança ajudaram-me muito nos momentos difíceis, agravados com os seus telefonemas, é claro. Obrigada, também, pela ajuda e parceria.

Meu amigo e irmão João Rua, não dá! Você me conhece e sabe como devo estar neste momento. Meu reconhecimento vai muito além das circunstâncias, sabemos. Talvez muita coisa não acontecesse se não fosse a sua cumplicidade.

Professor Dr. Ruy Moreira, grata pela sua compreensão. É difícil ter palavras para agradecer atitudes dignas em momentos de grandes dificuldades.

Professor Dr. Rui Erthal, agradecida por contar, novamente, com a sua colaboração para a finalização deste trabalho. Professor Dr. Miguel Ângelo Ribeiro e Professor Dr. Floriano José Godinho de Oliveira, obrigada pela gentileza de aceitarem participar deste momento bastante significativo da minha vida.

Meus amigos, colegas de trabalho não escrevo seus nomes porque nenhum de vocês, nem por ordem alfabética, pode encabeçar o rosário de agradecimentos porque seria injusto com todos. Vocês sabem do quanto nos gostamos, torcemos todos por todos nós. Que bom que estamos juntos.

Edna, querida, como você é a nossa única colega e amiga na Secretaria, posso chamá-la pelo nome para agradecer a sua responsabilidade e dedicação que permitiram, nos sufocos, fazer a nossa rotina continuar. Ainda bem, que à época, o Seu Laís se aposentou!

Pessoal da Secretaria do Departamento de História, mesmo continuando no andar de cima, obrigada pela solidariedade e amizade que só muitos anos de vivência podem construir.

Meus alunos e amigos obrigada pelo companherismo e carinho. Como os meus amigos professores do Departamento aqui, também, não é possível relacionar o nome de nenhum de vocês. Cada um contribuiu para construir o meu caminho. Rapaziada já formada, obrigadão!

Minhas amigas e irmãs Helga e Rosita, ancoradouros de longos anos da minha vida, sem vocês, muitas vezes, não daria para continuar. Obrigada.

Mãe, que travessia longa e difícil, mas juntas!

RESUMO

Acompanhamos, ao longo dos últimos trinta anos, as transformações do sistema metabólico do capital, comumente reconhecidas, como de “crises”. Sua orgânica lógica concentradora e expansionista engendra um contínuo movimento de superação de seus antagonismos, por nós conhecido como, de (re)estruturação, dentre os quais, a adoção de tecnologias informacionais que promovem mudanças nos processos produtivos e de gestão, na divisão social do trabalho e nos padrões locacionais de sua reprodução.

O deslocamento espacial e a descentralização de atividades, particularmente, através da expansão de práticas de terceirização, repercutem nas condições e organização do mercado de trabalho, na medida em que propicia condições para a expansão de processos de informalidade, alimentando formas de trabalho reconhecidamente precárias, como o trabalho a domicílio. Ao mesmo tempo, vivenciamos a valorização da escala territorial não apenas como recursos materiais, mas como elemento da construção da historicidade local, como a “Terceira Itália”, reconhecida experiência que recoloca formas antigas de trabalho, como o doméstico, familiar, como “novos” espaços produtivos.

Em nosso país, as mudanças tecnológicas e organizacionais ocorrem, mais intensamente, em setores dominados pelo grande capital público ou privado, enquanto que, no conjunto da estrutura produtiva, as mais frequentes estão voltadas para práticas de terceirização, alimentando a permanente precariedade do nosso mercado de trabalho. Relações informais sempre estiveram presentes em nosso processo de acumulação, entretanto, seu conteúdo transfigura-se em sua articulação com o metabolismo do capital.

Tais processos podem ser observados no Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, arranjo produtivo inserido em estratégias voltadas para a escala local, composto por uma expressiva presença do trabalho doméstico, a domicílio. Nossa pesquisa objetiva, portanto, analisar o trabalho a domicílio como elemento estruturador da construção desse espaço produtivo, no bairro de Olaria, do município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, considerado um dos maiores produtores do país.

Palavras-chave: espaços produtivos, pequenas empresas, relações de trabalho informais, Nova Friburgo.

ABSTRACT

Throughout the last thirty years we have been facing changes in the financial system known and defined as crises. This logic keeps a continuous movement of (re)structure which adopts technologies that allow changes to take place in both production and management areas influencing the social and work divisions and organization per area.

The spatial movement and the decentralization of activities due to the expansion of outsourcing dictate the conditions and the organization of the growth of informal jobs, which are most of the times precarious such as the home-made productions. In contrast we can observe "The third Italy" which uses old job associations like familiar and home – made productions as a "new" productive route to be followed not only as a financial resource but also as an element of the local history implementation.

In Brazil technological and organizational changes happen in the private and public sectors mainly and mostly, whereas in the productive network the major changes occur in outsourcing showing clearly how fragile our job market is. Informal job relationships have always been present in our financial world spreading the greedy of the money making monster full of hungry tentacles ready to attack.

The situations described above can be clearly observed in Nova Friburgo in Rio de Janeiro, where the lingerie production is based on home-made materials and the use of such work force feeds the needs of local requirements of workers.

This research aims at analyzing domestic labour as a basic element of the construction of a new productive area in the outskirts of the district of Olaria, Nova Friburgo recognized as one of the biggest productive areas in the whole country.

Key words: productive areas, small enterprises, informal jobs relationships, Nova Friburgo.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	05
RESUMO.....	07
ABSTRACT.....	08
ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICO.....	11
ÍNDICE DE MAPAS E FOTOS.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – TERCIARIZAÇÃO, TERCEIRIZAÇÃO E TRABALHO A DOMICÍLIO..	23
1.1 – Terciarização.....	23
1.2 – Terceirização.....	31
1.3 – O trabalho a domicílio: velhas e novas roupagens	38
CAPÍTULO 2 – O ESPAÇO E AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	59
2.1 – A reorganização dos espaços produtivos.....	60
2.1.1 – O taylorismo-fordista.....	63
2.1.2 – Acumulação flexível ou flexibilização da produção....	66
2.1.2.1 - Os distritos industriais.....	70
2.1.2.2 - Outras experiências de industrialização localizada.....	77
CAPÍTULO 3 – REPENSANDO O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	83
3.1 – Refletindo sobre o espaço e o seu uso.....	92
3.2 – A organização do espaço industrial brasileiro e as repercussões das recentes transformações da contemporaneidade do capitalismo.....	101

CAPÍTULO 4 – O PÓLO DE MODA ÍNTIMA DE NOVA FRIBURGO E REGIÃO E O TRABALHO A DOMICÍLIO, FORMA-CONTEÚDO DO CAPITAL.....	128
4.1 – Reconhecendo o Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região.....	128
4.1.1 – O projeto “Desenvolvimento do Cluster de Moda Íntima da Região Centro-Norte Fluminense”.....	130
4.1.2 – O projeto “Dinâmica da Inovação na Indústria Têxtil e de Confecções de Nova Friburgo.....	135
4.1.3 – O Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região.....	137
CAPÍTULO 5 – O ÍNTIMO ESPAÇO DA MODA.....	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	192
REFERÊNCIAS.....	199

ÍNDICE I – TABELAS E GRÁFICO

TABELAS

Tabela 01: Critérios de classificação de micro, pequenas e médias empresas, de acordo com a receita bruta e números de empregados.....	109
Tabela 02: Brasil – Distribuição percentual do número de micro e pequenas empresas formais, por porte e setor – 1996-2002.....	111
Tabela 03: Brasil - Distribuição percentual das pessoas ocupadas, por porte de empresa e setor de atividade – 1996-2002.....	113
Tabela 04: Brasil – Distribuição percentual dos salários e rendimentos médios anuais, por porte de empresas e setor de atividade – 1996-2002.....	114
Tabela 05: Brasil – Variação percentual no número de empresas, pessoas ocupadas e massa de salários e rendimentos pagos, por porte de empresas – 2002 – 1996.....	116
Tabela 06: Empresas do setor informal, por número de pessoas ocupadas, segundo o tipo de empresa – Brasil 2003.....	121
Tabela 07: Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por posição na ocupação, segundo os sexos. Brasil – 2003.....	122
Tabela 08: Empresas do setor informal, por posição na ocupação e sexo dos proprietários, segundo o motivo que os levou a iniciar o negócio – Brasil 2003.....	123
Tabela 09: Empresas do setor informal, por tipo de empresa, segundo local de funcionamento – Brasil 2003.....	125
Tabela 10: Características Básicas dos APLs – Rio de Janeiro.....	142
Tabela 11: Distribuição do programa ExportaCidade, por Regiões, Estados e Cidades, 2005.....	150
Tabela 12: Empresas recenseadas de acordo com a formalidade, pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, 2003.....	154
Tabela 13: Tamanho das empresas, segundo o número de empregados, Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, 2003.....	155
Tabela 14: Tempo de vida do maquinário utilizado nas empresas, Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, 2003.....	157
Tabela 15: Percentual do uso de fornecedores pelas empresas, de acordo com a sua localização. Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, 2003.....	158
Tabela 16: Percentual do uso dos canais de comercialização pelas empresas, Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, 2003.....	159
Tabela 17: Percentual do uso de treinamento técnico-profissional e gerencial pelas empresas. Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, 2003.....	161
Tabela 18: Percentuais das formas de procura por criação do <i>desing</i> do produto, Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, 2003 (em %)......	163
Tabela 19: Taxa de participação segundo sexo. Regiões metropolitanas e Distrito Federal – 1998 e 2004.....	173

GRÁFICO

Gráfico 01: Distribuição das empresas por faturamento.....	156
---	-----

ÍNDICE II – MAPAS E FOTOS

MAPAS

- Mapa 01:** Escalas de representação do espaço da moda íntima de Nova Friburgo..... 138
- Mapa 02:** Arranjos produtivos locais e concentrações de atividades no setor Têxtil-Vestuário – Estado do Rio de Janeiro..... 145

FOTOS

- Foto 1** – Exemplo de “empresa-Pólo”..... 177
- Foto 2** – Exemplo de loja sem fábrica?..... 178
- Foto 3** – Exemplo de loja sem/com fábrica?..... 179
- Fotos 4 e 5** – O espaço cotidiano de Olaria..... 180
- Foto 6** – Onde está o trabalho que constrói o arranjo produtivo?..... 181

INTRODUÇÃO

Roberto Romano, professor da UNICAMP, em entrevista concedida à revista VEJA, datada de 16/02/2005, demonstra a sua indignação quando solicitado a opinar sobre a atual proposta de reforma universitária, criticando ferozmente seus princípios fundadores, particularmente, no que se refere à formação de um conselho constituído por professores de fora das próprias instituições com poder de opinar sobre a vida universitária. Em um momento diz ele: *"a reforma tira da universidade o direito ao erro, que é característica básica da ciência. Pesquisa que não tem direito de errar e recomeçar não é pesquisa..."*.

Não concordamos com a palavra erro (que sugere uma compreensão de verdade, de certeza) embora reconheçamos que esses tipos de relatos exijam sempre uma simplificação de idéias e/ou das próprias respostas, de qualquer maneira, recorreremos a Edgar Morin (1996) para expressar o que sentimos em relação ao desenvolvimento de nossa pesquisa: *"O erro está ligado à vida, e, portanto, à morte... A vida comporta inúmeros processos de detecção, de rejeição do erro, e o fato extraordinário é que a vida comporta também processos de utilização do erro, não só para corrigir seus próprios erros, mas também para favorecer o aparecimento da diversidade e a possibilidade de evolução."* (idem:144/145). É esse sentimento que temos com este trabalho: reconhecimento permanente do pensado, do concebido, que, a cada momento, não se representa naquilo que idealizamos. É o que Romano afirma: recomeçar sempre, não a partir do erro, mas do reconhecimento dos limites do que queremos representar. Precisamos escrever essas palavras para que seja melhor compreendida a trajetória deste trabalho.

Nossa hipótese é que, na contemporaneidade do capitalismo, o trabalho a domicílio converteu-se em importante instrumento para a reprodução social e a organização do território. Os nossos objetivos iniciais partiam do pressuposto que o nosso referencial empírico, o espaço da indústria de moda íntima do bairro de Olaria, do município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, se constituía em um arranjo que se aproximava de experiências vividas pelos distritos industriais, como as da chamada Terceira Itália, que tiveram destaque, a partir da chamada crise

fordista-keynesiana, por serem reconhecidos como territórios produtivos que se caracterizam por um conjunto de micros, pequenas e médias empresas envolvidos em uma divisão de trabalho marcada pela cooperação e participação, com a presença de instituições comunitárias com forte representatividade e estreitos vínculos com o mercado através de iniciativas públicas ou privadas, portanto, formas mais flexíveis à segmentação da produção e geradoras de inovações (Gurisati, 1999).

Esse nosso interesse vem desde o período de mestrado, quando fomos apresentados à literatura voltada para a compreensão do papel de antigas formas espaciais, como os distritos industriais da Terceira Itália, França e Alemanha, assim como de novas, como os tecnopólos. Essas representações espaciais apresentam condições mais flexíveis de organização do processo produtivo, segmentado em inúmeras pequenas unidades, com a presença, tanto de valores cognitivos adquiridos pela historicidade do lugar, como os distritos, como por instituições de ensino superior ou de pesquisa que configuram um tecnopólo.

A partir desses novos cenários, indagamos: a organização espacial da indústria de moda íntima faz parte das transformações espaciais decorrentes do atual processo de reestruturação produtiva?

Os trabalhos de campo realizados redirecionaram as nossas expectativas, ao revelar-nos que a lógica organizacional do espaço da indústria de moda íntima é intrínseca às suas origens, isto é, à sua historicidade recente, quando, ao longo dos anos de 1980, tornou-se expediente de sobrevivência de grande parte do operariado dispensado das indústrias locais como a FILÓ e a YPÚ, entre outras, que não resistiram à crise vivida pelo país, naquele momento. Essa constatação eliminou nossos pressupostos de ser o espaço local apropriado pela TRIUMPH S/A para terceirizar a sua produção, uma vez que suas relações de terceirização encontravam-se distribuídas entre três municípios próximos, no estado do Rio de Janeiro: Cordeiro, Cachoeiras de Macacu e Santa Maria Madalena.

A pesquisa bibliográfica referente ao nosso objeto empírico (FGV, REDEIPEA) possibilitou-nos, por sua vez, utilizar bases de dados e identificarmos o que supúnhamos ser o arranjo produtivo, embora limitadamente, na medida em que, as análises desenvolvidas dirigem-se,

exclusivamente, para as empresas formais cadastradas pelo SINDVEST (Sindicato das Empresas de Vestuário), além do fato de encontrarmos dificuldades de acesso de informações junto às empresas. Conseguimos elaborar algumas considerações e à guisa de um melhor esclarecimento, propusemos as seguintes reflexões.

Inicialmente, supúnhamos ser o espaço produtivo da indústria de moda íntima de Nova Friburgo um território, ou seja, um espaço apropriado, dominado e demarcado pelas ações dos agentes que o constituem: a população, as empresas e o poder público. Até aquele momento, interpretamos ser esse território produtivo um arranjo constituído por quatro tipos de empresas formais – micros, pequenas, médias e uma grande empresa – e as informais, sugerindo a conformação de cinco redes: as formais – 1)- micro e pequenas empresas, provavelmente restritas à configuração do arranjo; 2)- empresas médias que se destacam pela maior possibilidade de participação nos mercados nacionais e internacionais e 3)- a grande empresa que parece estabelecer dois níveis de conectividade: 3.1)- com as fábricas terceirizadas em outros municípios e 3.2)- com os fluxos para a produção de sua própria fábrica local. E as redes de fluxos das empresas informais, nossa suposta quinta “rede”.

A indústria de confecções integra a cadeia produtiva têxtil/confecções. Ela demanda matérias-primas e insumos, em grande parte, do próprio setor têxtil, constituindo-se em uma verdadeira “indústria de montagem”, estabelecendo um conjunto de relações que, dependendo do seu porte, extrapolam os limites regionais e nacionais. O arranjo espacial das indústrias de moda íntima é constituído por uma rede de empresas e por uma empresa-rede, um território demarcado pelas práticas desses atores que o hierarquizam e o alongam, constituindo um território reticular (Haesbaert, 2002) de múltiplas escalas.

Segundo a FIRJAN, em 2003, o Pólo de Moda Íntima da Região Centro-Norte Fluminense é responsável por 25% da produção nacional de *lingeries*, dos quais 2,6% destinam-se ao mercado externo. São mais de 800 confecções (é uma estimativa não incluindo as não cadastradas),

gerando mais de 20 mil postos de trabalho, sendo que, 70% delas, concentram-se no município de Nova Friburgo.

As atividades industriais em Nova Friburgo foram iniciativas de imigrantes suíços e alemães nas primeiras décadas do século XX. Um longo aprendizado, isto é, tempos lentos (Santos, 1996:212/213), permitiram que esse espaço cada vez mais configurasse uma marca particular, síntese da hereditariedade de uma identidade marcada predominantemente pelos valores sociais e culturais construídos pelo "milieu". Seu crescimento, junto com as atividades turísticas de veraneio, acentuou-se a partir da década de 1950, através do Programa Federal de Estradas de Rodagem com a pavimentação da estrada que liga o município ao antigo Distrito Federal (hoje município do Rio de Janeiro) e à capital do Estado, a cidade de Niterói (naquele momento). É, entretanto, a partir de 1975, com a construção da Ponte Rio-Niterói e a pavimentação da BR-101 que o município de Nova Friburgo conecta-se, efetivamente, à região metropolitana e ao restante do Estado.

A crise desencadeada no país, a partir de 1980, provocou alterações nos padrões de localização dos investimentos, acompanhando o processo de reestruturação relacionado com as mudanças tecnológicas e organizacionais, promovendo uma descentralização do produto industrial no território nacional, particularmente das grandes metrópoles. As repercussões são profundas na estrutura industrial de Nova Friburgo, fazendo com que empresas emblemáticas como a IPÚ e a FILÓ (comprada pela TRIUMPH S/A), não suportem as pressões, dispensando um grande contingente de trabalhadores. Uma das conseqüências imediatas é a proliferação de pequenas indústrias caseiras de roupas íntimas.

O arranjo produtivo que se organiza em torno dessa indústria ganha veloz crescimento a partir de 1990, acompanhando o ufanismo da "flexibilidade", onde a pequena empresa ganha destaque, devido a sua maior capacidade de diversificação, necessária para atender as rápidas mudanças nos padrões de demanda, cada vez mais segmentada. O espaço da indústria de "moda íntima" de Nova Friburgo é construído majoritariamente por micros e pequenas empresas especializadas em um

setor produtivo, com produção altamente diversificada, produtos de qualidade e mão-de-obra barata.

A expansão do espaço industrial é acompanhada por um rápido processo de transformação do espaço urbano, pois, de fato, a produção de moda íntima tem a sua visibilidade no comércio de seus produtos, portanto, nos sistemas técnicos (Santos,1996) necessários à circulação da produção “invisível”. O crescimento da indústria de moda íntima não é visível na paisagem porque se encontra no interior das casas, nos fundos das lojas, nos galpões. Sua expansão ultrapassa o perímetro urbano, intensificando os fluxos do trabalho e do capital fixo e circulante, promovendo uma gradativa reorganização da estrutura produtiva e social de áreas rurais.

Carneiro e Pereira (2000) pesquisando o crescimento de atividades não agrícolas na área rural do município de Nova Friburgo constataram um aumento do número de estabelecimentos voltados para a confecção doméstica de *lingerie* e as mudanças na lógica da reprodução local, onde, além das atividades agrícolas deixarem de ser a principal fonte de renda, tem se modificado, também, a dinâmica das relações da reprodução familiar.

Essa dinâmica espacial que ocorre no município de Nova Friburgo, a partir da reorganização do espaço produtivo da indústria de moda íntima colocou-nos mais uma indagação: quais as condições que propiciaram esse processo de mudanças na organização espacial de Nova Friburgo, promovendo-o à posição de maior produtor de moda íntima do país?

A Nossa Pesquisa de Campo

Optamos por iniciar os nossos trabalhos através de visitas agendadas com os principais agentes institucionais da Cidade: as representações locais do SEBRAE e da FIRJAN, o Núcleo de Apoio à Micro e Pequena Empresa – NAD - do SENAI, o Sindicato das Indústrias de Vestuário – SINDVEST – e o Sindicato dos Vestuários.

Os resultados foram aquém do esperado, embora tenha contado com a colaboração dos representantes do SEBRAE e da FIRJAN e tenha sido bastante proveitoso o longo encontro com o representante do NAD/SENAI, agente que objetiva disponibilizar produtos e serviços para o atendimento

das necessidades específicas das empresas, em todas as fases do processo produtivo, da distribuição e da comercialização. É uma logística que visa apoiar empresas capazes de atuar mais competitivamente tanto no mercado nacional como internacional, portanto, bastante seletiva, na medida em que mais de 60% das empresas do setor, segundo os relatórios mencionados, fazem parte do universo das empresas informais.

Em 2002, o SINDVEST cadastrou 437 empresas, número bastante expressivo diante das 107 que fizeram parte da pesquisa do projeto do IBRE da Fundação Getúlio Vargas, em 1999. O cadastro não contém informações para sabermos se são micros, pequenas ou grandes empresas mas, contemplam alguns dos nossos objetivos, a sua localização. Constatamos aglomerações tanto no bairro de Conselheiro Paulino como no de Olaria. Percorremos os dois bairros e selecionamos, como área de pesquisa direta, o bairro de Olaria por concentrar 25% do total das empresas do arranjo local.

Foi sempre difícil o contato com as empresas locais devido a “fábrica” não fazer parte da paisagem desse arranjo produtivo, em virtude das ruas que o configuram serem ocupadas por lojas de vendas com sobrados onde se encontram as “fábricas”, estando, portanto, produção e venda acopladas em um só lugar, o que dificulta o contato com a produção. Uma outra situação também existente é que nem toda loja tem a fábrica no mesmo local, pois o que está registrado no SINDVEST é o endereço da loja. E a fábrica, a produção? Onde está?

Ao mesmo tempo, percorrendo as ruas, é constante o barulho das máquinas em inúmeros sobrados e casas, sem letreiros. Só o barulho através das janelas fechadas, indicando que, naquele lugar, também, há uma “fábrica”. Lidamos, portanto, com duas ordens de dificuldades: a aproximação com as empresas informais, já por nós esperada, e também, com as empresas formais, sejam lojas-fábrica ou lojas sem “fábrica”, que parecem não garantir, também, a legalidade de suas relações de trabalho.

O Relatório Final do projeto da Fundação Getulio Vargas indicava que das 107 empresas cadastradas, 75% eram constituídas por micros e pequenas empresas, situação que não se distancia dos dias atuais, diante do reconhecimento da forte presença da informalidade no setor, o que

indica que as iniciativas ali recomendadas, se foram postas em prática, parecem não ter modificado o cenário de dificuldades, até então, apresentado.

Essa foi a opinião de um funcionário graduado da multinacional TRIUMPH S/A, a maior empresa do setor, que lastima a gradativa perda de “entusiasmo” dos agentes envolvidos nas iniciativas para o desenvolvimento do *cluster*, pressupostamente, de um desenvolvimento local. Embora a empresa não participasse diretamente das estratégias propostas, seria beneficiada pelas “economias externas”, segundo afirma. A TRIUMPH S/A foi quem comprou a FILÓ e mantém-se, em Friburgo, com esse nome-fantasia. Em 2003, seu quadro era constituído por 1800 funcionários (já chegou a 3000) e controlava a metade da produção em sua fábrica local, sendo o restante redistribuído pelos municípios de Cachoeiras de Macacu, Cordeiro e Santa Maria Madalena, obedecendo a uma estratégia de redução de custos (mão-de-obra bastante barata), atualmente não tão favorável assim, devido ao aumento dos custos sociais, segundo o mesmo funcionário.

Constatamos, portanto, que a organização do espaço produtivo da indústria de moda íntima de Nova Friburgo é constituída, inicialmente, por três segmentos de empresas formais: micros e pequenas, médias e uma grande empresa, a TRIUMPH S/A, e um outro segmento, o das empresas informais.

Algumas dúvidas, portanto, se colocam: se o espaço produtivo é composto, aparentemente, por três tipos de empresas formais (micros e pequenas, médias e uma grande empresa), como se estabelece a divisão territorial do trabalho? Quais as relações que estabelecem entre si? Estabelecem, em rede, os mesmos fluxos de mercadorias e informação? A condição jurídica das micro e pequenas empresas cadastradas pressupõe a garantia da formalização das relações de trabalho?

Por outro lado, se a produção informal é reconhecida como majoritária, restringe-se às reconhecidas empresas informais? Em que medida, o trabalho informal participa, também, do arranjo das empresas formais? Quais os principais fluxos que articulam as redes formais e informais desse território?

Diante da evidência de não podermos responder grande parte de nossas indagações, devido às dificuldades já apresentadas, e sem nenhuma pretensão esquemática ou reducionista, apenas à guisa de reflexão, sugerimos, à época, como resultados das análises até então aqui desenvolvidas, possíveis contornos do território das indústrias de moda íntima de Nova Friburgo:

um conjunto de empresas formais de menor porte (micros e pequenas), com seus fornecedores, clientes e compradores, supostamente circunscritas aos mercados local/regional;

as empresas de médio porte, segundo as informações obtidas, por demandar insumos e matérias-primas de melhor qualidade (com certeza nem todas), talvez estabeleçam relações com mercados nacionais;

uma rede de fluxos da fábrica local da TRIUMPH S/A que dirige, também, sua produção para o mercado externo e aqueles estabelecidos com os "nós" da sua produção descentralizada, pulverizada entre outros três municípios;

e as empresas informais.

Repensando a pesquisa

Essas preliminares indagações foram fruto de dados secundários e de contatos institucionais que propiciaram construirmos uma representação do nosso espaço "sem sujeitos". Pensávamos que poderíamos, com nossa freqüente presença, estabelecer algum tipo de relação que superasse os impasses encontrados, entretanto, fomos percebendo que só encontraríamos caminhos para respondê-los se compreendêssemos a essência, o conteúdo dessas dificuldades que não se encontra nas formas, isto é, nas empresas sejam elas formais ou informais, mas no seu conteúdo, na sua essência, que é quem limita, impede, bloqueia, mas domina e constrói: o trabalho informal, presente em todo arranjo espacial, particularmente aquele que nos interessa diretamente: o trabalho a domicílio.

É a partir desse momento, que tivemos a clareza dos nossos objetivos: analisar o papel do trabalho a domicílio na construção dos espaços da reprodução familiar e da reprodução da produção da

mercadoria, no bairro de Olaria, um espaço de produção de moda íntima. Para alcançá-los, apresentamos, no CAPÍTULO 1, a retomada dessa forma de trabalho em nossa contemporaneidade, analisando, primeiramente, a importância das atividades terciárias na dinâmica econômica da maior parte dos países, reforçada pelo veloz crescimento da terceirização através do movimento de desverticalização promovido pelas empresas, em decorrência do processo de reestruturação produtiva.

O trabalho a domicílio sempre esteve integrado à (re) produção do capital, mas “à margem”, constituindo uma “válvula de escape” das pressões do exército industrial de reserva. Ao longo do período da produção de massa fordista era considerado formas pretéritas, empecilhos à expansão da lógica técnico-racional da modernização, uma lógica de reprodução societária que analisamos no CAPÍTULO 2. O fordismo-keynesiano é a expressão fenomênica da estrutura metabólica do capital que, uma vez sem controle, “em crise”, diante de seus antagonismos, (re)estrutura-se para dar continuidade ao seu ciclo de expansão.

Esse momento, denominado de pós-fordismo, pós-industrial, sociedade informacional, é a contemporaneidade de sua reprodução, como interpretamos no CAPÍTULO 3. Longe de uma “nova sociedade”, acompanhamos um processo de profundas mudanças nos processos produtivos e formas de gestão, diante de novas tecnologias e crescente busca por diminuição de custos, estilhaçando os compromissos do pacto entre capital e trabalho, ampliando, portanto, o percentual de indivíduos envolvidos em precários mecanismos de sobrevivência.

Nosso país nunca foi “virtuoso”: o pacto entre capital e trabalho ficou restrito àqueles que compunham o reduzido mercado formal tendo, a maior parte da população, de articular mecanismos de sobrevivência, formas de trabalho, na maior parte das vezes, limitantes das necessidades de sua reprodução.

Ao mesmo tempo, a dimensão espacial ganha destaque, não sendo concebida apenas como geradora de recursos naturais, mas, também, como um elemento estruturador da sociedade, emergindo, portanto, práticas sociais, distantes, até então, da racionalidade da acumulação. O território desempenha um papel ativo, pois é nessa escala que se realizam as ações

dos atores, uma lógica própria que os diferencia, portanto, tornando-os competitivos. São essas representações de competências que agregam valor à formas, até então, distintas da lógica da acumulação, como trabalho a domicílio.

No CAPÍTULO 4 analisamos uma das formas de inserção de nosso país nesses cenários produtivos, o nosso objeto espacial, o espaço da moda íntima de Nova Friburgo, agora concebido como Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região. A concepção de Pólo surge no bojo da falência das políticas nacionais, constituindo uma escala convergente de interesses tanto locais como nacionais e mundiais. O objetivo dessas estratégias é tornar esse espaço cada vez mais integrado à lógica de um mercado exigente em qualidade, portanto, impositivo de inovações.

Sendo esse recorte escalar impregnado de práticas domésticas apropriadas pela mercadoria, isto é, o trabalho da casa conjugado com a produção, tornando o trabalho, um elemento de transformação do percebido pelo vivido, do lazer da casa, em trabalho não pago. São essas reflexões que elaboramos em nosso CAPÍTULO 5 tentando revelar a construção dos espaços da reprodução familiar e da produção e que nos levam a fazer algumas considerações finais sobre esse íntimo espaço da moda.

CAPÍTULO 1 - TERCIARIZAÇÃO, TERCEIRIZAÇÃO E TRABALHO A DOMICÍLIO

Neste capítulo objetivamos destacar, inicialmente, o crescente papel do setor de serviços no capitalismo contemporâneo, particularmente, através do processo de terceirização, prática de organização da produção e de gestão que tem expandido formas consideradas antigas e atrasadas, como trabalho a domicílio, mas que são re-criadas sob novos padrões de produção que redefinam as clássicas características de suas territorialidades.

1.1 Terciarização

Com apoio em Kon (1997;1997a) visamos demonstrar ser esse setor, nos países centrais, tradicionalmente constituído por atividades ligadas à expansão das atividades públicas e da própria expansão capitalista, mas que cresce, a partir dos anos de 1970, velozmente em decorrência do processo de reestruturação produtiva que, a partir desse momento, é deflagrado e que tem como uma de suas bases, o processo de terceirização.

Esse processo generalizou-se, em nosso país, a partir de 1990, percorrendo a mesma trajetória da dos países centrais: o aumento do subemprego e do desemprego. Uma fonte de reflexão que utilizamos para a leitura desses novos cenários é o livro "Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho", organizado por Heloísa de Souza Martins e José Ricardo Ramalho que apresenta um conjunto de textos que analisa como essas novas formas de gestão e as mudanças na organização da produção atingem o chamado, por Ricardo Antunes (2000;2000a), "mundo do trabalho".

No Brasil, o setor terciário sempre se apresentou inflado devido à dimensão do setor público em nossa estrutura econômica e aos milhares de indivíduos desprovidos de condições para ingressar no setor produtivo formal, tendo que recorrer a expedientes de trabalho precários, irregulares para sobreviverem, como o trabalho a domicílio. Castells (1973) e Santos (2000)

são nossos referenciais para a análise desse processo típico de países que tiveram seu processo de modernização conduzido pelo seu grau de dependência do capital externo, proporcionando, por consequência, o aprofundamento de uma dualidade pré-existente: um setor denominado de moderno e um de atrasado. Uma leitura crítica a essa razão dualista temos em Oliveira (1975), que demonstra a perfeita articulação das atividades consideradas "atrasadas", por serem de baixa qualificação e informais como o trabalho do ambulante, do lavador de carros ou da costureira, com o processo de acumulação mais geral de nosso país onde grande parte da população é provida do mínimo de suas necessidades básicas.

O crescimento da terciarização tem uma fonte de alimentação que é o processo de terceirização, que, além de aumentar essas antigas e precárias formas de trabalho, dentre as quais o trabalho a domicílio, hoje as transfigura, integrando-as aos novos contextos tecnológicos e mercados nacionais e internacionais. Leitura importante para a compreensão desse processo é a que temos em Lavinias et alli (1998;2000) que analisa o novo significado dessas formas de trabalho, uma vez que assumem uma multiplicidade de padrões de produção e emprego, além de participarem, cada vez mais, de cadeias produtivas internacionalizadas, embora convivam, entretanto, com aquelas tradicionalmente associadas à baixa qualidade de emprego e à feminização.

A noção de setor terciário aparece, historicamente, associada a uma idéia de atividade improdutiva, que estaria ligada ao desenvolvimento de atividades paralelas ao processo de produção. Marx em seu livro capítulo VI Inédito de O Capital (2004) aborda o dialético caráter dos serviços ao assinalar que se estes, usualmente improdutivos, como a jardinagem, estiverem associados ao processo de produção do capital industrial, estes serviços seriam produtivos, por produzirem mais-valia e assim, dualmente, contribuiriam para o processo de reprodução e valorização do capital.

Para Marx (1985:108/109) trabalho produtivo é aquele que diretamente produz mais-valia, serve de instrumento para a *autovalorização* do capital, seja consumido no processo de produção para a valorização do

capital. Afirma, entretanto, que o processo capitalista de produção não é apenas produtor de mercadorias, mas de valores de uso que são consumidos de maneira não produtiva sob a forma de serviços, uma forma particular do uso do trabalho que só aparece na esfera da realização do valor. *"A diferença entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo é importante com respeito à acumulação, já que só a troca por trabalho produtivo constitui condição de reconversão da mais-valia em capital"* (idem:120).

Nos países centrais, a expansão das atividades terciárias, o setor de serviços, acompanhou, como função intermediária ou de apoio, o processo de industrialização ou de modernização do campo. Há mais de 50 anos, Clark (1940 apud Bell, 1973:143/190) dividiu a economia, analiticamente, em três setores: o primário (a agricultura), o secundário (a indústria) e o terciário (comércio e serviços), interpretando um processo no qual conforme os países se industrializassem, seguiriam uma trajetória inevitável: devido aos diferenciais de produtividade, uma maior proporção da força de trabalho estaria alocada no setor industrial e, com o seqüente aumento das rendas nacionais, uma proporção maior se deslocaria para o setor de serviços, configurando uma das principais características de uma sociedade pós-industrial.

Para Pierre George (1979:82), *"A noção de setor terciário, da atividade denominada "terciária", nasceu da necessidade de classificar e definir a contrário atividades provenientes da evolução tecnológica da sociedade industrial"*.

Três conjuntos de explicações clássicas são apresentados por Kon (1997a:05) para justificar o crescimento das atividades terciárias: os diferenciais de produtividade entre o setor industrial e o de serviços, tornando-o lugar de sobrevida do excedente estrutural da produção de bens; a queda da demanda e o declínio do emprego no setor secundário diante do avanço tecnológico e o aumento do setor público frente à expansão da demanda por serviços coletivos. Ao se referenciar em trabalhos de geógrafos, a mesma

autora reconhece que os serviços constituem um fenômeno urbano, estando, portanto, seu crescimento, relacionado ao veloz processo de urbanização.

Entretanto, se as atividades terciárias são um fenômeno urbano resultante do processo de industrialização e modernização, como explicar as elevadas taxas de urbanização, que ocorreram a partir dos anos de 1950, em países ou regiões extremamente pobres e com forte participação da população em atividades agrárias, como a América Latina, por exemplo? Nessa época as taxas de urbanização de alguns países, como o nosso, aproximavam-se àquelas dos países europeus, em pleno desenvolvimento econômico pós-2ª Guerra Mundial.

Castells (1973) analisa o fenômeno urbano na América Latina reconhecendo as especificidades de distintos processos sociais mas, também, uma certa similitude entre eles, diante das relações de dependência forjadas ao longo do processo de constituição da fase mais avançada do capitalismo, o imperialismo. Para ele, o urbano é uma forma de organização espacial resultante de tipos de produção e de relações sociais e políticas que transformam e reordenam as estruturas sócio-espaciais, apresentando a urbanização latino-americana graves conseqüências resultantes dessas mudanças: um acelerado crescimento em curto tempo que tem origem nos fluxos migratórios campo/cidade, propiciando o surgimento de uma massa de indivíduos em precaríssimas condições de sobrevivência diante da impossibilidade de sua absorção produtiva pelos setores urbanos, atividades com cognitividades completamente diferentes daquelas trazidas por essa população e

a formação de um tecido urbano truncado e desarticulado, cuja característica mais surpreendente é a preponderância desproporcionada das grandes aglomerações e em particular a concentração do crescimento urbano em uma grande região metropolitana, que concentra a direção econômica e política do país (idem:14).

Essas grandes aglomerações, grandes concentrações terciárias, (idem:24), configuram dois mundos: um dominado por inúmeras atividades comandadas pela grande indústria, representada pelas firmas multinacionais, o setor moderno das economias dependentes, e um outro constituído por uma

população marginalizada, predominantemente de origem rural que sobrevive de atividades geralmente de serviços como vendedores ambulantes, carregadores, serviços de reparação que influenciam, devido aos níveis baixos de remuneração, as atividades formais da economia urbana (idem:41). À grande parcela da população urbana, portanto, agregam-se os milhares de migrantes sem atividades permanentes, com baixos salários ou pouquíssima renda, constituindo o que Santos (2004:200) denomina de "terciarização", isto é, *"as atividades e as situações de emprego resultantes de uma urbanização sem industrialização"*.

Santos (idem) também afirma que o processo de modernização dos países subdesenvolvidos é comandado pela grande indústria, as multinacionais, e por aparatos tecnológicos que lhes dão sustentação, como a informação, e que o período histórico em que vivemos diferencia-se profundamente dos anteriores diante das mudanças que as novas tecnologias promovem na sociedade e na organização do espaço. A difusão da informação possibilita, com maior velocidade, mudanças de comportamento social e de consumo. À expansão da informação corresponde a do consumo, o que acarreta, para o autor, em concordância com Celso Furtado (idem:37) *"uma deformação da estrutura do consumo, acarretando novas formas de produção e de comércio"*.

As velozes mudanças são acompanhadas tanto pelo crescimento da população subempregada ou desempregada como pela concentração de renda de uma minoria, promovendo profundas diferenças entre as formas de reprodução biológica e social daqueles que podem e os que não podem ter acesso a bens e serviços. De fato, a modernização tecnológica acentua as desigualdades já existentes, exacerbando-a, na configuração do que Santos (2004:38) denomina de os dois circuitos da economia urbana, isto é, um, o superior, sendo o resultado da modernização tecnológica, e, um outro, o inferior, que *"é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas"*.

Para Santos (idem), o processo de urbanização dos países subdesenvolvidos só pode ser compreendido a partir da identificação e análise desses dois circuitos sendo que muitos se dedicaram apenas à compreensão do circuito superior, impossibilitando, assim, de compreender as especificidades desse processo. O autor evidencia a importância da compreensão do circuito inferior no processo de urbanização desses países quando faz a seguinte pergunta para iniciar a sua caracterização (idem:200): "*Circuito inferior ou Setor Terciário?*".

A pergunta se coloca diante da freqüente identificação que a literatura faz, segundo o mesmo autor, do circuito inferior com o setor terciário, isto é, uma multiplicidade de atividades que engloba desde serviços como o trabalho doméstico à atividades de transformação como o artesanato. Entretanto, ressalta, o circuito inferior é uma realidade muito mais ampla do que o termo terciário pode expressar, já que é fundamental na vida urbana dos países subdesenvolvidos, pois é onde grande parte da população consegue, precariamente, reproduzir-se socialmente.

Diz ele que, nos países subdesenvolvidos o processo de modernização, contrariamente ao ocorrido nos desenvolvidos, não é gerador de empregos por ser conduzido por sistemas tecnológicos evoluídos, com alto coeficiente de capital, o que propicia o crescimento de atividades de serviços superior às industriais, gerando um terciário "inchado".

Oliveira (2003), em referencial análise sobre a expansão socioeconômica do capitalismo no Brasil, após 1930, indica que entre 1939 e 1969, a participação do terciário no produto interno líquido, manteve-se entre 55% e 53% enquanto que a força de trabalho no setor cresceu de 24% para 38%, demonstrando, portanto, que o terciário foi o setor que mais gerou oportunidades de trabalho (a participação do setor secundário, no mesmo período, passou de 19% para 30% e a força de trabalho no setor de 10% para 18%). Diante de tal hipertrofia, pergunta: "*como se explica a dimensão do terciário numa economia como a brasileira?*" (idem:53). Impossibilidade da

população rural de permanecer no campo e das atividades industriais de absorverem esse excedente populacional? Para o autor (idem 53/54):

o crescimento do Terciário, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma "inchação", nem de nenhum segmento "marginal" da economia.

Para o autor, o tamanho do terciário na economia brasileira está intimamente ligado à acumulação urbano-industrial: nosso crescimento industrial teve uma base de acumulação capitalista prévia bastante restrita, conseqüentemente, uma infra estrutura urbana limitada para ser suporte de um processo de modernização tecnológica acelerada, favorecendo o crescimento, nas cidades, de um setor não capitalístico, com atividades de serviços de baixos coeficientes de capitalização e intensivos em trabalho.

Contrariamente à tese que analisa esse super dimensionamento do setor terciário como um obstáculo à expansão global da economia por consumir excedente, por não agregar valor ao produto social, afirma que por de trás desse inchaço encontra-se um mecanismo que articula essas atividades de baixas remunerações e qualificações à acumulação geral, lembrando-nos do papel dos camelôs vendendo frutas, lâminas de barbear, a preços vis, o lavador de carros encarnado no porteiro do prédio, as oficinas de reparação, que permitem com seus baixos custos, ocorrer um "excedente" monetário que entra na circulação através da compra de outros bens e serviços, além de favorecer a concentração de renda.

Mesmo ao se constituírem em condição e produto do processo de urbanização, as atividades terciárias sempre registraram ganhos de produtividade menores (leia-se incorporação tecnológica) que as atividades industriais e até o final dos anos de 1960 era reconhecido o seu papel subordinado nos processos de crescimento econômico nos países centrais.

Chesnais (1996:188) resente-se da ausência de um quadro teórico global que seja capaz de sustentar a importância das atividades de serviços na contemporaneidade do capitalismo. Quer seja pelos interesses dos representantes do capital quer pelos seus críticos, tais atividades sempre

ocuparam um lugar residual diante da produção ou do consumo, usando o autor a expressão “categoria tampão” para designar que *“Toda a atividade que não puder ser classificada, nem no setor manufatureiro ou de construção civil, nem na agricultura ou na extração mineral, fica pertencendo ao terciário”*.

Diante das dificuldades teóricas encontradas, Chesnais (1996:188) considera dois elementos que, articulados, respondem pelo crescente interesse que grupos industriais têm pelos serviços, a ponto de se constituírem, para alguns deles, nos maiores investimentos externos que realizam: o controle sobre atividades complementares e a importância dessas atividades no movimento de valorização do capital. Esse movimento fica evidente entre 1981 e 1990, quando o total de investimentos externos no setor terciário cresceu a uma taxa anual de 14,9%, atingindo 22,15% em meados da década, enquanto que, no mesmo período, o setor manufatureiro teve um crescimento anual de 10,3%, em relação ao total dos investimentos externos realizados pelos países centrais. (idem:185)

A internacionalização do capital também quer dizer internacionalização dos serviços já que tanto o padrão de produção como de consumo cada vez são mais intensivos em serviços, mas Chesnais (1996:186) observa que a intensificação desses investimentos externos foi a partir da década de 1980 com a desregulamentação dos serviços financeiros e a privatização dos serviços públicos como telecomunicações, transportes aéreos, meios de comunicação dentre outros, que, uma vez liberados dos controles nacionais, constituíram-se em fronteiras de expansão. Tais mudanças foram acompanhadas por importantes mudanças tecnológicas, nas formas de gestão e de organização da produção, em âmbito nacional e internacional, propiciando uma reorganização das firmas dominantes, um novo perfil de qualificação do trabalho, uma crescente complexidade e volatilidade do consumo e uma também crescente integração da indústria manufatureira com a de serviços.

Kon (2005) afirma que as transformações acima mencionadas aceleraram o processo de internacionalização do capital propiciando novas formas de competição entre as empresas, destacando aquelas voltadas para as

tecnologias de processos produtivos, que implicam em elevados custos em pesquisas para desenvolvimento de produtos e criação de novos produtos, e serviços, além de ressaltar que essas mudanças não ocorreram apenas à “montante” dos produtos ou processos tecnológicos gerados. Observa que demandas por bens ou serviços estão sendo atendidas de forma mundializada através dos serviços no campo dos transportes e das comunicações que asseguram canais de produção e comercialização nos fluxos da economia internacional.

Para a autora, portanto, a intensificação das mudanças tecnológicas na produção, nos transportes e nas comunicações, a partir da difusão da microeletrônica e a internacionalização econômica, resultaram em crescente integração dos processos produtivos das mercadorias, cada vez mais intensivos em serviços, atividades com importante papel econômico ao tornarem-se a maior fonte de geração de empregos em quase todos os países, mas com proporcional crescimento de sua precarização.

1.2 Terceirização

De certa forma, pode-se dizer que no âmbito do modo de produção capitalista, sob o predomínio do modelo fordista de produção, a terceirização surge como elemento ou parte do processo formal na produção de mercadorias, com a experiência da Toyota na década de 1950 no Japão¹, e posteriormente com a Benetton na década de 1960. Durante a hegemonia do modelo fordista taylorista² pode-se observar a tendência à concentração e

¹ Consultar Coriat, Benjamin (1999) e Gounet, Thomas (1999).

² Consultar Lipietz, Alain (1991), Harvey, David (1992) e Kumar, Krishan (1997).

centralização das atividades produtivas no interior de uma unidade de produção. A terceirização contribui para um aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho, ao possibilitar a fragmentação e segmentação do processo produtivo em distintas unidades espaciais, geograficamente dispersas.

A dinâmica global reformula a divisão internacional do trabalho, pois as tecnologias de informação e de transporte possibilitam que as empresas espacialmente distribuídas tornem-se o mais livre possível para usufruir as oportunidades lucrativas de investimento, podendo realizar etapas diferenciadas em múltiplos países, ao se transnacionalizar, seja pela via do investimento, a sua deslocalização, seja pela via da terceirização, com produtores locais, comercializando os produtos sob sua marca³. Esse processo implica em que a política econômica de cada país passe a ser fortemente condicionada por fatores externos, ficando suas políticas internas orientadas para mudanças produtivas e organizacionais que lhes garantam competitividade internacional.

No Brasil, ainda de acordo com Kon (1997a:162), pelo menos até a década de 1980, o setor de serviços teve uma importância relativa para o crescimento econômico, evidenciando um papel de complementaridade em relação às atividades industriais, agropecuárias e ao processo de urbanização, apresentando um perfil de baixa qualificação. É no início da década de 1990, que o setor sofreu modificações, a partir do lançamento do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade que visava promover a reestruturação organizacional e produtiva das empresas para torná-las competitivas tanto interna como externamente, além de orientar os processos de privatização e de abertura do nosso mercado para os investimentos externos. De acordo com o DIEESE (apud Druck 1999:103), a implementação do programa teve como justificativas:

³ Consultar Beck, Ulrich (1999).

a) o elevado grau de desperdício nos processos de produção (estimado, no ano de 1994, em US\$ bilhões); b) a necessidade de um novo patamar de competitividade, em razão da crescente inserção do país na economia internacional; c) a busca por produtividade, que, dado o processo de globalização da economia, exige mudanças na estrutura produtiva, através da adoção de novas tecnologias e de novas formas de gestão e organização do trabalho.

As empresas em condições de competitividade investiram em equipamentos tecnologicamente mais modernos e se reestruturaram organizacionalmente, terceirizando grande parte de suas atividades complementares ou de apoio (administrativas, transportes de produtos, limpeza, manutenção de equipamentos, alimentação para funcionários, entre outros), o que levou a um encolhimento ou eliminação de diversos postos de trabalho, à difusão de micros e pequenos empreendimentos prestadores de serviços e à ampliação do emprego e do produto gerado pelo setor (idem), (Druck:1999).

Coutinho e Ferraz (1994:18) definem competitividade como "*a capacidade da empresa de formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhes permitam conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado*", isto é, ser competitivo é criar e permanentemente renovar as vantagens que permitem à empresa se distinguir de suas concorrentes como melhor qualidade de seus produtos, maior proximidade com seus clientes, menores custos, dentre outras vantagens. A terceirização tem sido uma prática de redução de custos e ganhos de eficiência na medida em que a empresa ao descentralizar algumas atividades, as transfere para terceiras, o que exige que tenham o mesmo padrão de qualidade. Ser competitivo é criar e renovar particularidades, portanto, a terceirização é uma divisão de trabalho que favorece as relações de parceria e cooperação entre a empresa contratante e as sub-contratadas, favorecendo uma transferência de inovações tecnológicas e políticas de gestão, *outsourcing*, tendência mundial, típica dos países centrais.

A terceirização também foi implementada no setor público em áreas estratégicas como a previdência, comunicação, transportes, telecomunicações, energia, dentre outras. Se por um lado, o processo de privatização e,

conseqüente terceirização, trouxe maior eficiência e qualidade nos serviços como na manutenção de algumas estradas de rodagem, na expansão da telefonia fixa e implantação da telefonia móvel no país, por outro, além da brutal elevação dos seus preços, ocorreu tanto o sucateamento de setores públicos como por exemplo na área de saúde, com o abandono das necessárias iniciativas de manutenção das unidades hospitalares e postos de atendimento e das unidades de ensino, particularmente o superior; como o chamado "efeito dominó", o desaparecimento de inúmeros cargos e funções não mais necessários às novas formas de organização e de produção implementadas em áreas estratégicas (idem).

Martins (1994:15/19) em artigo dedicado à reflexão sobre o movimento sindical frente ao processo de terceirização, reconhece duas tendências de interpretação desse movimento de sub-contratação: uma voltada para o que chama de "inevitabilidade do processo" na qual tal estratégia é interpretada como tendência resultante da reestruturação e internacionalização do capitalismo contemporâneo e uma outra, que acredita ser fruto da luta dos trabalhadores contra a rotina e a hierarquia fordista, a mudança da conduta empresarial com o estabelecimento de um novo padrão de gestão e organização entre o capital e o trabalho. Embora não seja a luta dos trabalhadores, através do movimento sindical, o nosso caminho, neste momento, para analisar as transformações produtivas e as repercussões na divisão espacial do trabalho, é bastante interessante a análise da autora diante da necessidade do movimento sindical refletir sobre sua prática, particularmente no sentido de apreender o momento da contemporaneidade do capital para ultrapassar os limites corporativos colocados pela trajetória de sua história.

Para Faria (1994:42/43) existem duas modalidades de terceirização: primeiramente, o "*outsourcing*", isto é, aquela praticada nos países centrais que objetiva, através de estratégias relacionais, parcerias, alcançar produtividade e competitividade com o uso de tecnologias gerenciais de qualidade que permitem plena satisfação do cliente seja ele o contratante, o subcontrato ou consumidor final e aquela que denomina de "*outsourcing*

tupiniquim” cujo objetivo é a redução de custos a curto prazo que visa, além da exploração do trabalho, cada vez mais precarizá-lo, ocorrendo, com maior freqüência nas áreas de apoio básico à produção como segurança, apoio jurídico, assistência social, dentre outras, o que se chama de “chão da fábrica” mas, também, em setores que deslocam para terceiras, parcelas do setor produtivo direto. Para o autor (1994:44), no Brasil, a palavra “outsourcing” é utilizada de forma enganosa já que a nossa “terceirização” não traduz:

a primeira fase de um estágio hiperavanzado do novo modo de produção capitalista. Nele o fabricante tradicional abandona suas linhas industriais próprias em favor de fornecedores mais preparados em termos de custos. A primeira fase da terceirização – outsourcing – é superada por uma segunda fase – o “global sourcing” ou busca de fornecedores em outros países, principalmente nos mais pobres. A empresa passa a gerenciar a qualidade da produção comprada de terceiro, elaborar o *marketing* e cuidar da logística da distribuição. Torna-se, na prática, uma grande empresa de serviços, mesmo que conserve algumas operações industriais.

Druck (1999) analisando os estudos produzidos sobre terceirização, para nortear sua pesquisa junto às empresas químicas e petroquímicas da Bahia, identificou a existência de duas modalidades de terceirização no Brasil: uma fazendo parte das mudanças nas práticas de gestão e organização do trabalho, na busca de produtividade, qualidade e competitividade e uma outra, na qual a terceirização tem sido determinada fundamentalmente pela redução de custos, o que tem levado à precarização do trabalho, do emprego e da qualidade do produto.

A autora afirma que o tripé custos, qualidade e produtividade é sustentáculo não só da terceirização mas de práticas de gestão inspiradas no toyotismo ou no chamado modelo japonês⁴ que permitem atingir os padrões de competitividade impostos pelo mercado internacional e reconhece, nos estudos analisados, uma classificação muito genérica de terceirização no Brasil, aproximando-se de um “tipo ideal” impossível de existir diante das profundas diferenças que ocorrem e, nossa divisão espacial do trabalho, das múltiplas conseqüências tanto sobre o trabalho como para o emprego.

⁴ Vide nota 1.

Com o objetivo de precisar conceitualmente o fenômeno, Druck (1999:153/157) estabelece, a partir das análises realizadas, cinco modalidades de terceirização, compreendendo esse processo em um sentido mais amplo de externalizar atividades, de transferir atividades ou responsabilidades para terceiros. Uma primeira forma seria a *rede de fábricas fornecedoras* de autopeças para as empresas montadoras de automóveis, não seria exatamente uma terceirização no sentido de transferência de atividades já que faz parte da estrutura produtiva do setor, mas o que tem ocorrido é a intensificação da terceirização de atividades que até então eram desenvolvidas nas próprias montadoras o que leva a uma modificação nas condições de trabalho para os trabalhadores que também são terceirizados nesse processo.

Interessante experiência, nesse sentido, é a vivida na fábrica da Volkswagen inaugurada em 1996 no município de Resende, no Estado do Rio de Janeiro. Ramalho e Santana (2002) analisam esse pioneiro processo de reorganização da produção, mostrando-nos que suas instalações diferem de todas as suas outras filiais pois resulta de um projeto inovador denominado de "consórcio modular" que, contrariamente à organização espacial do ABCD paulista, os fornecedores concentram-se no interior da fábrica, tornando-se, também, responsáveis diretos pela montagem dos veículos. Neste formato, a *Volkswagen* não participa da montagem direta, permanecendo com as funções de *desing*, arquitetura e qualidade do produto, políticas de *marketing* e vendas, além de deter o controle da administração da fábrica e monitorar os fluxos de produção. Ainda de acordo com os autores, quando citam Arbix e Zilbovicius, 1997, p.454-55, idem:92 :

do total de 1.500 empregados da fábrica, 1.300 estaria trabalhando não para a VW, mas para sete firmas subcontratadas. Os pneus e as rodas eram de responsabilidade da Remon (Bridgestone), e o chassi, da Iochpe-Maxion. A instalação dos eixos e dos amortecedores era feita pela Meritor. O motor e as unidades de transmissão seriam montados pela Powertrain, firma criada especialmente para o consórcio modular pela Cummins e pela MWM. A construção da cabine ficaria sob a responsabilidade da Delga, e a pintura, da Eisenmann. A parte elétrica e o acabamento da cabine ficariam sob o encargo da VDO. Esse processo baseia-se em "uma nova repartição de investimentos, custos, responsabilidades e, especialmente, riscos, distanciando-se das relações de exterioridade que marcam as terceirizações".

Retomando as diferentes modalidades de terceirização identificadas por Druck (1999), temos um segundo grupo constituído por atividades denominadas “serviços de apoio” ou “periféricos” (limpeza, vigilância, alimentação, serviços jurídicos, de informática, entre outros) que, embora estivessem presentes na divisão de trabalho do processo produtivo, cada vez mais tornam-se especializados, acentuando o processo de sub-contratação por parte de empresas que demandam tais atividades já que não fazem parte mais do seu corpo jurídico. É uma estratégia que contribui para o aumento da precarização das condições de trabalho, diante da alta rotatividade e desamparo trabalhista constatados, principalmente nas atividades consideradas tradicionais, como as de limpeza, segurança e alimentação.

Uma outra forma identificada pela autora é a terceirização nas áreas produtivas ou na atividade-fim das empresas do setor industrial (idem:156), podendo ocorrer tal processo tanto no interior das plantas das empresas contratadas como no interior das plantas das empresas contratantes, exatamente como ocorre na área de investigação da autora, a indústria química e petroquímica na Bahia. Longe de buscar especialização, racionalização da gestão da produção e do trabalho, as práticas encontradas mais se aproximam daquelas sempre presentes nas atividades tradicionais: redução de custos, transferência de gastos de salários e de responsabilidades de gestão, além de afetar a capacidade de organização dos trabalhadores e de seus sindicatos.

O quarto exemplo de terceirização, no processo de reestruturação recente, é a chamada quarteirização (idem:156) que ocorre quando empresas são formadas ou contratadas com a única função de administrar os contratos com as terceiras. Prática entendida como modernização empresarial, indica o processo de desintegração das unidades produtivas, uma vez que além de ocorrer a transferência de áreas de atividades para terceiras há, também, a transferência da gestão dos contratos para uma empresa especializada.

Finalmente, um último tipo de terceirização é o chamado trabalho doméstico ou trabalho domiciliar (idem:153) através da subcontratação de

trabalhadores majoritariamente sem contrato formal, ocorrendo com freqüência em setores reconhecidos na literatura como os mais tradicionais da produção industrial, como o de confecções⁵ e de calçados⁶. O trabalho subcontratado esteve sempre presente ao longo do processo de desenvolvimento capitalista de produção, aparecendo sob diversas formas, como vimos até o momento: relação entre empresas, redes de subcontratação, subcontratação de trabalhadores autônomos e de trabalho a domicílio, nosso particular interesse.

1.3 – O trabalho a domicílio: velhas e novas roupagens

O trabalho doméstico ou domiciliar esteve sempre presente no processo de industrialização, participando, como trabalho sob produção para as grandes fábricas (*out-putting system*). Formas pré-capitalistas de organização da produção, de acordo com Abreu e Sorj (1994), até recentemente, eram consideradas em processo de “extinção” diante da tendência de centralização e concentração do capital, que conduziria ao seu desaparecimento devido à sua incapacidade de sobrevivência, em particular nos países centrais, detentores de um maior grau de avanços tecnológicos. No entanto, as profundas mudanças na organização da produção e na gestão da divisão do trabalho, ocorridas ao longo desses últimos 40 anos, demonstram que, paralelamente à lógica concentracionista e centralizadora inerentes ao processo de reprodução e expansão do capital, essas formas de trabalho, antes de desaparecerem, expandiram-se. É esse movimento de perpetuação e renovação que objetivamos analisar, destacando, no momento os principais autores que dialogamos.

Prandi (1978) analisa o trabalho por conta própria, no qual coloca-se o trabalho a domicílio, a partir do seu papel regulador do exército industrial de

⁵ Vide Teixeira et alli (1986); Abreu e Sorj (1993;1994) e Leite (2004).

⁶ Vide Ruas (1993) in Lavinias et alli (1998, 2000).

reserva e de distensor dos conflitos decorrentes da falta de emprego. Por sua vez, Oliveira (1975) reconhece que o baixo custo da reprodução do trabalhador por conta própria, seja sob a forma de ambulante ou de costureira, nivela, também por baixo, o valor dos salários e, ao mesmo tempo, compõe as necessidades básicas da força de trabalho.

É a íntima relação que essas formas de trabalho possuem com o processo de acumulação que faz com que sejam cada vez reproduzidas, particularmente através do processo de terceirização. Teixeira et alli (1980/1981) e Abreu e Sorj (1994) em suas pesquisas no setor de confecções, mostram-nos que a constante precarização das condições desse tipo de trabalho essencialmente feminino é acentuada tanto de acordo com a sua inserção nessa fragmentada estrutura produtiva como quando comparada com a presença do trabalho masculino no setor.

Por outro lado, esse processo é analisado por Lavinias et alli (1998,2000) que demonstram não ser possível, hoje, entender o crescimento do trabalho a domicílio a partir das suas precárias condições. A expansão de tecnologias eletrônicas, informatizadas permitiu transformações nas condições do trabalho a domicílio, tornando-o domiciliado, mais fluido espacialmente. Uma heterogeneidade de formas é encontrada, indicando a importância de sua presença em múltiplos espaços mundiais, que o recontextualiza, através de novas contratualidades, que lhe dão um novo caráter mas que não elimina o seu sentido maior: o uso de um trabalho barato e poupador dos custos da reprodução da força de trabalho.

Para Santos (2000), o processo de modernização é caracterizado por um conjunto de mudanças econômicas, sociais, políticas e morais onde cada período, *modernizações*, como diz, sintetiza o avanço do antecedente e as condições de sua renovação. Tal processo, na grande maioria dos países latinos americanos, promoveu uma acelerada dissolução do precário setor de subsistência desses países, dirigindo-se essa população para as cidades em busca das condições de sobrevivência que essas transformações pareciam oferecer.

Marx (1988), desde há muito, nos ensina que a demanda de trabalho decresce com o aumento do capital global, logo, o processo de modernização tecnológica, de alocação de sistemas técnicos (Santos,1994), gera uma massa de pessoas “dispensáveis”, uma população excedente por ele denominada de exército industrial de reserva, *“um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista”* (Marx,idem:191).

Grande parte dessa população, desse exército de reserva, é constituída por pessoas provenientes do campo, com saberes e aprendizado completamente externos à lógica de reprodução da vida urbana, ficando, portanto, à mercê de uma dupla determinação: engrossar estruturalmente o exército de reserva já existente e subjugar-se às precárias condições de trabalho. Poucas alternativas se apresentam, restringindo-se, freqüentemente, às atividades com técnicas pouco avançadas, pequena escala de produção ou serviços que demandam trabalho intensivo, como pequenos comerciantes, artesãos, prestadores de serviços pessoais, ambulantes, uma infinidade de tarefas que dependem, exclusivamente, do dispêndio da força de trabalho própria e dos membros da família, quando necessário.

Prandi (1978:31) denomina a todas essas formas de trabalho, de “trabalho por conta própria”, na qual se enquadra um dos nossos objetos analíticos, o trabalho a domicílio. Para ele, o trabalho por conta própria constitui uma categoria remanescente de época passadas que sobreviveu à expansão das relações capitalistas, mas *“...isso não significa que seja, simplesmente, um peso-morto para a sociedade, pois vai participar do momento-de-forças através do qual o modo de produção capitalista procura anular resultantes de suas contradições, jogando inclusive com relações sociais que, à primeira vista, podem parecer estranhas.”* O autor, entende que, na medida em que o trabalho autônomo não é destruído pelo capital estabelece-se uma relação unilateral, uma vez que essas formas de auto-reprodução da força de trabalho através de expedientes espúrios, permitem uma redução do tamanho do exército industrial de reserva porém, mantendo-o suficiente para

manter “por baixo” o valor dos salários assim como atenuam os conflitos decorrentes do desemprego.

Afirma, também, que a contraditória presença dessas formas de trabalho autônomo, dentre as quais, o trabalho a domicílio, pode ser interpretada como uma lógica da própria sociedade capitalista como formação histórica e concreta (idem:39). A sua presença materializada em um sapateiro, ambulante, eletricista ou costureira permite a existência de mercadorias e serviços de baixo custo que contribuem para o barateamento da força de trabalho, possibilitando, dessa forma, o aumento da taxa de exploração sobre o trabalho assalariado.

Já Oliveira (1975) observa que a presença de um terciário volumoso, constituído por um circuito inferior, majoritariamente informal, é próprio da natureza de nosso desenvolvimento capitalista e, por isso, indaga, não ser estranha a relação entre a moderna agricultura de frutas e hortaliças com o comércio ambulante. Da mesma forma, relaciona o comércio de produtos industrializados (pilhas, lâminas de barbear) por ambulantes que perambulam pela cidade, assim como a crescente frota de automóveis e as inúmeras oficinas de **re-produção** de veículos. Os baixos custos dessas mercadorias e serviços, de fato, a exploração sobre essas formas de trabalho fora do circuito da formalidade, configura condições para que os assalariados atendam às suas necessidades biológicas e sociais, não se constituindo, portanto, em excrescências, mas, sim, em instrumentos de sobrevivência e, ao mesmo tempo de depreciação do valor dos salários.

O trabalho doméstico ou domiciliar esteve sempre presente no processo de industrialização, participando, como trabalho sob produção para as grandes fábricas (*out-putting system*). Formas pré-capitalistas de organização da produção, de acordo com Abreu e Sorj (1994), até recentemente, eram consideradas formas em processo de “extinção” diante da tendência de centralização e concentração do capital, que conduziria ao seu desaparecimento devido à sua incapacidade de sobrevivência, em particular nos países centrais, detentores de um maior grau de avanço tecnológico.

Lavinas et alli (1998), em longo relatório-documento de pesquisa, analisam se o trabalho a domicílio na América Latina encontra-se: “em vias de extinção”, ou se constitui uma forma de sobrevivência adotada por parcelas da população diante da crônica falta de emprego, ou se sua permanência e expansão seriam resultantes dos processos de reestruturação e fragmentação produtiva e seus conseqüentes impactos na organização do trabalho, devido à flexibilização, desregulação e atomização das relações trabalhistas.

Afirmam, também que o trabalho a domicílio tenderia a ser extinto nas sociedades mais avançadas, na medida em que sempre configurou precárias relações de informalidade, portanto, excluídas e marginais dos direitos sociais e trabalhistas, garantias do “desenvolvimento econômico e social dos países mais desenvolvidos”. Entretanto, a expansão de tecnologias modernas em todos os setores das sociedades (de forma bastante desigual, tanto internamente como nas relações entre países) tem propiciado a redução do emprego e, em contrapartida, a expansão do trabalho parcial, da subcontratação e do trabalho a domicílio que longe de desaparecerem com a expansão das relações capitalistas, cada vez mais constituem estratégias de sobrevivência da força de trabalho e do capital.

Nas décadas de 1970 e 1980, nos países centrais, como vimos anteriormente, ocorreram profundas mudanças decorrentes do desenvolvimento de novas tecnologias ligadas ao setor de serviços, de transferência de informação e conhecimento, como os processos de telecomunicações, o campo da telemática e os serviços de informática (Kon, 1997a). Tais mudanças propiciaram a adoção de sistemas de produção menos rígidos e equipamentos polivalentes que demandam não só um trabalho igualmente flexível tanto em termos de qualificação ou tarefas, como reduzem o papel das operações e componentes propriamente materiais, o que significa afetar a identidade e a coesão virtual dos produtores diretos diante da

permeabilidade e fluidez da mão-de-obra que caracterizam as atividades desse setor⁷.

Por outro lado, a pressão crescente das empresas para reduzir seus custos diante do aumento da competição internacional, promoveu a descentralização da produção e o aumento da subcontratação, incentivando o aparecimento de pequenas firmas e trabalhadores a domicílio que passaram a compartilhar com outras empresas várias etapas de suas operações, não ocorrendo tal fenômeno apenas no âmbito do mercado nacional mas, também, no mundial, através de empresas multinacionais ou transnacionais como as empresas Benetton e Nike, por exemplo. É um fenômeno global, mas que se distingue, particularmente, nos chamados países em desenvolvimento.

Para Abreu e Sorj (1994:64/65), os processos de subcontratação podem envolver uma terceirização da produção em busca de qualidade e produtividade superiores quando as inovações tecnológicas e de gestão de produção são transferidas da empresa contratante para a contratada ou podem caracterizar uma "terceirização por contingência" onde a externalização da produção se restringe à diminuição de custos da produção, transferindo para o subcontratante os ônus dos equipamentos utilizados e da perversa ausência da legislação trabalhista. De acordo com as autoras,

Relações de sub-contratação se estabelecem na produção quando uma das partes (a subcontratante), empresas ou intermediárias solicita a outra parte (a subcontratada), empresas ou trabalhadores independentes, a elaboração ou beneficiamento de produtos ou serviços que irão compor o seu produto final.

Diferentemente da relação de compra e venda de mercadorias, a subcontratação envolve uma relação de dependência da parte contratada perante o contratante que freqüentemente impõe a quantidade e qualidade do produto.

Lavinas et alli (1998) entendem que tradicionalmente, as relações de subcontratação, principalmente as caracterizadas pelo trabalho doméstico ou a domicílio, estão associadas à precarização de suas condições, baixa qualificação e feminização. Entretanto, tomando como referência a pesquisa desenvolvida por Carnoy, Castells e Benner (apud idem:04) mostram que o

⁷ Vide Kumar (1997).

crescimento do trabalho flexível em ambientes tecnologicamente desenvolvidos de empresas do Silicon Valey tem favorecido uma alta rotatividade do emprego e o desenvolvimento de exitosas carreiras entre trabalhadores altamente qualificados, fugindo, portanto, dos tradicionais quadros de precarização, e colocando novas condições do emprego flexível. Nesse sentido, as autoras concluem que a expansão das atuais relações de subcontratação, nos países de alta renda, não pode estar enquadrada em "uma via de mão única", isto é, apenas em quadros de precarização do trabalhado, na medida em que, cada vez mais, encontra-se dificuldades de distinguir o trabalho formal do informal e, conseqüentemente, enquadrando-se nessas dificuldades, as características tradicionais do trabalho a domicílio.

De fato, não há um consenso sobre o que seja trabalho a domicílio. Em junho de 1996, as discussões sobre o tema na 83ª Conferência da OIT, culminaram com a adoção do Convênio nº 177 e da Recomendação nº 184, que define trabalho a domicílio "*como a produção de bens ou serviços feita por um indivíduo, no seu domicílio ou em lugar de sua escolha, em troca de salário, sob a especificação de um empregador ou intermediário*" (Lavinias et alli 1998:04). Essa definição não leva em consideração o local no qual a atividade é desenvolvida, mas, sim, a relação de dependência entre o contratante e o contratado, excluindo, portanto, aqueles que trabalham autonomamente ou fora da sede da empresa.

Por outro lado, as mesmas autoras (idem:03), apoiadas em estudo realizado em seis países da União Européia, constataram que a participação do trabalho a domicílio em cadeias produtivas mundializadas promove uma heterogeneização de padrões de produção e de emprego. Isto é, o trabalho a domicílio pode assumir várias formas: de trabalho artesanal autônomo como constatado na Itália, onde a pequena empresa artesanal produzia calçados para um grande *retailer* na Grã-Bretanha; de trabalho assalariado para grandes empresas como a estudada em Portugal que produzia apenas uma etapa dos calçados que eram montados na França e de várias formas conjugadas em uma só empresa como na Espanha, que utilizava o trabalho a domicílio local para a elaboração de produtos de qualidade enquanto que

aqueles estandarizados eram produzidos no exterior, mais precisamente na Ásia.

Torna-se evidente que grande parte das “novas” formas de trabalho a domicílio traduz estratégias de uso, por parte do capital, das competências do trabalho estejam elas onde estiverem, haja vista, conforme informam as mesmas autoras, o crescimento da participação do mercado de trabalho do sudeste asiático, da China, norte da África, Turquia, Europa Central e Oriental⁸. Portanto, antes de se reconhecer o caráter mundializado do trabalho a domicílio, como uma de suas novas dimensões, é necessário constatar que isso representa a generalização de relações de trabalho extremamente exploradoras e sem quaisquer sanções quanto à perversa precariedade das condições de sua realização, que, aliás, sempre acompanharam o processo de acumulação mas que hoje são reconhecidas como formas “mais flexíveis” e propiciadoras de “qualidade” e convenientes às exigências do competitivo mercado internacional, sob a forma de “aprendizagens territoriais inovadoras”.

No Brasil, mesmo sendo reconhecida a sua importância e forte presença em nosso processo de desenvolvimento econômico, pesquisas dedicadas ao trabalho a domicílio não são muito freqüentes, e as existentes referem-se a estudos de casos que envolvem setores produtivos, como o de confecções e de calçados⁹, reconhecidamente tradicionais, com pouca modernização tecnológica, baixa qualificação e forte presença do trabalho feminino.

Lavinas et alli (1998;2000) com o objetivo de avaliarem a participação do trabalho a domicílio no mercado de trabalho brasileiro, subsidiam-nos com importantes dados: em 1995, dentre os 51 milhões de trabalhadores urbanos (não foram considerados os rurais porque suas relações são bastante

⁸ Interessantes experiências podem ser encontradas em Abdelmalki e Courlet, 1996.

⁹ Vide notas 5 e 6.

diferenciadas das estabelecidas na cidade), aproximadamente 2,7 milhões (entre 25 e 75 anos) trabalhavam a domicílio, sendo que 78,5% constituídos por mulheres; 86,6% não contribuía para a previdência social (apenas 10,9% das mulheres eram vinculadas) e 84,6% encontravam-se entre os 25 e 55 anos sendo 86,0% constituídos por mulheres. Quanto às atividades desenvolvidas, do total dos trabalhadores a domicílio, 50,1% estavam ocupados em serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversões (59,7% de presença de mulheres) enquanto que a sua participação nas indústrias de transformações mais tradicionais como madeira, vestuário, couro, produtos alimentícios etc., foi em torno de 12,7%, sendo que, deste, 12,4% eram de mulheres. São interessantes, também, essas informações: das ocupações mais freqüentes entre os homens, 29,6% eram comerciantes por conta própria enquanto que, entre as mulheres, 33,7% eram costureiras.

Esses dados vão ao encontro da pesquisa desenvolvida por Abreu e Sorj (1994), que visa comparar processos de subcontratação industrial de trabalhadores homens e mulheres no setor de confecção no Rio de Janeiro. É reconhecido que no setor de confecções há uma forte presença do trabalho feminino embora ocorra a participação masculina e é justamente a excepcionalidade dessa participação que faz com que as autoras se interessem em reconhecer as diferentes práticas de trabalho e ocupações entre os tipos de sexo desses trabalhadores, lembrando-nos que a divisão social e sexual do trabalho é fruto de uma construção social e cultural e, não, uma divisão de tarefas pré-determinadas seja pela sua "árdua" natureza ou "qualificação".

As autoras identificam o trabalho autônomo e o a domicílio como modalidades de subcontratação industrial, difíceis de serem reconhecidas estatisticamente devido à ausência de formalização de suas relações e, também, por serem manifestadamente femininas, confundindo-se com o trabalho doméstico que cabe, socialmente, à mulher. Afirmam, também, que o trabalho subcontratado tem uma ambigüidade, isto é, por estabelecer uma dependência entre o contratante e o contratado, imposição do que e quanto produzir, aproxima-se de uma relação assalariada mas, realizando as tarefas

fora do controle do contratante, exterior à fábrica e em um tempo de trabalho ditado pelo contratado, possui características do trabalho autônomo. Veremos, adiante, o equívoco dessas afirmações quando Lavinias et alli. (1998,2000) demonstram ser o trabalho a domicílio uma relação de assalariamento disfarçado e não de trabalho autônomo que tem legislação particular.

Analisando a subcontratação no setor de confecções, Abreu e Sorj (1994:65) reconhecem condições de trabalho comuns tanto a homens como mulheres:

- 1.processos manufatureiros envolvendo basicamente trabalho manual ou o uso de maquinaria simples para confecção de parte de um produto;
- 2.situação trabalhista extremamente precária, onde o vínculo empregatício não é legalmente configurado e a opção da "autonomia" é freqüente apenas entre os homens;
- 3.força de trabalho com faixa etária elevada; a maioria é casada e percebe esta ocupação como etapa terminal de sua trajetória ocupacional.

A interessante pesquisa das autoras utilizou uma amostragem de 100 costureiras com diferentes tipos de trabalho (*prêt-à-porter* fino, roupas esportivas para jovens, peças mais populares, assim como uniformes) e oito alfaiates subcontratados por alfaiatarias. Um universo tão diferenciado apresenta, porém, claras distinções por gênero: enquanto as costureiras trabalhavam em casa, no espaço privado da família, reproduzindo um aprendizado, uma "qualidade feminina", adquirido em sua socialização para reproduzir a unidade doméstica, que se torna um cativeiro de sujeições às imposições do contratante, os alfaiates, além de exercerem suas funções em salas alugadas próximas aos seus sub-contratantes no centro da Cidade, fato que permitia que obtivessem informações das condições de negociação das diferentes firmas, colocando-os em posição mais favorável do que as costureiras, tinham, também, a oportunidade de formar uma clientela particular para os seus serviços. O aprendizado do alfaiate, herdado da relação de aprendiz com outro alfaiate, é visto como uma profissão, resultante de uma trajetória profissional, diferentemente das costureiras que aprenderam a costurar para atender as necessidades da família não visando, portanto, uma qualificação profissional.

O fato das costureiras e dos alfaiates serem trabalhadores externos à empresa contratante possibilita que o tempo a ele dedicado seja conduzido pelos próprios trabalhadores o que não garante, entretanto, que o desfrutem com os mesmos ganhos, afirmam Abreu e Sorj (1994). As costureiras ao trabalharem em seus domicílios, conjugam esse trabalho com os afazeres domésticos, com o cuidar dos filhos, atrelando-o às exigências do dia-a-dia mas, que condiciona, também, o tempo dedicado às tarefas de manutenção da casa e da organização da família, na medida em que para atender os prazos determinados pela empresa, muitas das vezes contam com parentes ou filhos para ajudá-las que, mesmo assim, não evitam que os trabalhos rotineiros de esposa e mãe não sejam cumpridos. Já para os alfaiates essa flexibilidade de horários parece ser bastante vantajosa como demonstra o depoimento colhido pelas autoras (idem:71):

Eu gosto mais de trabalhar mesmo é à noite. Assim à noite, tranqüilo, ouvindo música. Trabalhando bem mesmo. Muitas vezes eu relaxo, assim, agora, durante o dia, pra trabalhar, assim, depois das seis horas. De seis horas até meia-noite. Eu gosto muito.

As condições de trabalho dos alfaiates aproximam-se das vividas pelos trabalhadores por conta-própria já que têm possibilidades de conjugar diferentes formas de obtenção de renda (subcontratação, trabalho autônomo), revelando uma relativa autonomia, bastante distante do duplo jugo das costureiras. Ao mesmo tempo, representam, também, um duplo papel ao terem, como ajudantes, pessoas a quem pagam salários, estabelecendo uma relação de patrão e empregado.

Vemos, portanto, através da pesquisa de Abreu e Sorj (1994) que, embora a subcontratação seja caracterizada por instabilidade nas relações contratuais, condições precárias de trabalho e jornadas longas de trabalho, há diferenças dessas relações entre os homens e as mulheres, a partir da construção das suas posições e papéis na sociedade, fazendo com que o trabalho da mulher seja visto como extensão de suas funções domésticas, complemento de renda familiar, enquanto que o do homem é visto como um trabalho profissional, fruto de um longo aprendizado que lhe garante obter vantagens sobre o trabalho doméstico, até porque, tais afazeres não são de

sua responsabilidade, podendo, portanto, dedicar-se integralmente à sua “profissão”.

Outra pesquisa sobre o trabalho fabril a domicílio no setor de confecções, um setor do operariado localizado fora das unidades de produção, foi desenvolvido por Teixeira et alli (1980-1981) que muito contribuiu para a compreensão da permanência de formas, até aquele momento, reconhecidas como pretéritas. Inicialmente, as autoras assinalam as dificuldades encontradas diante das limitações dos dados secundários e escassa literatura e o visível curto tempo de sobrevivência de pequenas boutiques e confecções espalhadas pelos bairros do Centro e de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, objeto empírico da pesquisa, o que exige a produção de dados novos e um avanço teórico capazes de darem conta da complexidade do objeto estudado. Nesse sentido, entendem haver uma profunda relação entre capital industrial e capital comercial diante da realidade extremamente fragmentada do setor que vai desde as pequenas confecções à indústria do vestuário que tem como complementaridade uma estrutura comercial que abriga desde a venda a domicílio aos shoppings, passando pelas boutiques, feiras de moda, grandes centrais comerciais e magazines.

As autoras, afirmam, também, que não poderemos compreender a presença do trabalho a domicílio, isto é, a mulher trabalhadora a domicílio, se não tivermos clareza da abrangência das confecções e do pulsar da moda. A criação de novas necessidades de consumo implica na articulação permanente de estratégias diferenciadas de renovação de mercado, da constante competição das unidades de produção que vão desde as pequenas oficinas às grandes indústrias. Essa multiplicidade do setor significa para as autoras (idem:03):

que estão sendo encontradas soluções econômicas que permitem a permanência no mercado de uma rede extremamente desigual de unidades de produção. Esta permanência (apesar das seguidas falências das boutiques/confecções e das diferenças conjunturais) implica em: políticas de articulação entre unidades de produção diferenciadas; políticas de satisfação privilegiada de determinadas parcelas da população consumidora; políticas de escape às exigências trabalhistas e fiscais; políticas de colocação da produção no mercado (criação de monopólios espaciais); políticas que resultam em aproximações com os produtores dos insumos necessários à produção da roupa

(têxteis, complementos e aviamentos, máquinas, etc.); políticas de articulação com o capital financeiro.

São nas políticas de articulação entre unidades de produção diferenciadas, que encontramos inúmeras pequenas oficinas de costura, as chamadas oficinas de fundo de quintal que produzem para confecções/butiques: a chamada costura de carregação (o produto de massa realizado sem preservação de exclusividade dos modelos) e a costura fina (produto com exigência de qualidade e maior valor por unidade produzida) assim como confecções de porte médio, reconhecidas pelas autoras como butiques-fachada de fábrica (idem:04) com marca própria, que possuem, freqüentemente, suas próprias lojas de pronta entrega e venda avulsa, articulando, a um só tempo, as esferas da produção e da circulação. Lembramos, as mesmas autoras, que as butiques-fachada de fábrica orientam-se pela "lógica de loja, isto é, do capital da circulação, já que seus estoques são complementados com produção externa que recebe a sua etiqueta.

Essa estreita relação entre oficinas e médias confecções permite, portanto, a articulação entre produção e comercialização e é explicada, de acordo com Teixeira et alli (1980-1981), pelo acesso diferenciado que têm ao crédito já que as butiques-fábrica e as confecções médias têm condições de bancá-lo junto às pequenas, tornando-as dependentes financeiramente. Mas, além de poderem ter suas dificuldades de sobrevivência proteladas através da utilização do capital usuário, o que permite a multiplicação de fabriquetas pela cidade, perguntam as autoras? Os baixos custos da força de trabalho feminina a domicílio, concluem.

O *mundo da costura* é marcado irremediavelmente pelo *trabalho*, afirmam Teixeira et alli (1980-1981:05), fazendo parte desse mundo o cotidiano doméstico feminino, onde

A costura e a cozinha são aspectos da mesma paisagem, isolada e caseira do papel feminino. **O mundo da costura** conforma a esfera onde o esforço humano ainda não pode ser totalmente escamoteado, plena de atividades das gerações antigas e das classes populares.

A confecção - marcada em seu próprio nome pela atuação do trabalho - é, realmente, o lado suado da locomotiva da moda, fantasista e complexo" (grifos nossos).

A frase por nós destacada traduz o contraditório mundo *fashion*. Ao lado de *griffes*, beleza e *glamour* convivem exploração, desilusão e sofrimento da mulher costureira, restringida ao seu espaço doméstico que mais uma vez, a ela dirigem-se as autoras (idem:06):

Eis que surge a externa de fábrica, explicada e dilacerada, feminina e doméstica, alienada, alienante, pressionada e só. Esta trabalhadora, operária externa à fábrica e à legislação trabalhista, é uma trabalhadora também externa a qualquer tipo de organização operária, pelo menos nos moldes atuais. A estrutura ainda manufatureira do setor de confecções e vestuário compõe uma excelente base sobre a qual erguem-se as articulações entre o **mundo da costura** e o **mundo da moda**.

Podemos entender o lado suado, alienado e solitário do trabalho a domicílio a partir de características estruturais de sua forma particular de assalariamento como a remuneração por peça, a ausência de vínculo empregatício, a incerteza do salário diante da variável encomenda por parte da fábrica ao longo do ano e o não pagamento e/ou desconto pela unidade produzida julgada defeituosa. Além disso, prosseguem as autoras, o fato da fábrica estabelecer o prazo para a entrega, além de definir o nº de peças, determina, também, o ritmo do seu trabalho.

Além dos ganhos que as fábricas adquirem ao controlar a qualidade das peças confeccionadas e transferirem os ônus dos defeitos para as costureiras, estas são obrigadas a se submeterem, na entrega da encomenda, a outras formas de controle como a retenção de documentos e rigorosa verificação do material recebido para não ocorrer o pagamento equivocado de peças. Essas relações de exploração e subordinação, afirmam Teixeira et alli (1980-1981), têm origem na forma de seleção das chamadas "externas" que ocorre a partir das relações que mantêm com uma outra trabalhadora da fábrica, portanto, relações de parentesco ou vizinhança que avalizam a sua contratação.

Conforme colocado anteriormente, há uma segmentação na indústria de confecções: a costura de carregação e a costura fina. As autoras afirmam (idem:09) que na costura de carregação as pequenas unidades de produção são as que mais devem utilizar as operárias externas que são mulheres que não podem abandonar a casa (têm filhos, idade mais avançada, além das imposições sociais), dispõem de uma máquina de costura, portanto, muito

vulneráveis às condições de exploração e submissão impostas pelas fábricas. Por outro lado, continuam, as indústrias de confecção fina demandam costureiras mais qualificadas que têm freguesia própria e vêem o trabalho da fábrica como complemento de renda embora não tenham vínculos com a empresa e arcarem, também, com os custos *decorrentes das variações circunstanciais da produção* (idem:10), como as costureiras de “carregação”.

De qualquer maneira, sejam costureiras ou operárias externas da fábrica, como as reconhecem as autoras, tanto de “carregação” como de “confecção fina”, todas são submetidas à dupla pressão: como força de trabalho necessária para a produção capitalista assim como reprodutora de suas famílias, tanto suas condições biológicas como sociais, reconhecendo Teixeira et alli (1980-1981), o *papel mediador* que essas mulheres exercem entre o capital e outras relações sociais, econômicas, ideológicas e políticas enquanto mães, filhas, avós, tias, esposas etc..

A *dupla jornada de trabalho* da costureira externa, reprodutora do capital e da força de trabalho, cada vez mais se complexifica diante da crescente jornada dedicada ao trabalho da fábrica, a necessidade de obter auxílio de parentes e amigos e a submissão das tarefas domésticas às necessidades da produção, conciliando os antagonismos da luta pela sobrevivência da família, igual contingência vivenciada pelas trabalhadoras a domicílio como vimos na pesquisa anterior desenvolvida por Abreu e Sorj (1994).

Lavinas et alli (1998:23) reconhecem que as estatísticas disponíveis sobre trabalho a domicílio confirmam a expressiva presença de mulheres com baixo nível de escolaridade, em faixa etária mais madura, a ausência de proteção social e de rendimentos inferiores à renda média da população urbana. Entretanto, chamam a atenção que tais dados apreendem apenas parte da realidade das pessoas que trabalham em suas residências devido aos objetivos e metodologias utilizados, exigindo, portanto, análises qualitativas que possam apreender as características do crescente nº de trabalhadores a domicílio, seja em relação a sua autonomia, como às diferenças existentes nas

formas de sub-contratação. Neste sentido, realizam três estudos de caso: o teletrabalho ou trabalho baseado no domicílio utilizado especialmente para o setor de serviços na área de informática; uma micro-empresa prestadora de serviços também na área de informática e uma grande empresa que terceiriza algumas etapas de sua produção.

Estudos sobre teletrabalho têm mostrado que este trabalho a domicílio diferencia-se das tradicionais relações de sub-contratação, distinguindo-se pela utilização de trabalhadores qualificados, com rendimentos mais elevados e novas contratualidades. Para Breton (apud Lavinias et alli 1998:05), o teletrabalho tem sido analisado como uma das formas flexíveis de trabalho resultante do processo de reestruturação produtiva apresentando características distintas por estar espacialmente distante do contratante, portanto, fora do perímetro de controle de quem supervisiona fisicamente a execução da tarefa, sendo esse controle feito com base nos resultados que são gerados por computadores ou outros equipamentos de informática ou telecomunicações. O trabalho a distância, longe do centro de produção, indica a perda de centralidade do princípio mediador de hierarquia entre empregador e empregado, complexificando essas relações, afirma Ray (apud Lavinias et alli. idem:idem). O controle direto sobre o corpo e a capacidade de execução da atividade torna-se, no caso, cada vez mais desnecessário diante do que representa o trabalho intelectual, essência do teletrabalho: caráter cumulativo, capacidade de iniciativa, responsabilidade e autonomia.

Para Lavinias et alli (1998:05) o que difere o trabalho a domicílio em sua versão reatualizada das formas até então predominantes é que esse chamado "novo trabalho a domicílio" fortalece a dimensão individual do trabalhador, aproximando-o do trabalhador autônomo, independente, inserido em uma relação salarial muito mais fruto de uma opção consciente, negociada, quando, não facultativa, diferentemente dos trabalhadores analisados por Abreu e Sorj (1994) e Teixeira et alli (1980-1981) que caracterizam um assalariamento disfarçado, submetido a uma imposição externa sem apelação. Entretanto, as duas outras pesquisas desenvolvidas por Lavinias et alli (1998) parecem não confirmar, plenamente, as afirmações das autoras.

Uma delas refere-se a uma micro-empresa especializada em atividades de forte conteúdo tecnológico, com trabalhadores altamente qualificados que desenvolvem *softwares* especializados de reorganização de sistemas de grandes e médias empresas (hotéis de luxo e multinacionais) que permitem informatizar métodos e processos. Inicialmente com sede própria e seis funcionários, logo modificou o local de trabalho, baseando-os em suas residências. Embora o empregador tenha subsidiado o *upgrade* residencial como local de trabalho além de ter fornecido as ferramentas necessárias para o desenvolvimento das atividades, nem todos os funcionários têm a mesma participação por produtividade porque, trabalhando individualmente, critérios foram criados a partir da “eficiência” de cada um. Dos seis funcionários, quatro têm a carteira assinada e os outros dois tornaram-se microempresários e trabalham, como sub-contratados para a empresa. É interessante observarmos que embora os funcionários tenham férias remuneradas e 13º salário, a legislação trabalhista não reconhece o assalariamento formal a domicílio, pois, o que media a relação empregador e empregado é o princípio de hierarquia, portanto, da dependência, subordinação, o que não acontece neste tipo de relação, diante da natureza do trabalho desenvolvido, como acima colocado, o que aproxima esses trabalhadores altamente qualificados da precariedade da cobertura social do “tradicional” trabalho doméstico ou a domicílio.

Uma terceira experiência inovadora de trabalho a domicílio (Lavinias et alli, 2000:38) ocorreu na empresa Inepar S.A. Eletroeletrônica que ao deslocar-se do Rio de Janeiro para Curitiba, em 1992, especializou-se na fabricação de medidores de energia eletroeletrônicos o que exigiu a introdução de critérios e processos de controle de qualidade assim como novas práticas organizacionais da divisão do trabalho, isto é, além da profunda reorganização da divisão do espaço do trabalho (livre acesso com o fim de paredes e divisórias individuais, por exemplo), o “espaço da fábrica” foi reorganizado com a presença de mesinhas de bar para conversar, televisores, bancos de jardim, plantas estrategicamente distribuídas, visando a melhoria da qualidade do trabalho, dimensão, também, estratégica na certificação ISO 9000.

O trabalho a domicílio é introduzido na empresa, no bojo desse processo de reestruturação, sob a forma de parceria familiar, utilizando trabalho feminino. Inicialmente, o trabalho feminino é exclusivo na produção de *relais* devido a maior habilidade com a fiação e montagem de peças menores em uma produção fragmentada. A iniciativa de duas operárias produzirem *relais*, integralmente e sozinhas, possibilitou que o fizessem em suas casas, o que foi estendido a quase todas as outras, propiciando o surgimento das "parceiras familiares". Mesmo trabalhando a domicílio, todas têm carteira assinada, com vínculo permanente com a empresa e salário fixo, sendo a remuneração domiciliar com base no nº de peças montadas que são entregues no domicílio pela empresa e seu pagamento pelo sistema de recibo de autônomo em nome de outra pessoa, para não caracterizar o pagamento de horas extras, como operárias de fábrica. As "parceiras" dispõem de equipamentos para testar os produtos, o que propicia a oportunidade de estarem em permanente aprendizado, acompanhando a evolução do processo de produção.

As três últimas pesquisas desenvolvidas por Lavinias e alli (1988/2000) que objetivaram demonstrar a mudança de perfil do trabalho autônomo em nosso país traduzem as profundas desigualdades existentes entre os setores produtivos denominados de "ponta", como a produção e os serviços voltados para as áreas de informática, eletroeletrônica e telemática e aqueles reconhecidos como tradicionais, os da indústria de confecções, objeto das pesquisas desenvolvidas por Abreu e Borj (1994) e Teixeira e alli (1980-1981), apresentadas anteriormente. As desigualdades sobressaem, aparentemente, a nosso ver, a partir das relações de emprego, da diversidade da qualificação da mão-de-obra, de sua necessária requalificação, dos diferenciais de remuneração e das condições de trabalho.

Conforme Martins (1994), Faria (1994), Kon (1997b) e Druck (1999), o processo de subcontratação, de terceirização no Brasil tem tido como finalidade primeira a redução de custos em infra-estrutura e mão-de-obra através da desverticalização produtiva que expande formas de trabalho subcontratado, dentre as quais aquelas consideradas superadas pelo

“desenvolvimento” como o trabalho a domicílio, que retorna em uma outra dimensão, reincorporado a uma lógica que prioriza a competitividade e qualidade assim como, também, a adaptação da mão-de-obra aos processos de deslocalização espacial, conforme o ocorrido com a empresa Inepar (Lavinias et alli 1988/2000).

As pesquisas apresentadas nos mostram, portanto, o caráter polissêmico que assume o trabalho a domicílio, constituindo estratégias de crescimento econômico contraditórias, identificadas na literatura, de acordo com Lavinias et alli (1988/2000), como *a high road* do crescimento com o incremento da produtividade através de reorganização produtiva, maior qualificação da mão-de-obra, garantia de qualidade e competitividade e *a low road* do crescimento com baixos nível tecnológico, qualificação e remuneração do trabalho e produtos pouco competitivos. Essa dimensão polissêmica, para as autoras, se por um lado dificulta a regulamentação desse tipo de trabalho, por outro, favorece a sua valorização, a partir do perfil altamente qualificado da mão-de-obra empregada que parece possuir maior poder de barganha nas negociações.

Reconhecemos a importante contribuição das análises desenvolvidas pelas autoras para entendermos o papel e a importância do trabalho a domicílio ao longo do nosso processo de desenvolvimento e a necessidade de atualizarmos esse debate, a partir de sua integração “renovada” em ambientes produtivos altamente qualificados. Entretanto, entendemos que essa heterogeneidade de formas de produção, como acompanhamos até o momento, ao contrário do que possa parecer, não garante, efetivamente, um positivo efeito de valorização do trabalho.

As condições de trabalho das costureiras de confecção e dos alfaiates apresentadas pelas pesquisas citadas, mostram-nos que mesmo em relações precárias existem diferenças, desigualdades, no caso, agravadas pelo gênero. O fato dos alfaiates terem seu próprio lugar de trabalho fora de suas casas é uma demonstração de poder socialmente construído já que a reprodução familiar é transferida para as mulheres sendo a casa uma integração

metabólica entre a reprodução da força de trabalho e do capital. Seja indo à fábrica buscar as encomendas seja as recebendo em seu domicílio, a trabalhadora de confecção está submetida a uma determinação de tarefa e à sua fiscalização, o que caracteriza, pela legislação trabalhista, uma relação de emprego, mas que nunca é reconhecida pelo contratante, sendo, inclusive, comumente considerada ilegal.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) interpreta o trabalho a domicílio como uma relação de emprego já que, em seu art. 6º:

Art. 6º - Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que esteja caracterizada a relação de emprego.

Portanto, a lei não distingue o trabalho realizado sob o teto do empregador daquele realizado no domicílio do empregado, tendo ambas as situações de estarem subordinadas ao empregador. É neste sentido, que o trabalho a domicílio é reconhecido como uma relação de assalariamento disfarçado.

Os trabalhadores que vivem do tele-trabalho, os empregados a domicílio da micro-empresa virtual e aqueles domiciliados da Inepar embora tenham vínculos empregatícios formalizados cremos, também, não corresponderem à formas de valorização admitida por Lavinias et alli (1988/2000). Conforme explicitado anteriormente, esses trabalhadores que vivem do trabalho a domicílio arcam com despesas que fazem parte de sua reprodução enquanto força de trabalho e, mesmo não tendo um controle direto do contratante, este controle é dissimulado pelas tecnologias e organização empresarial que individualizam o ritmo e dedicação ao trabalho (Kumar,1997), confinando-os às redes de comunicação (de fato, redes de controle), além de, como nos baseados da Inepar (Lavinias et alli, 2000), a ilegalidade estar presente através da burla do pagamento do trabalho a domicílio realizado, a terceiros.

Cremos que haja níveis de precarização entre os diversos setores produtivos e entre as diferentes formas de trabalho a domicílio, o que não descaracterizam a sua presença em todas elas. De um lado o não

reconhecimento da relação de emprego e a total desproteção e fragilidade do trabalho, por outro, relações formais estabelecidas que não garantem a autonomia do trabalho e, muito menos, a formalidade das relações. As incertezas parecem cada vez mais fragilizar a capacidade de resistência física e mental dessa força de trabalho, pois a desigual precariedade, acompanha a desigual condição de sua reprodução e sobrevivência.

A heterogeneização das formas de trabalho a domicílio configura um “novo” perfil do trabalho a domicílio porque, hoje, integra tanto pessoas de classes mais favorecidas e qualificadas o que não ocorria com frequência, assim como aquelas com baixo nível de qualificação, de renda, que embora reconhecidamente “tradicionais”, também, participam ativamente do mercado nacional e internacional. É um processo contraditório que impõe uma ordem de “equivalência”, reproduzindo diferenças, frutos da essência do desenvolvimento capitalista e, não, apenas, de suas recentes transformações.

CAPÍTULO 2 – O ESPAÇO E AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

A produção capitalista unificou o espaço, que já não é limitado por sociedades externas. Essa unificação é ao mesmo tempo um processo extensivo e intensivo de banalização. A acumulação das mercadorias produzidas em série para o espaço abstrato do mercado, assim como deveria romper as barreiras regionais e legais e todas as restrições corporativas da Idade Média que mantinham a qualidade da produção artesanal, devia também dissolver a autonomia e a qualidade dos lugares. Essa força de homogeneização é a artilharia pesada que fez cair todas as muralhas da China (Débord, 1997:111).

Este capítulo é um esboço de interpretação teórica, a partir de Harvey (1989), Gatto (1989), Lipietz (1991), Kumar (1997) e Souza (1997), das mudanças produtivas, organizacionais e de regulação ocorridas nos últimos anos que propiciaram o reconhecimento da dimensão espacial como, também, uma das condições para o desenvolvimento. As transformações tecnológicas propiciaram maior fluidez na localização espacial do capital produtivo como também na criação de novos espaços “produtivos” como aqueles demarcados por um ambiente voltado para a pesquisa e desenvolvimento de novos “produtos” como os tecnopólos.

Por sua vez, a pressão por rebaixamento de custos, aumento da produtividade e da qualidade propiciou que espaços produtivos denominados de distritos industriais ou sistemas produtivos locais, marcados por intensa atomização das unidades produtivas, construídos pelo conjunto do trabalho familiar e com produção bastante fragmentada se tornassem “modelos” de um desenvolvimento também interpretado como “novo”, devido a escala mais localizada de atuação dos seus agentes, como nos mostram Abdelmalki et Courlet (1996), Courlet et Pecquer (1996), Kirat et Sierra (1996), Gurissati (1999) e Coró (1999).

O reconhecimento da dimensão local destaca um caro conceito à Geografia que é o território, espaços de possibilidades de todas as ações,

portanto, de múltiplas territorialidades que, embrionariamente desenvolvemos a partir de Sack (1986), Haesbaert (2000;2002) e Raffestin (1993).

Os acontecimentos dos últimos quarenta anos parecem confirmar a dialética do processo de internacionalização através de pares organicamente integrados: homogeneizar/ segmentar, centralizar/ desverticalizar, reconstruir/ destruir que constituem uma unidade, uma totalidade chamada processo de acumulação de capital. Ao mesmo tempo em que a sua expansão rompe barreiras, como afirma Débord (1997:111), nela se constitui, impondo uma nova ordem, quebrando autonomias, gerando heteronomias, criando desigualdades, diferenciando os lugares. Essa dialética é intrínseca a esse modo de reproduzir-se, de expandir-se, a esse tipo de desenvolvimento, palavra que significa, segundo Ferreira (1999:649), "*desenvolver, desenrolar, fazer crescer, produzir, progredir*" mas que se confirma, parcialmente, a sua concretude.

2.1 – A reorganização dos espaços produtivos

Foi após a 2ª Guerra Mundial, com a implementação de políticas macroeconômicas de cunho keynesiano, que a noção "desenvolvimento" passou a integrar uma série de ações governamentais com base em um corpo de formulações denominado de Teorias do Desenvolvimento¹.

¹ Essas teorias eram portadoras de um ideário de modernização e crescimento gerador de riquezas, acumulativo, mas sem incluir um caráter de maior equidade em sua distribuição, acentuando, profundamente, os níveis de desigualdade e pobreza, já existentes, intra e inter países, mesmos naqueles que conheceram momentos de crescimento econômico reconhecidos, como o Brasil. De acordo com Méndez (1997) as Teorias do Desenvolvimento estruturaram-se, principalmente, com base nos seguintes pressupostos:

- a realidade das regiões mais pobres do mundo é distinta o suficiente para justificar a classificação dos países em dois grupos e a construção de um instrumental teórico que incorpore tais diferenças.
- as relações econômicas entre os países dos dois grupos podem ser formuladas de modo a serem benéficas para ambos.
- as políticas públicas e o relacionamento internacional são meios importantes ao encaminhamento das soluções para os principais problemas destas regiões.

Souza (1997:48/51), a despeito de reconhecer as diferenças existentes entre os postulados das teorias do desenvolvimento, unifica-as através do que denomina de "cumplicidade essencial" em termos epistemológicos, ou seja, o comprometimento com o "paradigma da simplificação" criticado por Edgar Morin. Inicialmente, destaca a mono-dimensionalidade da vida social contida nessas teorias, interpretando-a a partir de uma dimensão mais ou menos exclusiva como o desenvolvimento econômico, por exemplo, levando a uma separação simplista do endógeno e exógeno, entre distintos processos espaciais e escalas de análise, excluindo o papel do espaço nos processos de desenvolvimento. Esses reducionismos, conclui, favorecem o etnocentrismo e o comprometimento ideológico com os modelos racionais e simplificadores.

Todos esses pressupostos, todavia, não foram suficientes para diminuir as desigualdades existentes, pelo contrário, na grande maioria das experiências de ordenamento territorial uma das mais constrangedoras conseqüências foi o aumento das diferenças. Entretanto, importantes transformações ocorridas tanto nas escalas internacional, inter regional ou interurbana, alteraram as dinâmicas tanto de áreas tradicionais, em declínio, assim como a emergência de novos espaços produtivos.

As dinâmicas dessas "novas" formas espaciais colocaram a necessidade de uma renovação teórica capaz de dar sentido aos novos cenários constituídos pelas relações entre a dinâmica sócio-econômica e o território, parcela apropriada do espaço que passa a ser considerada como dimensão constitutiva da realidade local, tanto nos países centrais e nos chamados países em desenvolvimento, a partir de inúmeras experiências de industrialização localizada. Como analisar esses espaços produtivos?

Grandes transformações têm contribuído para redefinir o capitalismo contemporâneo. Esse processo de mudanças ocorreu inicialmente nos países capitalistas centrais, decorrentes dos antagonismos estruturais do denominado fordismo-keynesiano, evidenciando sintomas de esgotamento de um modo de regulação do capitalismo e de gestão e organização do processo de trabalho. Alastrando-se, posteriormente, em nível mundial, sua natureza globalizante

deflagrou processos ao mesmo tempo (des)estruturantes dos espaços produtivos e sociais locais, transfigurando uns, arruinando outros.

Para Santos (1993, p. 33), *"a globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, a amplificação em 'sistemas-mundo' de todos os lugares e todos os indivíduos, embora em graus diversos"*.

Para Mézáros (2002:111) a globalização é uma tendência proveniente da natureza do capital desde o seu início: o desenvolvimento de um sistema internacional de dominação e subordinação onde o Estado tem um papel fundamental. O sistema do capital compõem-se de estruturas internamente fragmentadas, a produção e a circulação, que se articulam como Estados nacionais através de um duplo padrão: internamente, nos países centrais, propiciando um melhor padrão de vida e na "periferia subdesenvolvida" exercendo o seu autoritarismo e avalizando a exploração do trabalho.

Chesnais (1996) afirma que a mundialização do capital designa muito mais do que uma nova etapa do processo de internacionalização mas uma nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e regulação. Para ele, a mundialização do capital resulta de dois movimentos articulados, porém, distintos: aquele que é consequência de um movimento de acumulação promovido desde 1914 e um outro decorrente das políticas de liberalização, privatização, desregulamentação e desmantelamento das conquistas sociais, a partir da década de 1980 com os governos Thatcher e Reagan.

A dimensão econômica da estruturação dessa ordem mundial constituiu um aspecto crucial da mundialização (transnacionalização da produção e do comércio mundiais, expansão e aceleração dos fluxos internacionais, rapidez e intensidade dos avanços tecnológicos alavancados pelos setores de telecomunicações e informática). Entretanto, empobrece-se sem a compreensão da sua natureza política, isto é, da articulação entre os atores que estruturaram as relações de poder e conduziram a dinâmica bastante desigual do processo.

Vivenciamos, de fato, a explosão das contradições do capital mundializado que, para ser compreendida, coloca a necessidade de articulação de instrumentos analíticos capazes de interpretar seu movimento e, conseqüentemente, os limites do seu sistema metabólico.

Com o objetivo de evidenciar as transformações recentes e delinear nosso objeto de estudo resgatamos, as características dos modelos de produção mais recentes, para a seguir, tratar dos “novos” espaços produtivos que emergiram ao final dos anos 80 e que podem contribuir para a análise do nosso objeto de estudo.

2.1.1 - O taylorismo fordista

Foram nas formulações propostas em *Os princípios da Administração Científica*, de Frederick Winston Taylor, que um novo padrão de gestão e organização do trabalho, o “taylorismo”, passa a constituir um dos pilares do capitalismo denominado fordista. O “taylorismo” ou “administração científica do trabalho” ou “o método para aumentar a produtividade do trabalho” surgiu nos albores do século XX, período em que o conhecimento científico se tornou mais decisivo no desenvolvimento de diversas áreas da produção industrial (mecânica, elétrica, química, metalúrgica, construção naval, dentre outras). É um método que separa o trabalho manual do intelectual, parcelizando-o em tarefas, o que acarreta um grande crescimento da sua produtividade assim como a perda da capacidade criadora do trabalhador, tornando-o um operador de máquinas sob um controle hierárquico do seu trabalho.

Henry Ford aplicou os métodos tayloristas à sua indústria automobilística para reduzir o tempo de trabalho e o preço do produto através de um grande volume de produção, pois o parcelamento de tarefas torna o trabalho repetitivo e integrado através de esteiras que dão uma cadência regular no ritmo das sucessivas etapas de trabalho. Além disso, põe em prática a padronização de peças, evitando o gasto de tempo no treinamento de novas rotinas. Para Gramsci (1976:396), o fordismo não se constituiria apenas em um novo modo de gerir a fábrica, mas toda a sociedade,

(...) pois os novos métodos de trabalho são indissolúvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro.

(...) o alcance objetivo do fenômeno americano, que é também o maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência jamais vista na História um tipo novo de trabalhador e de homem.

Henry Ford pensava que as linhas de montagem imporiam uma maior disciplina ao trabalho e o autoritarismo do poder corporativo pudesse, também, regular a demanda social. A depressão de 1929 evidenciou os limites do liberalismo e o momento de fortalecimento de forças, poderes, como o do Estado, para dar continuidade ao processo expansionista e reprodutivo do metabolismo do capital, resultando no "New Deal" norte-americano e no nazifascismo na Europa. Porém, é após a 2ª Guerra Mundial que consolida-se o chamado compromisso fordista.

Gatto (1989) considera, sob o ponto de vista tecnológico e produtivo, que o processo de expansão do fordismo foi possível, também, pela disponibilidade de uma fonte de energia barata que permitiu a expansão do núcleo tecnológico energético-intensivo como o complexo automotriz e os bens de consumo duráveis tanto mecânicos como elétricos. São estruturas que demandam grandes plantas, mais adequadas para maiores ganhos de escala de produtos padronizados.

Portanto, a acumulação capitalista, de cunho fordista, engendrou novas formas de realização, através de mecanismos e formas institucionalizadas de "ajustes" e de condições do uso social da produção, cabendo ao Estado regular a economia e preservar o bem-estar dos "cidadãos".

O Estado assumiu o papel de grande articulador do pacto fordista, tornando-se o seu principal financiador. Com responsabilidade ativa no controle da conjuntura econômica, direciona investimentos em infra-estrutura e em setores vitais para a produção e o consumo de massa, articulando mecanismos de cobertura social e de poder de intervenção direta e indireta no pacto entre o trabalho e o capital. É a construção do "American way of life", simbolizando um modelo de desenvolvimento gerador de novos padrões de

renda, consumo e qualidade de vida, uma forma de reprodução e realização social.

A busca de ganhos de produtividade através da ampliação da escala de produção fez com que cada vez mais, o fordismo se expandisse geograficamente. Até meados de 1960, os principais fluxos produtivos e financeiros realizaram-se entre os países centrais, onde as condições para a sua consolidação já estavam dadas, permanecendo os mercados externos periféricos com as tradicionais funções de produtores de matérias primas. Para Lipietz (1991:27) são três décadas de crescimento acelerado e virtuoso do fordismo central: a "Idade de Ouro".

A partir dos anos de 1970, o período de acumulação do fordismo e da fase keyesiana começou a dar sinais do descontrole de seus antagonismos estruturais². O pacto fordista torna-se cada vez mais tensionado diante da tendência decrescente da taxa de lucro frente ao contínuo processo de mecanização e das pressões dos trabalhadores por maior participação nos crescentes ganhos de produtividade e aumentos salariais; a retração do consumo em resposta ao desemprego estrutural; a relativa autonomia da esfera financeira frente aos capitais produtivos; o crescente processo de fusões e a retração dos gastos públicos diante da crise fiscal do Estado. Tais contradições levam à ampliação do seu espaço de reprodução, configurando uma lógica de acumulação denominada por Lipietz (1988), de "fordismo periférico".

Cocco (2000:81) ao analisar a crise do fordismo afirma que:

o taylorismo, seus mecanismos de geração dos ganhos de produtividade pela rigidez explícita e uma organização produtiva fortemente verticalizada e pela rigidez implícita no controle quase monopolista de vastos mercados de massa, chega à sua definitiva maturidade. As organizações produtivas que conseguem manter-se no contexto da nova competição são as que alcançam um certo nível de flexibilidade, ao mesmo tempo na qualidade e na quantidade do que se produz.

² Mészáros (2002) faz densa e distinta análise sobre o sistema metabólico do capital.

Essa "rigidez", na verdade, é *"uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo..."* (Harvey, 1989:136).

2.1.2 - A acumulação flexível ou flexibilização da produção

A estrutura hierárquica e compartimentada da organização do trabalho é quebrada com a introdução da microeletrônica que impõe mudanças na prática produtiva através de tecnologias baseadas em informação que permitem um maior grau de flexibilidade nas áreas de processo e organização, *"...flexibilidade de produtos e do "mix" de produção, flexibilidade de volumes, flexibilidade de desenhos, flexibilidade de rotinas produtivas, flexibilidade de bens de capital, flexibilidade do processo de trabalho, etc"*.(Gatto,1989:13).

A tecnologia microeletrônica aplicada a bens de capital e processos de gestão acelera e demanda informação, ao integrar os diversos aspectos da produção e da empresa, propiciando vantagens econômicas e técnicas sobre os métodos de processar e transmitir informações anteriores. O núcleo dinâmico tecnológico deslocou-se, portanto, das indústrias metal-mecânicas para aquelas produtoras de novos materiais, atividades *"high tech"*: eletrônica, computação, engenharia genética, indústria bélica, telecomunicações, química inorgânica e medicamentos de base biológica etc.

O paradigma tecnológico que se impôs contribuiu para alterar as relações inter e intra-empresas, mudando a natureza da desverticalização produtiva que passa da busca da redução dos preços relativos de produtos para mercados de massa, para uma desintegração que busca produtividade por diversidade, qualidade e rapidez, possibilitando maior participação de pequenas e médias empresas, além da linha de montagem reestruturada, na lógica da acumulação flexível . A desintegração produtiva, nesses marcos, constitui-se em estratégia de crescimento econômico baseada na transferência de setores antes verticalizados para outras empresas, criando vantagens competitivas ancoradas em procedimentos mais dinâmicos de gestão e

organização, como integração por redes de comunicação, capacidade de inovação, maior agilidade frente às mudanças de mercado etc.

Kumar (1997) analisa as atuais transformações a partir de um conjunto de teorias que objetivam interpretar as complexas mudanças ocorridas nas sociedades industriais. A teoria da sociedade de informação, assim chamada por alguns teóricos (Wiener, 1968; Bell, 1980; Toffler, 1981; Naisbitt, 1984 apud Kumar, 1997) defende a idéia de que o avanço do progresso tecnológico informacional e das comunicações que permitiram a transmissão de mensagens, informação mais especializada e individualizada através de redes eletrônicas, ocasionando mudanças na vida social, política, econômica, cultural. Seus entusiastas comemoram a substituição do trabalho e do capital pelo conhecimento e informação como as novas fontes de criação de riqueza.

Desse modo, a sociedade fundamentalmente produtora de bens materiais através de um trabalho rotinizado, hierarquizado e fragmentado é substituída por um "novo modelo de produção", à medida que as mudanças nas bases econômica, social e política, possibilitam maior acesso ao conhecimento, ampliando a participação à cultura e ao lazer, julgando seus defensores que as novas tecnologias libertam o homem do jugo do trabalho rotinizado, propiciando para Bell (1980), citado por Kumar (1997:32), o desenvolvimento da sua criatividade em tarefas multiespecializadas:

O conhecimento não só determina, em um grau sem precedentes, a inovação técnica e o crescimento econômico, mas está se tornando rapidamente a atividade-chave da economia e a principal determinante da mudança ocupacional.

É inegável que a tecnologia de informação revolucionou as formas de produção, de consumo e o cotidiano das pessoas, entretanto, críticas se colocam diante dessa fé racionalista, progressista e evolucionista. Beniger (1985:435 apud Kumar,1997:30) chama a atenção de que a sociedade de informação é consequência do que ele denomina de "revolução do controle" que tem origem há mais de um século, com o crescente e contínuo aperfeiçoamento tecnológico que necessita, cada vez mais, de controle sobre a sua própria lógica de reprodução:

A sociedade de informação não é produto de mudanças recentes... mas, sim, de aumentos de velocidade do processamento material e dos fluxos através da economia material, que se iniciaram há mais de um século. Da mesma forma, o microprocessamento e a tecnologia da computação, ao contrário da opinião ora em moda, não representam uma nova força desencadeada apenas há pouco tempo sobre uma sociedade despreparada, mas tão-somente a etapa mais recente do desenvolvimento contínuo da revolução do controle.

O mito da multifuncionalidade (como exaltado anteriormente por Bell, 1980 apud Kumar,1997) é objeto de críticas que ressaltam a crescente desqualificação do trabalho pela rotinização imposta pelos equipamentos eletrônicos que agora não substituem apenas o trabalhador braçal, mas, também, aqueles até então considerados qualificados (engenheiros, arquitetos, médicos, entre outros) que se vêem cada vez mais como "operadores de máquinas" ao serem substituídos por sistemas especializados de inteligência artificial (Kumar,1997:34). Tais mudanças afetam profundamente o mercado de trabalho, pois demandam uma qualificação mais "extensiva", com incorporação de conhecimentos diversificados e um menor número absoluto de trabalhadores formais, conforme afirma Harvey (1989:141):

O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego "estrutural" (em oposição a "ficcional"), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais(...) e o retrocesso do poder sindical - uma das colunas políticas do regime fordista".

O resultado dessas práticas produtivas e de novas formas de controle do trabalho é o aumento da precariedade das suas condições, através da perda de valor de qualificações e de postos de trabalho, da restrição de benefícios sociais e da redução da remuneração. Como conseqüências desse processo, expandem-se as relações de trabalho menos estáveis, do emprego temporário e o mercado informal, fragilizando ainda mais as condições de reprodução social dos já desprivilegiados e não incluídos nos "30 Anos de Ouro".

Harvey (1989) ressalta que a reestruturação do mercado de trabalho foi acompanhada por uma reorganização industrial, isto é, o aumento do desemprego industrial levando ao surgimento de formas de sobrevivência através de "negócios" que revivem relações familiares, paternalistas, do

"antigo trabalho doméstico", agora articulado à lógica da acumulação contemporânea. São as chamadas economias "negras", "informais", "subterrâneas" que simbolizam as precárias condições de trabalho e de vida dos "fora do circuito formal" mas geradoras de lucros bastante atrativos, decorrentes das práticas abusivas e ilegais de sonegação de impostos e não cumprimento dos dispositivos reguladores das relações entre o capital e o trabalho.

Ao mesmo tempo, a quebra da rigidez estrutural fordista proporcionou uma maior fluidez espacial, isto é, um relativo grau de liberdade, de "flexibilização", de reorganização da produção e da circulação, proporcionando novas ou recuperando "velhas territorialidades".

Gatto (1989) destaca, como resultado dessas transformações, o surgimento e valorização de novas formas de aglomeração espacial que derivaram uma nova divisão regional do trabalho, chamando-nos a atenção para aquelas identificadas como complexos científicos-produtivos, denominados na literatura como Tecnopolos, Centros de Inovação, Parques Científicos, dentre outras. São vários os elementos que caracterizam essas "regiões criativas": primeiramente, por concentrarem universidades, institutos de pesquisas públicos e privados, pequenas e médias empresas que, em parceria, desenvolvem tecnologias e novos produtos. Embora representem uma conjugação de interesses públicos e privados, o poder público é o grande incentivador da interação do capital privado com o conhecimento científico.

Outras formas de aglomeração espacial analisadas pelo mesmo autor, bastante distintas das anteriores, são as chamadas áreas - sistemas ou distritos industriais, constituídas por um conjunto de empresas concentrado territorialmente, com baixo volume de capital fixo, forte fragmentação do processo de trabalho e voltado para um mercado bastante diversificado. São pequenas e médias empresas fortemente integradas através de formas específicas de coordenação e de organização da produção, entretanto, "...: o distrito não é o somatório de PMES porém o produto da interrelação das empresas participantes. ", segundo o mesmo autor (1989:25). Esses espaços

produtivos são identificados com os “distritos marshallianos” cujas vantagens frente às grandes escalas de produção decorrem da agregação territorial de pequenas empresas especializadas e com produção diversificada, constituindo um único mercado de trabalho local e envolvido por um “espírito de iniciativa empreendedor.

2.1.2.1) - Os distritos industriais

A crise do modelo de desenvolvimento fordista caracterizada pela produção em massa, sobretudo de bens de consumo duráveis, em grandes plantas organizadas sob a forma taylorista de trabalho e uma relativa estabilidade macroeconômica por parte dos governos centrais fez emergir formas mais flexíveis de organização do espaço industrial, isto é, do trabalho e do capital, dentre as quais, ganhou renome a organização produtiva de distritos industriais italianos³, conhecida mundialmente como a experiência da *Terceira Itália* (a primeira Itália seria o Norte industrializado, enquanto a segunda corresponderia às regiões mais atrasadas do Sul do país).

Os distritos industriais foram caracterizados inicialmente por Alfred Marshall, em sua obra *Principles of Economics*, de 1890, que, enfatizava a dimensão locacional e destacava as vantagens da produção em escala de forma mais eficiente, a partir da concentração espacial de um grande número de pequenas e médias empresas (PMEs) em um *locus* específico.

Ao final do século XX os distritos industriais ganham nova relevância a partir de estudos realizados sobre a *Terceira Itália* – que compreende as regiões do Veneto, Trentino, Friuli-Venezia Giulia, Emilia-Romagna, Toscana, Marche e parte da Lombardia. Segundo Gurissati (1999: 77/79):

³ Benko e Lipietz (1994) e Cocco, Urani e Galvão (1999) são duas referências sobre a origem, evolução e emergência dos distritos industriais nos cenários mundiais.

Esta área, junto com algumas outras (noroeste italiano, Rhone-Alpes na França, Baden-Wuttemberg e Baviera na Alemanha, Suíça e Áustria), compõem uma macrorregião europeia denominada Área de Desenvolvimento do Arco Alpino.... seria o berço de um novo modelo de produção industrial, mais recente e mais forte do que aquele que se desenvolveu no pós-guerra na macrorregião europeia, ainda hoje dominante do ponto de vista cultural, político e financeiro (a Europa das Capitais).

A experiência da Terceira Itália caracterizou-se pela formação e desenvolvimento de sistemas produtivos locais, fortemente especializados através de uma rede de pequenas empresas, de setores tradicionais como confecções, calçados, produtos cerâmicos etc. Esses sistemas produtivos locais guardavam uma forte relação com a agricultura e tradição artesanal, e requeriam uma mão-de-obra qualificada apta à atualização tecnológica. Essa experiência de organização territorial da produção, de início, parecia ser uma experiência local restrita e geograficamente localizada, mas com a crise do modelo fordista de produção, conquistou o mundo. O caráter coletivo predominante dos fortes laços comunitários apoiados na tradição, colocaram a região em destaque na economia nacional e no comércio internacional . (Garafolli,1993;Coró,1999).

Para Becattini (1994,20:22) *"o distrito industrial é uma entidade sócio-territorial caracterizada pela presença activa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico."* Uma de suas principais características é o seu sistema de valores que configura uma ética que permeia os mais diversos aspectos do metabolismo social, com apoio em um corpo de regras e instituições próprias do lugar (família, Igreja, escola, organizações políticas e sindicais, públicas e privadas e outras inúmeras instâncias).

Realça o autor, também, que a localização das firmas em um distrito não é um resultado da atração de determinados processos produtivos por força da disponibilidade de recursos, ao contrário, as empresas territorializadas são decorrência de desenvolvimentos históricos específicos, possuindo relações bastante sólidas com a região. Como resultado, a "população de firmas" presentes em cada distrito apresenta características bastante particulares, refletindo seus respectivos processos de formação, sendo condição

indispensável para a sua sobrevivência, a criação de uma rede permanente de relações entre o distrito, seus fornecedores e clientes.

Embora reconheça as diferenças dos respectivos contextos históricos, tais características levaram Beccatini (1994) a identificar essas formas de organização produtiva como distritos industriais marshallianos, na medida em que manifestam oportunidades decorrentes da concentração espacial e da rede de relações entre os diversos agentes que estruturam as atividades produtivas, ganhos de externalidades.

Sengenberger e Pike (1999) consideram a organização a característica fundamental de um distrito industrial, isto é, os princípios básicos que os constituem: a existência de redes de empresas, pertencentes a um mesmo setor industrial, que estabelecem uma divisão de trabalho geograficamente delimitada, propiciando que a empresa faça parte de uma rede coletiva constituída de empresas, pessoas e instituições que, pela proximidade, trocam informações e estabelecem formas de colaboração e agilidade das transações dentre outras vantagens geradas da aglomeração produtiva.

Os autores destacam, também, o importante papel da mão-de-obra treinada e adaptável e das ações de cooperação e confiança mútua que amalgamam as condições particulares de eficiência e concorrência. Também admitem que os bons resultados de alguns distritos industriais italianos fogem aos padrões clássicos de desenvolvimento regional, mas chamam a atenção de que (idem: 101/102):

há princípios de organização que seriam muito úteis em outros contextos e países.... Isto não significa oferecer um modelo perfeito que resolverá num passe de mágica todos os problemas de desenvolvimento. Também não quer dizer que estamos inteiramente satisfeitos com todos os aspectos do que viemos a saber sobre os distritos existentes. Contudo, acreditamos que é possível tirar lições positivas e que suas implicações deveriam ser rebatidas.

Os bons resultados não garantiram, entretanto, boas críticas. Um dos principais argumentos é que essas formas de organização produtiva são constituídas por pequenas e médias empresas baseadas no trabalho a domicílio, relações informais, portanto, não sendo obrigadas a cumprirem o *Statuto dei laboratori*, de 1970, isto é, de formas produtivas não

contempladas, como as pequenas empresas, de poderes organizativos do trabalho. O grande capital recorre, portanto, ao trabalho informal da pequena empresa que, sob empreitada, reproduz as velhas formas de exploração que mais se aproxima do "pré-capitalismo" do que do "pós-fordismo" (Kumar, 1997,52/53).

Para Coró (1999) uma característica básica de um distrito é a aprendizagem e o nível dessa atividade pode ser avaliado a partir da capacidade de responder à complexidade dos processos produtivos e de mercado. A conectividade com os mercados globais demandam circuitos informativos e relacionais cada vez mais complexos assim como a exigência de internalização de tecnologias que exigem a criação e difusão do conhecimento. Entretanto, o "conhecimento" gerado, afirma (idem: 181), não deve ser restrito nem à tradição nem à produção do conhecimento sistemático mas entendido como a reflexividade da vida social, isto é,

o valor do conhecimento é gerado pela contínua conversão de linguagens científico-tecnológicas (conhecimentos explícitos que circulam nas redes globais) e saberes prático-contextuais (conhecimentos tácitos depositados nas tradições produtivas da realidade local). É do encontro e da troca coletiva entre estas duas esferas que nasce e toma corpo a inovação.

Podemos relacionar a inovação à permanente recombinação dos mecanismos de "desencaixe", os sistemas peritos e fichas simbólicas que configuram, conforme Giddens (1991:84), cada vez mais sistemas abstratos, permanente situação de presença/ausência, de rosto/sem rosto, de "reencaixes":

todos os mecanismos de desencaixe interagem com contextos reencaixados de ação, os quais podem agir ou para sustentá-los ou para solapá-los; e de que os compromissos sem rosto estão vinculados de maneira ambigualmente análoga àqueles que exigem a presença do rosto.

O acesso dos distritos aos circuitos formalizados e abstratos de saberes é dependente de ações de atores e agentes públicos e privados capazes de interagir circuitos cognitivos tão plurais, o que coloca o alto grau de especificidade e autonomia da dimensão reguladora do sistema produtivo social. A autonomia é proporcional à capacidade de manter não só os processos de auto-regulação, de organização, como, também, manter uma

identidade distinta no exterior, isto é, em condições de modernidade a capacidade de reflexividade das instituições locais em organizar a vida social.

A teoria dos sistemas autoproduzidos (Maturana e Varela, 1985 e 1987 apud Coró,1999:185) pressupõe que os sistemas produtivos trocam recursos (mercadorias e informação) com o exterior constituindo verdadeiros **nós** em uma **rede** de sistemas distintos, de **nós**. Essas relações estão condicionadas pelo seu ambiente interno altamente seletivo, em um limite de variabilidade que não perturbe a sua organização, na medida em que, reconhecendo o princípio da autonomia, as ações externas estejam circundadas pela maleabilidade de sua estrutura interna. A principal função do sistema produtivo é autoproduzir-se, manter sua identidade em constante transformação o que propicia serem contingentes suas diversas especializações, isto é, a reflexão permanente das práticas sociais sobre si mesmas implica em uma re-contextualização contínua.

A auto-reprodução, a reflexividade dos sistemas produtivos, coloca em destaque seus mecanismos de regulação, sua governança, que, de acordo com Coró (1999:188/191), pode ser identificada em três níveis de ordens (sem grandeza);

- a interação de mercados, fruto de densa trama de relações internas que reduzem os custos de transação ligados aos bens coletivos, constituindo “um sistema de integração auto-regulado, que funciona como tal na medida em que a população local facilita a divisão de linguagens específicas e a interioração de valores comuns”;
- o papel da economia associativa através de entidades representativas dos interesses envolvidos na trama da vida social produtiva sejam de trabalhadores, artesãos, pequenos empresários, poder público, religioso dentre outros, diferenciando-se a confiança institucional de acordo com a estrutura versátil, mecanismos “de cooperação voluntária de tipo funcional, com base local, que age como produtor de bens

públicos gerais típicos (agendas políticas, programas estratégicos etc.), além daqueles mais propriamente categoriais;

- a presença de médias e grandes empresas que cada vez mais participam da estruturação das relações sociais, produtivas e dos mercados locais, favorecendo a oferta de bens e serviços (mesmo sociais) de interesses coletivos. Essa multiplicidade de interesses aumenta o poder de barganha dessas empresas como das representações locais que se beneficiam de estruturas que nutrem a especificidade local. "Na verdade, a eficiência desses tipos de sistema de auto-regulação representa ao mesmo tempo uma oportunidade e um limite para a ação pública".

Nesse sentido, Coró (idem:192) evidencia alguns desses mecanismos auto-reguladores, devido aos limites que encontram diante de estratégias de âmbito mais regional /global e mesmo nas ações da vida social. , ao questionar: "*como facilitar as transformações e, ao mesmo tempo, garantir a manutenção da identidade?*"

Gurisatti (1999:81/82) afirma que, esse modelo só é possível distinguir-se ao longo de tempo, pois é resultado de um período histórico, portanto, portadores de um *DNA* específico e mutante. Por sua vez, o sucesso de mercado se deve a forma específica de *organização*, de governança ou planejamento organizativo que substitui as formas clássicas de organização da grande empresa. Essas estratégias baseadas em sistema de redes e autonomia das organizações aplicadas em contextos internos definem formas particulares de planejamento, uma *intervenção sistemática* nas características do *DNA* de uma região ou território (Warglien e Levintha apud Gurisatti,1999:82) Quais as estratégias, os elementos dessa *intervenção*? Uma convergência de interesses públicos e privados em territórios onde os atores assumem compromissos seja na autonomia de cada unidade produtiva seja na acumulação particular (divisão dos lucros), possibilitando uma convergência de interesses não hierárquicos.

O autor destaca, também, o fato dessas aglomerações constituírem alternativas mais flexíveis às empresas fordistas, na medida em que a "paisagem" embora possa manter uma forma que se aproxime da hierarquia das grandes empresas possui uma "ordem", um código, um "DNA" específico, isto é, um conjunto de particularidades que definem o território como composto por micros, pequenas ou médias propriedades envolvidas em uma divisão de trabalho marcada pela cooperação e participação, com a presença de instituições comunitárias com forte representatividade e estreitos vínculos com o mercado global através de iniciativas públicas ou privadas.

Esse território, o distrito industrial, é uma forma específica de organização, de governança, que objetiva alcançar a participação dos agentes nas decisões em diferentes níveis, desde a análise do produto até os investimentos necessários, exigindo um jogo de equipe permanente, onde o empresário é um membro da comunidade-rede, portanto, o seu sucesso depende da sua participação no jogo da valorização que tem como base a cooperação em um ambiente onde as empresas possuem funções e técnicas semelhantes, um mesmo nível de decisão em permanente busca de inovações.

Os impactos externos tendem a ser amortecidos pela capacidade de mobilização e transferência entre os produtores já que são pequenos capitais investidos, com baixos custos de pesquisa e desenvolvimento, possibilitando, desse modo, uma redistribuição na cadeia de valor (equipe de produtores). Esse jogo social propicia ao distrito condições de destaque na medida em que propicia um desenvolvimento local onde o território exerce uma função integradora, alimentando permanentemente as articulações entre as empresas em redes horizontalizadas no plano interno, e verticalizadas no plano externo.

A capacidade do distrito ou sistema produtivo responder aos estímulos externos depende da reflexividade de sua estrutura interna, ou seja, "*a especialização produtiva, o acúmulo de competências, as instituições reguladoras e a cultura da sociedade local*" que, uma vez articulada com o cenário global, propicia um **acoplamento estrutural** (Coró,1999:172). São duas escalares, estabelecendo relações de várias dimensões: interna/externa,

endógena/exógena, vertical/horizontal, local/global, propiciando um desenvolvimento real. O acoplamento estrutural é o “desencaixe” (conexões de presença/ausência) do território, o seu “alongamento” a dimensões infinitas.

Portanto, analisar o desempenho dos distritos industriais a partir do acoplamento estrutural, do seu “alongamento”, implica em não considerar apenas a contingência mas a sua capacidade evolutiva para desempenhar o papel de recurso estratégico para o desenvolvimento local, constituindo-se em permanentes sistemas ativos de processos de mudanças.

2.1.2.1.2) Outras experiências de industrialização localizada

Além da emblemática Terceira Itália, outras experiências de industrialização localizada ocorreram, também, em países como a Tunísia, o México, o Egito, o Marrocos, o Brasil, dentre outros (Abdelmalki e Courlet, 1996). No Brasil esses arranjos produtivos foram reconhecidos pelo IPEA (2000) nos estados do Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraíba, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro e pelo SEBRAE (SEBRAE, 2005) em cada um dos 26 Estados e no Distrito Federal.

O interesse por tais estudos chama a atenção para o fato de que até bem pouco tempo, as condições que favoreceriam a industrialização de pequena escala ancorada em estruturas baseadas em relações de familiaridade, etnicidade ou religiosidade eram consideradas como obstáculos para o surgimento e expansão da produção moderna, isto é, de cunho fordista. Hoje, porém, parecem constituir vantagens para a geração de formas propulsoras de um desenvolvimento mais localizado, territorializado.

Os estudos sobre o desenvolvimento da produção baseada em micro e pequenas empresas revelam que os processos resultam de especificidades históricas e sócio-culturais, configurando Sistemas Produtivos Locais, (SPL), (Courlet e Pecquer, 1996:95), isto é, uma modalidade de crescimento que

cristaliza os elementos propriamente sociais e culturais que concorrem para o desenvolvimento em um dado momento da história do território, conforme uma modalidade local particular. Entretanto, tais recortes territoriais não podem ser entendidos como um modelo fechado, localista, mas um tipo de organização sócio-econômica eficaz para produzir uma margem de autonomia frente à heteronomia produzida pela divisão internacional do trabalho, resultante, portanto, da originalidade das estruturas construídas pelos atores que as constituem.

Uma preocupação que colocam é com relação à generalização desse “modelo” nas distintas circunstâncias apresentadas de um país para outro. Os mesmos autores (1996:97) chamam a atenção para o fato de que a modalidade local de desenvolvimento não constitui um guia normativo pois os Sistemas Produtivos Locais (SPL), antes de serem considerados um modelo, são metáforas construídas a partir da presença da dimensão territorial como fundante, em diferentes graus de aparência do desenvolvimento local.

O debate sobre as dinâmicas e as organizações produtivas territorializadas colocam em evidência a especificidade e a heterogeneidade das localizações, pois a diversidade dos territórios empiricamente observados, bem como a variedade dos processos de territorialização das práticas sociais, mostram que não é mais possível manter uma concepção normativa do desenvolvimento em uma só trajetória, resultados dos desafios dos “desequilíbrios” do sistema, mas apreender a dialética do local e do global como relação possível do desenvolvimento localizado. A partir de um mesmo conjunto de constrangimentos, os territórios reagem diferentemente em função dos recursos específicos ativados pelos atores locais, definindo uma diversidade de possibilidades e possíveis ações, indicando que o desenvolvimento resulta dessas múltiplas possibilidades, a partir de uma construção social. Uma dessas possibilidades é o processo de industrialização. (idem:99)

Entre os estudiosos do desenvolvimento há um pressuposto de que todo desenvolvimento supõe duas condições essenciais: a disponibilidade de

recursos estratégicos e a dimensão do mercado. O desenvolvimento repousa sobre a disponibilidade de matérias-primas, energia ou recursos específicos assim como o aprendizado local, fruto de estruturas sociais que dão um sentido de pertencimento aos agentes favoráveis à iniciativas empreendedoras e ao desenvolvimento. Até recentemente, essas características, identificadas mais freqüentemente nos chamados países em desenvolvimento, eram consideradas sobrevivências do passado, verdadeiros obstáculos à modernização, entretanto, experiências demonstram serem tais recursos, potenciais para a industrialização (Courlet e Pecquer, idem).

Os processos de industrialização localizada combinam a valorização dos recursos específicos e um mercado de proximidade que permitem não só impulsionar a produção local assim como atender as necessidades fundamentais da população. As experiências resultam de dinâmicas cuja origem e primeiras formas de evolução repousam em trajetórias sociais e tecnológicas longas, favorecendo uma dependência do território em relação ao seu passado. Abdelmalki e Courlet, (1996:14; Garafoli (1996;377) afirmam ser o território o ponto de encontro entre as relações de mercado e das formas de regulação social que determinam, por sua vez, as formas específicas de organização de produção possuindo, portanto, papel ativo no desenvolvimento econômico local.

A palavra território carrega consigo a noção de pertencimento, a apropriação, seja através de um controle legitimado por grupo(s) social(ais) ou instituições, seja pela dimensão afetiva, produzida pelas práticas de construção da vida social, sendo, portanto, uma parcela do espaço que é apropriada seja de "direito", de fato ou afetivamente. O território, entendido, conseqüentemente, como uma construção social, contém um intenso jogo de forças políticas, sociais e econômicas (locais ou não) que estabelecem intensos conflitos que acarretam limites espaciais para os agentes de sua gestão que buscam introduzir formas, métodos e tecnologias adequadas às suas necessidades de controle social (Santos, Souza e Silveira, 1994).

O território é um conceito central para a Geografia, mas também, para outras áreas científicas e experiências locais de desenvolvimento, como os distritos industriais e/ou sistemas produtivos locais sintetizando, portanto, o seu uso, múltiplas representações. Podemos conceituá-lo a partir de uma perspectiva materialista / naturalista, isto é, concebido como fonte de recursos, meios materiais de existência, próprios de sociedades pré-modernas quando o ritmo espaço-tempo era sincrônico, ditado por uma regularidade entre as tradições (condições de presença) e a dinâmica da natureza, como, também, fonte de recursos em pleno apogeu da "modernidade", como as políticas intervencionistas para fins de expansão da acumulação capitalista.

Tanto nos distritos industriais como nos sistemas produtivos locais o território é fonte de recursos, "força produtiva" material, mas também imaterial, pois a profunda interação entre a produção da vida social e a natureza gera uma forma particular de "ocupação de espaço", um espaço de referência identitária. Portanto, não só a dimensão materialista/naturalista está presente, mas integra-se, também, a dimensão ideal-simbólica já que traduz uma forma de organização espacial, uma territorialidade, ações e estratégias do "vivido". É, pois, um conjunto de relações espaço-tempo marcado tanto pela tradição, pela presença, cujo tempo está vinculado ao lugar, à vida cotidiana quanto pelo "deslocamento" das relações sociais, os "desencaixes" do "texto", através das fichas simbólicas e sistemas perito que estruturam uma "territorialidade" composta de estratégias de acesso, controle e poder.

Para Sack (1986:02) o território pode ser qualquer lugar (inclusive não material), mas nem todo lugar é território. O que constitui o território é a territorialidade, isto é, *"a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica"*. A territorialidade é, portanto uma base de poder, do controle da terra, dos recursos, da organização social do espaço, do acesso, um controle de área. Essa área é o território. O território pode ser usado tanto para conter ou restringir como para excluir e não é preciso estar "dentro dele" para exercer o controle.

Haesbaert (2002:121) afirma "que o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio *ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados*", particularmente na contemporaneidade, onde o ritmo e a intensidade das mudanças promove uma multiplicidade de contextos escalares. E acrescenta (2004:82):

(...) o território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza, para utilizar os termos de Marx (...).

Justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade.

Para Coró (1999), o território cumpre, nos distritos industriais, a função de **integrador versátil** entre os contextos locais e os mercados globais, configurando uma "**retícula dupla**" onde se torna um recurso estratégico para a versatilidade e flexibilidade da dimensão local, particularmente observado nos distritos italianos.

Já Raffestin (1993:158) apreende o território como o resultado de um conjunto de ações, um produto, portanto, constituído de tessituras, nós e redes organizadas hierarquicamente por fixos e fluxos que permitem o controle, a ordenação, a integração e a coesão do grupo. De fato, o território, afirma, é a expressão da territorialidade "*a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral*".

A revalorização das condições territoriais promove o reconhecimento do espaço socialmente construído como condição e produto do desenvolvimento, e não apenas do crescimento econômico, a partir da utilização dos recursos que devem ser orientados para a satisfação das necessidades da população onde as medidas mais adequadas seriam aquelas destinadas a valorizar as potencialidades territoriais.

Nesse sentido, a diversidade de territórios, assim como a multiplicidade de processos de territorialização analisados, ao longo do tempo, nos mostram

que não podemos conceber uma forma única de desenvolvimento. A partir de relações de subordinação ou relativa autonomia, a dimensão territorial traduz diferentes modos de reprodução social, múltiplas possibilidades de ações.

Courlet (apud Kirat e Sierra, 1996:57) afirma que a "projeção em sistemas locais" não se restringem aos países desenvolvidos, pois, *"pela sua variedade no tempo e no espaço, esses sistemas territorializados surgem como um desenvolvimento adaptado às possibilidades dos países do Terceiro Mundo"*. Kirat et Sierra (1996) defendem que tais possibilidades resultam de dimensões não mercantis (relações de confiança, normas sociais etc.), assim como das instituições, dos agentes e das formas de organização econômica e social que possibilitaram/possibilitam, o crescimento local, estabelecendo, assim, as diferentes experiências vividas.

Para Garafoli, (1994 apud Courlet et Pecquer, 1996:93) o desenvolvimento é resultado, portanto, de um conjunto de ações de agentes econômicos ou de outras dimensões da vida social que delimitam um espaço com a sua "marca", com uma genética, lembrando-nos a imagem do DNA utilizada por Gurisatti (1999:81/82) para destacar o conjunto de particularidades que definem um distrito industrial. Esses espaços "carimbados", como os distritos industriais ou os sistemas produtivos locais, embora muito se distanciem dos modelos analíticos desenvolvimentistas, também não parecem se afastar de uma lógica normativa e evolutiva de progresso, própria da contemporaneidade do capitalismo.

CAPÍTULO 3 – REPENSANDO O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Nosso objetivo é, a partir de Mészáros (2002), construir um corpo teórico que interprete a constituição orgânica do capitalismo e seus consequentes momentos de descontrolo, denominado de “crise”, para melhor compreendermos a sua contemporaneidade. Em Lefebvre (1971, 1986) e Santos (1994, 1996) buscamos apoio para construirmos uma interpretação do que seja o espaço. Mészáros e Lefebvre são nossos interlocutores para interpretarmos nosso objeto espacial, quando o reconhecemos em suas formas, conteúdos que traduzem mediações primárias e de 2ª ordem, espaços do cotidiano e da mercadoria que se articulam no interior dos lares, através do trabalho a domicílio.

O trabalho a domicílio, forma antiga e interpretada como empecilho para a moderna produção em massa, expande-se na contemporaneidade do capitalismo, travestida de uma concepção de flexibilidade que só acentua a sua subordinação, mesmo quando presente em quadros tecnológicos avançados. A expansão dessas reconhecidas formas de trabalho informais é analisada por Cacciamali (2001).

Em nosso país, sempre estiveram presentes essas formas de trabalho informais, mesmo quando o fordismo aqui se expande, pois seu mercado era constituído por uma seleta parcela da população que usufruía da formalidade de suas condições, como nos demonstram Oliveira (1975), Ianni (1977), Becker e Egler (1993) e Piquet (1993). As repercussões da contemporaneidade agravam ainda mais o precário mundo do trabalho como apontam Antunes (2000, 2000a), Malagutti (2000), Pochmann (2001) e Cacciamali (2001), particularmente com a implementação de algumas estratégias de descentralização e da chamada reestruturação produtiva, como analisam Druck (1994), Nabuco e Mendonça (2002) e Moreira (2004).

As últimas décadas do capitalismo contemporâneo demonstraram a capacidade ilimitada que tem o capital em expandir-se. Estrutura totalizante,

cada vez mais controla a reprodução social e da sociedade, tornando-as integrantes do sistema metabólico do capital, conforme afirma Mészáros (2002:179):

em qualquer circunstância, as condições da reprodução social só podem ser garantidas pela mediação necessária da atividade produtiva, que – não somente em nossa própria era, mas enquanto a humanidade sobreviver – é inseparável da atividade produtiva industrial altamente organizada.

Os homens para atenderem as exigências materiais e culturais de sua sobrevivência estabeleceram, segundo Mészáros (2002:212), relações entre si e a natureza, funções vitais da mediação primária entrelaçadas com as condições materiais, culturais, intelectuais e morais acumuladas historicamente, baseadas em duas determinações ontológicas fundamentais:

1) os seres humanos são uma parte da natureza que deve satisfazer suas necessidades elementares por meio de um constante intercâmbio com a natureza - e...

2) eles são constituídos de tal maneira que não podem sobreviver como indivíduos da espécie a que pertencem (a única espécie "intervencionista" do mundo natural) num intercâmbio não-mediado com a natureza - como fazem os animais – regulado pelo comportamento instintivo diretamente determinado pela natureza, por mais complexo que seja esse comportamento instintivo dos animais.

Para Mészáros (idem:213) isso significa que será sempre preciso que sejam estabelecidas as condições que assegurem as formas vitais da *mediação primária ou de 1ª ordem*:

. a regulação da atividade reprodutora biológica, mais ou menos espontânea e imprescindível, e o tamanho da população sustentável, em conjunto com os recursos disponíveis;

. a regulação do processo de trabalho, pelo qual o indispensável intercâmbio da comunidade com a natureza produz os bens necessários para gratificação do ser humano, além dos instrumentos de trabalho, empresas produtoras e conhecimentos pelos quais se pode manter e aperfeiçoar esse processo de reprodução;

. o estabelecimento de relações adequadas de troca, sob as quais as necessidades historicamente mutáveis dos seres humanos podem ser associadas para otimizar os recursos naturais e produtivos (inclusive os culturalmente produtivos);

. a organização, a coordenação e o controle das múltiplas atividades pelas quais se asseguram e se preservam os requisitos materiais e culturais para a realização de um processo bem-sucedido de reprodução sociometabólica das comunidades humanas cada vez mais complexas;

. a alocação racional dos recursos humanos e materiais disponíveis, combatendo a tirania da escassez pela utilização econômica (no sentido de economizadora) dos meios e formas de reprodução da sociedade, tão viável quanto possível com base no nível de produtividade atingido e dentro dos limites das estruturas socioeconômicas estabelecidas; e

. a promulgação e administração das normas e regulamentos do conjunto da sociedade, aliadas às outras funções e determinações da mediação primária.

As antigas formas de controle sociometabólico eram caracterizadas por um elevado grau de auto-suficiência no que tange à produção material e ao seu controle, não configurando estruturas hierárquicas de dominação e subordinação. Sua progressiva dissolução amplia cada vez mais as condições reprodutivas, desenhando o avanço do controle do capital sobre a produção de valores de uso. O capital como produtor potencial de valor historicamente específico só pode ser consumado e “realizado” se penetrar no domínio da circulação, o que irá redefinir, radicalmente, a relação produção e consumo. Portanto, a liberação da subjetividade e objetividade da auto-suficiência, isto é, produção e consumo direto de valores de uso, é condição básica para a dinâmica de expansão e acumulação do capital.

Mészáros (idem:180) considera que a constituição do sistema do capital está ligada organicamente à emergência de uma *segunda ordem* de mediações, pois a exigência de sua expansão subordina a totalidade das funções de reprodução social, ou seja, torna em mercadorias as necessidades humanas, convertendo toda a reprodução societal em valor de troca, o que impõe o estabelecimento de condições para instaurar uma estrutura hierárquica do trabalho que permita uma contínua, sistemática e crescente ampliação de valores de troca, como:

- a família nuclear, articulada como o “microcosmo” da sociedade que, além do papel de reproduzir a espécie, participa de todas as relações reprodutivas do “macrocosmo” social, inclusive da necessária mediação das leis do Estado para todos os indivíduos e, dessa forma, vital também para a reprodução do próprio Estado;
- os meios alienados de produção e suas “personificações”, pelos quais o capital adquire rigorosa “vontade férrea” e consciência inflexível para impor rigidamente a todos submissão às desumanizadoras exigências objetivas da ordem sociometabólica existente;
- o dinheiro, com suas inúmeras formas enganadoras e cada vez mais dominantes ao longo do desenvolvimento histórico – desde a adoração ao bezerro de ouro na época de Moisés e das tendas dos cambistas no

templo de Jerusalém na época de Jesus (práticas muito reais, apesar de figurativamente descritas, castigadas com fúria pelo código moral da tradição judeu-cristã – embora, considerando a evidência histórica, totalmente em vão), passando pelo baú do usuário e pelos empreendimentos necessariamente limitados do antigo capital mercantilista, até chegar à força opressora global do sistema monetário dos dias de hoje;

- os objetivos fetichistas da produção, submetendo de alguma forma a satisfação das necessidades humanas (e a atribuição conveniente dos valores de uso) aos cegos imperativos da expansão e acumulação do capital;
- o trabalho, estruturalmente separado da possibilidade de controle, tanto nas sociedades capitalistas, onde tem de funcionar como trabalho assalariado coagido e explorado pela compulsão econômica, como sob o capital pós-capitalista, onde assume a forma de força de trabalho politicamente dominada;
- as variedades de formação do capital no cenário global, onde se enfrentam (às vezes com os meios mais violentos, levando a humanidade à beira da autodestruição) como Estados nacionais autônomos... e
- ... o incontrolável mercado mundial, em cuja estrutura, protegidos por seus respectivos Estados nacionais no grau permitido pelas relações de poder prevalentes, os participantes devem se adaptar às precárias condições de coexistência econômica e ao mesmo tempo esforçar-se por obter para si as maiores vantagens possíveis, eliminando rivais e propagando assim as sementes de conflitos cada vez mais destruidores.

São essas as condições, para Mészáros, que estruturam o controle sócio-metabólico do capital que, para poder funcionar como modo totalizador de controle sócio-metabólico, deve ter sua estrutura de comando voltada para a realização dos objetivos metabólicos adotados a qual toda a sociedade deve se sujeitar.

Esse processo de sujeição assume a forma da divisão da sociedade em classes sociais irremediavelmente opostas entre si e a forma de um controle político. Essa contradição tem como um de seus principais pilares de sustentação a divisão hierárquica do trabalho, na medida em que as funções de produção e de controle do processo de trabalho devem estar separadas umas das outras e realizadas por diferentes classes sociais. O capital, além de mediar as relações de poder no interior do processo de trabalho tem, também, um importante papel ideológico, ao “naturalizar” a hierarquia e a subordinação estruturalmente desigual.

O capital, portanto, é uma estrutura totalizadora de controle societal orientada para a expansão e acumulação que, para atingir a sua forma plenamente desenvolvida, tem de se constituir em um sistema global. Sendo modo e meio dinâmico de mediação produtiva articulada com estruturas e práticas sociais historicamente construídas, agrega um sistema de mediações que subordina todas as funções de reprodução social – das relações de gênero e família até a produção material e a de criação de obras de arte – às exigências de sua constante expansão, construindo funções vitais, as mediações de *segunda ordem*, para a sua permanente acumulação. Seu imperativo de expansão manifesta, por sua vez, paradoxalmente, uma perda de controle, uma *incontrolabilidade total* diante dos problemas e contradições que lhes são constitutivos, chamados por Mészáros (1996:105), de *defeitos estruturais*:

Primeiro, a produção e o seu controle estão radicalmente isolados entre si e diametralmente opostos.

Segundo, no mesmo espírito e surgindo das mesmas determinações, a produção e o consumo adquirem uma independência e uma existência separadas extremamente problemáticas, de modo que, no final, o “excesso de consumo” mais absurdamente manipulado e desperdiçador, concentrado em poucos locais, encontre seu corolário macabro na mais desumana negação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas.

E, terceiro, os novos microcosmos do sistema do capital combinam-se em alguma espécie de conjunto administrável, de maneira que o capital social total seja capaz de penetrar – porque tem de penetrar – no domínio da circulação global (ou, para ser mais preciso, de modo que seja capaz de criar a circulação como empreendimento global de suas próprias unidades internamente fragmentadas), na tentativa de superar a contradição entre produção e circulação. Dessa forma, a necessidade de dominação e subordinação prevalece, não apenas no interior de microcosmos particulares – por meio de atuação de cada uma das “personificações do capital” – mas também fora de seus limites, transcendendo não somente todas as barreiras regionais, mas também todas as fronteiras nacionais. É assim que a força de trabalho total da humanidade se sujeita – com as maiores iniquidades imagináveis, em conformidade com as relações de poder historicamente dominantes em qualquer momento particular – aos imperativos alienantes do sistema global.

A falta de controle do capital decorre, portanto, da ausência de unidade das estruturas que o constitui que, fragmentadas, assumem a forma de *antagonismos sociais*, conflitos de interesses hegemônicos alternativos. Portanto, ao tornar a reprodução societal uma “viabilidade produtiva”, paga um preço diante de um comando de múltiplas hegemonias: a perda do controle

sobre os processos de decisão seja ao nível da produção como do consumo e circulação, tanto para o trabalho (sempre) como para o próprio capital.

A ruptura entre produção e consumo, a perda da predominância do valor de uso, não estabelece limites para a expansão do capital, afirma o autor. A grande maioria da sociedade é excluída do controle dos processos de reprodução e do consumo, sendo, porém, legalmente protegida pela forma alienante de consumidor individual onde o verdadeiro produtor da riqueza, o sujeito, desaparece. O Estado, portanto, tem o papel de regular e reforçar o domínio do capital diante dessas contraditórias desigualdades, além de assumir as funções de comprador, consumidor e provedor de necessidades sociais básicas.

Entende Mézáros que a formação do Estado moderno constitui uma ação corretiva dos antagonismos, dos “defeitos” da estrutura do capital. Sua estrutura legal é uma necessidade para administrar a separação entre produção e controle, isto é, sancionar e proteger os meios de produção e suas personificações e mediar os conflitos entre capital e trabalho. O desenvolvimento do Estado moderno sendo, ao mesmo tempo, o do capital, tem o poder de exercer um controle sobre a reprodução profundamente desigual da sociedade.

As estruturas e o comando político do sistema do capital se articulam como Estados nacionais, portanto, confinados a limites territoriais. Entretanto, sua permanente necessidade de expansão faz com que a esfera da circulação constitua um elo articulador global das estruturas fragmentadas, entre produção e circulação dos Estados nacionais. O Estado possui um importante papel na administração dessa importante e orgânica contradição ao instituir, segundo Mézáros, (1996:94/115), um sistema de “duplo padrão”: os países centrais do sistema global do capital e os da “periferia subdesenvolvida” constituindo um sistema internacional de dominação e subordinação, uma hierarquia de Estados nacionais submetida à lei do desenvolvimento desigual. O Estado rege esses antagonismos ao comportar-se diferentemente quanto aos interesses internos e externos: internamente, protege o capital nacional

administrando sua gênese concentradora / centralizadora, enquanto que externamente, apóia os interesses monopolistas do seu capital nacional.

Sem a constituição do Estado moderno, ainda segundo o mesmo autor (idem:109), o controle metabólico do capital não poderia estabelecer um sistema constituído por microcosmos socioeconômicos (unidades reprodutivas socioeconômicas do capital), produtores e extratores de trabalho excedente, devidamente integrado. Na qualidade de comando político do capital, o Estado é pré-requisito da transformação das unidades fragmentadas em um sistema viável e o quadro geral para a articulação em um sistema global, tornando-se, portanto, parte integrante da base material do capital.

Tornam-se claras, portanto, as razões do crítico quadro que apresentam, a partir de 1970, os países centrais, particularmente nos Estados Unidos, quando expressam os antagonismos das instâncias constitutivas de seu metabolismo que, diante da falta de unidade, torna-se "incontrolável", em sua forma fenomênica conhecida como crise do fordismo/keynesiano.

Para alguns autores, conforme indica nosso 2º CAPÍTULO, as transformações ocorridas possibilitaram o surgimento de um novo padrão produtivo organizacional e de técnicas de gestão informacionais, que permitiram o desenvolvimento de uma estrutura mais "flexível", através de processos de externalização de etapas do processo produtivo e de deslocamento de unidades para espaços com vantagens locacionais mais "competitivas". Por outro lado, a presença do trabalho polivalente, qualificado, multifuncional, combinado com uma estrutura produtiva mais horizontalizada, possibilitaram a quebra da rígida estrutura verticalizada taylorista/fordista, do trabalho rotinizado, massificado. Entretanto, para Tomaney (1996:157/8 apud Antunes 2000a:48/9):

as mudanças que têm afetado o "chão da fábrica" são conseqüências de fatores históricos e geográficos e não, apenas, de novos métodos organizacionais e tecnologias já que as mudanças ocorridas não eliminaram elementos fundamentais de continuidade com o padrão produtivo anterior, como um maior controle na gestão e nos fluxos produtivos, assim como os elementos de descontinuidade asseguram os pilares fundamentais e o caráter essencialmente capitalista do sistema metabólico.

A recomposição do sistema metabólico global do capital, a expansão dos capitais produtivos e financeiros, é acompanhada por uma lógica destrutiva acelerada, isto é, desmontagem e desestruturação de áreas, regiões ou países que, subordinados, são penalizados pela desigual competição inter-capitalista que, ao mesmo tempo em que atinge profundamente as forças produtivas locais, as reorganiza precariamente em novos espaços produtivos. É um movimento integrado de mudanças técnicas e organizacionais que promovem uma re-divisão global do trabalho assim como de mercados, através do fechamento e/ou enxugamento de unidades produtivas, gerando um processo de *liofilização organizativa*¹, de acordo com Castillo (1996:68 e 1996a apud Antunes, 2000a:50).

Desse complexo processo de mudanças interessa-nos aprofundar não só aquelas referentes à organização do processo produtivo mas, fundamentalmente, as suas repercussões no chamado “mundo do trabalho” (Antunes, 2000, 2000a), uma vez que antigas formas como o trabalho doméstico, familiar e o trabalho informal, travestidos, passam a fazer cada vez mais parte do mundo societal do capital contemporâneo. É claro que a pequena produção e a produção doméstica e familiar estiveram sempre presentes em nossa estrutura produtiva, não sendo reconhecido o seu importante papel de gerador de trabalho e de renda em um país de desenvolvimento com profundas desigualdades como o nosso. Apesar de coadjuvante, assume hoje, a pequena empresa, o pequeno negócio, o papel de principal agente na organização de arranjos produtivos bastante atrativos para o capital seja como “produtor independente” seja trabalhando por conta própria, “por tarefa” ou ganhando “por peça”.

A acumulação mais “flexível” se apóia na “flexibilidade” dos processos de gestão, produtivo e mercados de trabalho, de produtos e padrões de consumo. No lugar das corporações com centenas ou milhares de operários,

¹ O autor refere-se ao processo de eliminação, transferência, terceirização e enxugamento de empresas, decorrentes do processo de reestruturação produtiva.

produzindo desde a matéria-prima até os produtos finais, ou encimesmando, verticalmente, redes burocratizadas hierarquizadas, vem ocorrendo uma deslocalização seletiva de atividades, permitindo a ampliação de processos de subcontratação e terceirização, forjando como novas antigas formas de trabalho. Essa fase de “racionalização da produção” evidencia um “novo quadro” de estruturação do mercado de trabalho em que o declínio da parte do trabalho produtivo no emprego total criado não é contraditório com o crescimento da produção industrial total, pois a redução do emprego regular é acompanhada pelo crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, incrementando o chamado novo proletariado fabril e de serviços, de acordo com Antunes (2000, 2000a).

Concordamos também com Antunes (2000, 2000a) quando afirma que a contemporaneidade do mundo do trabalho contém uma múltipla e contraditória processualidade: a desproletarização do trabalho industrial particularmente nos países centrais seja em função do quadro recessivo permanente, isto é, da agudização dos antagonismos estruturais, seja decorrente do processo de automação/tecnificação que aumenta a taxa de desemprego estrutural; a forte expansão do assalariamento decorrente do crescimento do setor de serviços agora intimamente vinculado ao setor produtivo; a crescente feminização do mercado de trabalho principalmente em ocupações temporárias, de baixa remuneração e intensivos, assim como, também, substituindo o trabalho masculino nos postos de maior qualificação, porém, com remuneração diferenciada e a intensificação da subproletarização expressa nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, freqüentemente vinculados à informalização.

Cacciamali (2001:06/07) analisa a expansão da informalização, a partir da categoria “processo de informalidade” que configura:

a redefinição das relações de produção, dos processos e das relações de trabalho, e das formas de inserção dos trabalhadores decorrentes das mudanças estruturais em andamento na economia mundial e dos processos de ajustamento estrutural que estão sendo implementados nas diversas economias nacionais.

O objetivo do uso dessa categoria analítica foi apreender as mudanças no regime de acumulação nos diferentes níveis mundial, nacional, regional e local. A aplicação desse conceito ao processo de trabalho permitiu que a autora (idem:idem) identificasse algumas conseqüências:

- i. maiores taxas de desemprego;
- ii. intermitência entre inatividade e participação no mercado de trabalho;
- iii. novas modalidades de contrato coletivo e individual para a mão de obra assalariada;;
- iv. práticas de sub-contratação ou de terceirização realizadas por meio de contratos comerciais:
- v. contratos não registrados – verbais acordados à margem das leis trabalhistas:
- vi. Expansão de pequenos estabelecimentos sem delimitação da relação capital-trabalho; e
- vii. Trabalhos por conta própria.

No bojo dessas transformações, interessa-nos, particularmente, o processo de subproletarização materializado através do trabalho doméstico, a domicílio, cada vez mais frequente nas relações de subcontratação e terceirização. A terceirização não é algo totalmente novo como afirmam alguns analistas da denominada “acumulação flexível”, entretanto, a novidade reside no fato de que hoje, essas relações geram uma forte presença de pequenas empresas e do trabalho informais que têm propiciado a configuração de espaços produtivos cuja dinâmica é regida pela atual lógica da acumulação.

3.1 – Refletindo sobre o espaço e o seu uso

A lógica acumulativa do sistema do capital é, por natureza, expansiva e destrutiva, isto é, para realizar-se, mundializar-se, destrói ou submete tudo aquilo que possa impedir o seu histórico desenvolvimento. Esse movimento de (des)reconstrução é, também, (des)reconstrução do espaço porque a reprodução do seu metabolismo ocorre sobre o espaço, utiliza o espaço, produz espaço, tornando-o, também, um elemento estruturador de sua reprodução, não apenas das relações de produção mas da reprodução das relações sociais, a reprodução da totalidade social.

O que é o espaço? Qual é o seu estatuto teórico? Uma forma pura, intelegível, excluída de ideologia, de interpretação, de conteúdo prático, sensível, vivido? Uma representação *a priori*, uma condição necessária para fundamentar todos os fenômenos externos, uma intuição e não um conceito, ou uma representação topológica ou matricial? Cremos que tais racionalidades ao tornarem o espaço funcional e instrumental, a partir de dados "puros", verificáveis, passíveis de previsões verdadeiras e absolutas, formulam um *constructo* "vazio" de historicidade, portanto, impossível de captar a dimensão de um "vivido" das relações sociais que não caminham na direção da certeza.

Por outro lado, o espaço pode ser concebido como um resultado descritivo das diferentes dimensões que compõe o seu processo histórico que, para ser reconhecido como conceito, precisa ser comprovado teoricamente. A descrição, sempre subjetiva, é reducionista porque fragmenta a totalidade, a partir de um instrumental mental que também pressupõe verdades e certezas, levando-nos a ter as mesmas precauções anteriormente colocadas, isto é, a busca de certezas a partir de um corpo sem alma, de um vivido sem corpo, sem sentidos.

O espaço também pode também ser interpretado como um meio de regulação, de estratégias formuladas para o exercício do poder. Quando analisado como um dos instrumentos de organização do capital, isto é, da reprodução dos meios de produção e da qual faz parte a força de trabalho, constitui importante papel de catalizador dos antagonismos sociais, estabelecendo uma coesão forjada. Entretanto, a complexidade do capitalismo contemporâneo não se inscreve, à esfera da reprodução dos meios de produção mas, sim, à reprodução das relações sociais de produção, tornando-se, portanto, insuficiente a compreensão o espaço como instrumento de mediação contido apenas à esfera das relações de produção pois a coesão forjada pelos mecanismos regulatórios (contratuais ou jurídicos) não se restringe, apenas, aos meios de produção e à força de trabalho mas a toda reprodução da sociedade.

Santos (1978:37) chama a atenção de que o espaço geográfico só poderia ser corretamente compreendido, entendendo-o a partir do seu reconhecimento como um fato histórico, isto é, fruto da história da sociedade pois a história não se reproduz fora do espaço e nem a sociedade se realiza, se reproduz sem o espaço. O espaço geográfico é, por natureza, social, por ser transformado através do trabalho, em bens que o homem (nem sempre) necessita. Essa contínua transformação da primeira natureza em espaço, segunda natureza, é o próprio processo de constituição dos modos de produção e das suas materializações, das suas espacialidades territorializadas.

Lefebvre (1986) afirma que o espaço é produto, é instrumento tanto para o conhecimento como para a ação, é abstrato e real, é objetivação: por ser tudo isso o espaço (social) é um produto (social). O espaço é histórico e social porque a sociedade para reproduzir-se, no mais amplo sentido, reproduz o espaço. Os homens para se reproduzirem biologicamente e socialmente, reproduzem o espaço: da produção, do culto, dos encontros, dos monumentos..., entretanto dependendo do momento histórico o fazem de modo diferenciado, de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Marx (1988, II:145) nos ensina que uma sociedade não pode deixar de produzir suas condições biológicas e sociais, as condições de produção que, na verdade, são condições de reprodução já que (des)envolver é expandir, reproduzir. Nesse sentido, reproduzir as condições de produção é se apropriar do espaço, produzir necessidades específicas, valores de uso que, (1988,I:50), *“encerra determinada atividade produtiva adequada a um fim, a um trabalho útil”*... onde *“...o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media regula e controla seu metabolismo com a Natureza”* (idem:142). Para Lefebvre (1986) o valor de uso do espaço é a reprodução da vida em sua dimensão biológica e social, o lugar do vivido, do espontâneo, do costume, da humanização do homem.

Para Henri Lefebvre (1986) o espaço é um produto social porque não é vazio de conteúdo, sem sujeitos mas, sim, fruto de atos e relações sociais,

relações sociais de produção, isto é, as relações da reprodução biológica (da família), da reprodução da força de trabalho (a classe operária) e a reprodução das relações de produção, ou seja, a reprodução das relações de produção que constituem a sociedade capitalista. Para o autor, a produção do espaço e a sua reprodução implicam em três momentos articulados e interdependentes:

- as práticas espaciais que traduzem as formas que geramos, utilizamos e percebemos o espaço, estando associadas às experiências da vida cotidiana, portanto, diferentes formas de vida, de experiências particulares e coletivas que constroem o espaço percebido;
- representações do espaço, formas espaciais dos planejadores, fruto de uma lógica particular de saberes técnicos e racionais vinculados ao poder, constituindo o espaço concebido;
- os espaços de representação, menos formais, resultam da vivência e do conhecimento locais, conjunto de significados construídos e transformados, ao longo do tempo pelos atores sociais. É o espaço vivido.

Para Lefebvre (1986, 50/55),

A triplicidade: percebido-concebido-vivido (especialmente: prática do espaço - representação do espaço - espaços de representação) perde sua importância se lhe atribui o status de um "modelo" abstrato. Ou bem ela se apossa do concreto (e não do imediato) ou bem ela não tem que uma importância restrita, aquela de uma mediação ideológica entre muitas outras.

Que o vivido, o concebido, o percebido se articulam, de maneira que o sujeito, o membro do tal grupo social, possa passar de um ao outro sem aí perder, o que se impõe. Constituem eles uma coerência? Talvez, em circunstâncias mais favoráveis. Sem dúvida, tem eles, então, uma linguagem comum, um consenso, um código.

Esses três momentos "construtores" do espaço entrelaçam-se continuamente, propiciando um confronto permanente, uma arena de lutas do seu uso. Enquanto valor de uso o espaço é apropriado pelo cotidiano, pelo imaginário, pelo corpo, pela obra que cada vez mais se coisifica pela expansão do racional, de representações espaciais da sua mercantilização. A contradição

está no seio dessas relações, pois configuram práticas de atores sociais em permanente conflito, relações permanentes de dominação e resistência.

O capitalismo contemporâneo cada vez mais fragmenta a totalidade social devido à capacidade que as técnicas, o saber racional possuem em expandir o valor de troca, os fluxos de mercadorias (dinheiro, trabalho, bens materiais e imateriais). A tecnologia acentua a capacidade de dominação político-ideológica das representações espaciais sobre o vivido e o percebido, ao tentar lhes retirar as condições de resistência, forjando-lhes novas necessidades, novas formas de reprodução.

O capitalismo subverte as condições de produção/reprodução societária através da apropriação privada do espaço, distanciando o homem da natureza, transfigurando em mercadorias, cada vez mais valores de troca, subordinando a reprodução biológica- a da família -; a reprodução da força de trabalho -a dos trabalhadores- e a reprodução das relações de produção -constitutivas do metabolismo da sociedade- à lógica racionalista da acumulação. O movimento do capital impõe ao uso do espaço uma lógica racional dominada pela técnica que acentua as contradições anteriormente existentes (mas controladas pelo cotidiano), criando novos conflitos.

Lefebvre (1986) afirma que o espaço contém múltiplas formas de produção e de reprodução organicamente contraditórias, mas coesas, no possível, através das representações. Para ele, as representações são produto de um determinado processo social, de uma história, de correlação de forças de uma estrutura constituída por classes ou grupos que se "representam", se projetam não só a si, como a toda sociedade. É um espelho, reflexo, portanto? Não, são mediações que alinhavam a vida, o cotidiano, o poder, que são representados por coisas, sentimentos, idéias que fazem com que os indivíduos pensem ser verdadeiro, "real", tudo aquilo que pensam e vivem.

As práticas sociais construíram o passado, são o presente e constroem o devir. Somos essa história de ontem e fazemos a de hoje através da herança deixada pelo passado que está em todos os lugares e em todas as pessoas porque somos ou reproduzimos um conjunto de imagens e objetos criados,

representações para podermos viver em sociedade, em "harmonia". Representar a sociedade é constituir as condições para que seja possível a convivência dos conflitos e para isso é preciso que eles sejam banalizados, cotidianizados, como se, necessariamente, fizessem parte da vida. As representações têm o papel de mediar tanto os conflitos, "naturalizando-os", como agudizá-los, aliás, os conflitos são representações. Para Lefebvre (1981:60)...*Os dominados (sexo, idade, grupo, classe, país) não tem mais remédio do que aceitar as imagens impostas pelos dominantes e reproduzi-las interiorizando-as, não sem desvia-las segundo a força do protesto e endereça-las contra quem as produzem.*

Se a sociedade se reproduz, reproduzindo o seu espaço, portanto, reproduzir espaços é reproduzir representações. Em uma sociedade de classes, o espaço é marcado pela correlação de forças do momento de sua construção, mostrando-se tanto abrigo dos símbolos dos dominantes como da sua apropriação pelos dominados. São práticas sociais que constroem o espaço, portanto, um espaço que representa toda a sociedade, entretanto, se a sociedade é segmentada em classes, como pode representá-las, pergunta o autor? O espaço parece responder à questão pois é, visivelmente segmentado, claramente produto das diferenças, percebido pelos seus contrastes mas, também, frequentemente, ocultado pelo vivido.

O espaço representa, ao mesmo tempo, os interesses, desejos, que podemos chamar de condições de reprodução da vida que é uma totalidade social historicamente determinada. Neste sentido, reproduzir a vida e o seu espaço é reproduzir as condições do capitalismo, a sua contemporaneidade. A sua natureza expansiva implica em permanente construção espacial que contém as dimensões necessárias para a sua reprodução, isto é, para o capital, para a força de trabalho, para o Estado, para os desejos, para as idéias... o que quer dizer que a construção do espaço é, na verdade, a construção de múltiplos espaços que representam essas múltiplas dimensões, intimamente interligados, sobrepostos, como afirma Lefebvre (1986:104):

Os espaços sociais se interpenetram e/ou se superpõe. Eles são coisas, limitadas umas pelas outras, chocando-se pelos seus contornos ou pelos resultados das inércias. Certos termos, como "camada" ou "estrato", não são desprovidos de inconvenientes. Metáforas mais que conceitos, eles aproximam o espaço das coisas e por contra-efeitos revêem o conceito à abstração. As fronteiras visíveis, elas (por exemplo, os muros, as cercas em geral) fazem nascer a aparência de uma separação entre os espaços por sua vez em ambiguidade e em continuidade.

Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que temos uma construção espacial concebida para a reprodução do capital, nela também está contida a reprodução da sociedade que possui formas diferenciadas de realização não somente porque seja organicamente desigual mas porque diferentes são as expressões e manifestações do vivido. O espaço, portanto, é muito mais que produto, objeto, conjunto de objetos, instrumento, natureza construída, representada, é condição de realização da sociedade, das relações de produção: reprodução do Estado, da produção, do trabalho, da cotidianidade, das prisões, do lazer, dos pares dialéticos, tais como, abstrato-concreto, ordenado-desarticulado, unido-fragmentado, que constituem a totalidade social.

Para Lefebvre (1986:112) *"...O espaço é a morfologia social; é então o "vivido" o que é para o organismo vivo sua própria forma, intimamente ligada às funções e estruturas"*. Teórica e metodologicamente, para o autor, o espaço, o espaço social revela, portanto, três conceitos: forma, função e estrutura. Uma mutilação da realidade? Um estruturalismo? Não. As três noções devem ser utilizadas, igualmente, ao mesmo tempo, para analisar o real pois ao mesmo tempo que se interligam, se distinguem. Os pares dialéticos que constituem a totalidade social expressam o movimento contraditório da unidade, onde a forma que expressa o conteúdo, que não se configura sem as práticas que o constitui, conforma a estrutura que, por sua vez, tem uma função, múltiplas funções na construção social, confirmando serem forma, função e estrutura uma tríade de unicidade e conflitos.

Lefebvre resgata de Marx (1971:161/166) a concepção de que o devir não é gradual, acumulativo, de equilíbrio, porque a "crise", "o novo", "o futuro" ocorrem no presente, emergindo das contradições estruturais do momento, do contemporâneo e o "devir" é a construção e (des)construção,

simultaneamente, do vivido. Esse é o papel das representações que nos faz acreditar somente o presente pois não percebemos que são sempre mutantes, construindo, ao mesmo tempo, o “futuro”. O papel mediador das representações, estruturante em busca de um “equilíbrio”, esfumaça-se, ao mesmo tempo em que estrutura, ou melhor, se (re)estrutura. É no interior dos equilíbrios, no coração das estruturas, que se configuram as forças de sua própria dissolução, de sua desestruturação (idem, 1981).

Parece-nos que Mészáros (2002) e Lefebvre (1986) convergem, quando analisam a contraditória estrutura do sistema metabólico do capital que propicia permanentes “crises”, isto é, (re)estruturações permanentes diante de sua natureza expansiva e destruidora próprias do seu movimento dialético. Convergem, também, para refletirmos sobre a palavra reestruturação tão utilizada na atualidade, inclusive por nós.

A palavra reestruturação, derivada da palavra estrutura, é frequentemente relacionada à noção de sistema, uma totalidade fechada constituída por um conjunto de elementos que mantém relações entre si, o que supõe ser esta totalidade, resultante da soma dessas partes. Tal perspectiva, ao separar o todo das partes, embora dele façam parte, não contempla o movimento, a totalidade porque a ação está presente em todas as partes. Para darmos conta de uma totalidade em constante movimento, a palavra reestruturação tem de traduzir, necessariamente, as noções de forma, estrutura e função que, conforme observado acima, desempenham uma dialética dinâmica: provisória, renovada, estruturante (Lefebvre, idem).

É nesse sentido que interpretamos a crise vivida pelo capital a partir do final dos anos de 1970. Os famosos “gargalos” vivenciados, representados, naquele momento, pelo chamado modelo fordista-keynesiano são, em sua grande maioria, interpretados por análises funcionalistas que não nos permitem perceber, conforme analisam Mészáros e Lefebvre, que a reprodução do sistema metabólico do capital é a sua (des)reconstrução, na medida em que as mediações de 2ª ordem, isto é, o domínio do capital sobre a reprodução da

sociedade carecem, absolutamente, de controle, diante de sua natureza expansiva/estruturante/destruidora/reestruturante. Para Mészáros (2002:188),

A constituição do sistema do capital é idêntica à emergência de sua segunda ordem de mediações. O capital em si não passa de um modo e um meio dinâmico de mediação reprodutiva, devorador e dominador, articulado como um conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas sociais institucionalmente incrustadas e protegidas. É um sistema claramente identificável de mediações que, na forma adequadamente desenvolvida, subordina rigorosamente todas as funções de reprodução social – das relações de gênero e família até a produção material e a criação de obras de arte – à exigência absoluta de sua própria expansão, ou seja: de sua própria expansão constante e de sua própria expansão como sistema de mediação sociometabólico.

O processo de reestruturação é, de fato, um momento “limite” das representações, mediações reguladoras e reprodutoras tanto do capital como da sociedade, passando novas formas-conteúdo a fazerem parte do movimento. Essas formas fluidas resultam de forças dominantes globais, já que o metabolismo é totalidade em movimento, mas adquire ao mesmo tempo, um conteúdo particular.

Novas formas-conteúdo são constituídas para estruturar o sistema metabólico do capital como: as novas tecnologias e formas de gestão; relações intra e inter empresas; redução da participação do Estado e profundas mudanças no mundo do trabalho com a diminuição do chamado trabalho produtivo que participa diretamente do processo de valorização do capital (sendo o proletariado industrial o seu núcleo principal) e, a concomitante intensificação do trabalho improdutivo que, para Marx, é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor. É diante dessas complexas mudanças que Antunes (2000, 2000a) propõe uma contemporaneidade do conceito marxiano de classe trabalhadora, demonstrando sua atual forma de ser através da expressão classe-que-vive-do-trabalho que incorpora todos aqueles que trabalham, refutando, dessa maneira, a afirmação de alguns autores, do fim do trabalho como categoria central no processo de acumulação.

O trabalho improdutivo na contemporaneidade incorpora, cada vez mais, uma gama de atividades crescentemente integradas ao setor produtivo,

como as tecnologias de informação e comunicação que eliminam alguns serviços que passam a ser realizados pelo trabalhador produtivo dentro das fábricas assim como a crescente dependência de alguns tipos de serviços, como o bancário, por exemplo, que além de eliminar múltiplos postos de trabalho tornam os trabalhadores verdadeiros operadores de máquinas.

Portanto, a classe-que-vive-do-trabalho ou a noção ampliada de classe trabalhadora incorpora tanto o proletariado industrial e rural, o trabalhador da terceirização e subcontratação precarizadas (novo subproletariado, segundo Antunes, 2000:101/117), os desempregados expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho que aumentam mais ainda o exército industrial de reserva e todos aqueles que vendem a sua força de trabalho no setor informal, conforma interpreta o autor, apoiando-se em Juan José Castillo (2000a:103):

Penso aqui basicamente nos trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho, em enorme expansão no capitalismo contemporâneo, e também nos trabalhadores individuais por conta própria, que prestam serviços de reparação, limpeza etc., excluindo-se entretanto os proprietários de microempresas etc. Novamente, a chave analítica para a definição de classe trabalhadora é dada pelo assalariamento e pela venda da sua própria força de trabalho. Por isso a denominamos classe-que-vive-do-trabalho, uma expressão que procura captar e englobar a totalidade dos assalariados que vivem da venda de sua força de trabalho.

É, pois, a partir da compreensão do processo de reestruturação ocorrido desde os anos de 1970, que novas formas-conteúdo estruturantes passam a fazer parte do processo de acumulação, como a dimensão espacial e antigas formas travestidas, como o trabalho a domicílio, familiar e o informal, que constituem, agora, mediações de 2ª ordem.

3.2 – A organização do espaço industrial brasileiro e as repercussões das recentes transformações do capitalismo contemporâneo

As condições para o desenvolvimento taylorista-fordista em nosso país ocorreram, a partir da chamada Revolução de 1930, quando se estabeleceram as condições para um novo jogo de forças para a expansão das relações capitalistas no país. Até então, o jogo era dado pelos interesses agrário-

exportadores que se vêem, a partir desse momento, cada vez mais penalizados com as mudanças institucionais ocorridas, francamente favoráveis à estrutura produtiva de base urbano-industrial. As novas relações entre o Estado e o sistema político-econômico se faziam através de ações cada vez mais intervencionistas, um caráter “planificador”, segundo Oliveira (1975:11/14; 2003:33/41), que visava a criação das condições de um novo modo de acumulação, a regulamentação da oferta e demanda dos fatores no conjunto da economia, através, principalmente da legislação trabalhista, do uso racional da tecnologia e de um planejamento científico, isto é, a construção de um imaginário “nacional-desenvolvimentista” (Ianni,1977).

O ideário desenvolvimentista brasileiro, expresso no Plano de Metas (1956-1961), forneceu as bases para o fordismo atingir uma certa maturidade, a partir da formação do tripé: Estado Nacional, capital nacional e capital internacional com o ingresso efetivo dos investimentos diretos das grandes indústrias automobilísticas, maior símbolo fordista. O espírito *taylorista* pode, então, ser aplicado, aos elementos necessários para implementarem a “gerência científica do trabalho”, a partir da instalação das primeiras fábricas.

Oliveira (1977:82/83) analisando as mudanças no padrão de acumulação entre 1950 e 1976 afirma só ter sido possível as redefinições do papel do Estado, neste momento, a partir de três ordens de fatores: uma concentração de renda prévia, fruto de uma política salarial de contenção e de transferência dos ganhos crescentes de produtividade do setor estatal para o setor privado; uma redefinição da divisão internacional do trabalho, passando os países periféricos a tornarem-se, além de exportadores de matérias-primas, produtores de manufaturas de bens de consumo e de uma continuada política de “nacionalismo de Estado” altamente potencializadora da acumulação do setor privado.

Poucos vão participar dos benefícios trabalhistas e do mercado de bens projetores de modernidade, uma vez que o mercado regulado é aquele restrito ao capital internacional e a alguns setores do capital nacional, permanecendo a grande massa trabalhadora urbana dependente do mercado dominado por

relações majoritariamente informais e parcialmente formais (cumprimento precário de alguns benefícios legais) enquanto que aqueles que trabalhavam no campo, 70% da população brasileira, permaneceram excluídos do processo.

Ao programa de Juscelino Kubitschek de “Cinquenta anos em Cinco” seguiram-se os governos de Jânio da Silva Quadros e João Goulart. Durante este período, entre 1961 e 1964, foram elaboradas diversas iniciativas para atender reivindicações no âmbito da educação, saúde, habitação e reforma agrária, entre outras, que foram abortadas devido ao Golpe Militar de 1964. O “estado de direito” foi substituído pelos “Atos Institucionais” e decretos-leis através de um regime militar que teve como base grande parte da burguesia nacional, das classes médias urbanas e do capital internacional.

O Estado ampliou seu papel político e econômico. As reformas tributária e previdenciária, e a expansão crescente do setor econômico – designados de “milagre econômico” – contribuíram para consolidar a centralização dos poderes pelo governo federal. A organização do aparelho estatal foi de fundamental importância para introduzir no país as condições de acumulação fordista, ampliando suas funções de produtor, investidor e regulador tanto do capital como do trabalho. Foi o II Plano Nacional de Desenvolvimento, a partir de 1974, que propiciou as mudanças estruturais para a consolidação do modelo fordista-keynesiano, em nível nacional. Apoiado em uma estratégia de “crescimento com financiamento” o II PND teve como objetivos principais o crescimento dos setores de capital e insumos básicos, a “etapa difícil do processo de industrialização”. (Piquet, 1993:9)

Assistimos à construção de uma armadura territorial com a descentralização de investimentos em prol da integração sob a égide da doutrina de Segurança Nacional (Becker e Egler, 1993). Novos espaços foram incorporados aos circuitos produtivos através de redes viárias e de telecomunicações, de grandes complexos hidrelétricos, de políticas fiscais e creditícias, gerando uma maior mobilidade territorial do trabalho, “esgotando a fronteira”, reorientando o crescimento urbano do país. São sistemas técnicos vigorosos, vetores de mudanças nas ações locais, gerando desterritorialização

política e/ou simbólicas (Haesbaert, 1995), acentuando o fosso existente entre o trabalho regulado e a crescente massa de “despossuídos” de “direitos” e de “pertencimento”.

Moreira (2004) afirma que o II PND faz parte de um conjunto de estratégias (juntamente com o primeiro e o terceiro) que tinha como objetivo redistribuir os investimentos pelo território nacional, em virtude da excessiva concentração do parque industrial no Sudeste (80,8% do valor da produção em 1970), particularmente em São Paulo (58,1% no mesmo ano), e proporcionar, por sua vez, uma reindustrialização não só dos outros estados sudestinos como das demais regiões, através da implantação de pólos mínero-industriais em pontos da Amazônia, do Nordeste, do Sul e do Centro Oeste, de usinas hidrelétricas e infra-estrutura, criando condições para expandir, também, a fronteira agrícola (idem:135/136).

Ainda de acordo com o autor (2004), o transcurso dos anos de 1980 foi de consolidação dessas estratégias, configurando uma nova divisão territorial do trabalho: a desconcentração da região metropolitana paulista e o surgimento de novas áreas industriais em um arco que vai da cidade de Belo Horizonte a Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul; a expansão do complexo-agroindustrial para a franja da Amazônia e algumas áreas do Nordeste; a reorganização da estrutura industrial dessa região com a presença dos pólos de extração mineral e a constituição da Amazônia em fronteira agrícola, mineral e energética.

Portanto, o projeto brasileiro de “modernização conservadora” ou “de etapa difícil de industrialização” (Piquet, 1993:9) encontra, já a partir do final da década de 1970, limites de financiamento e expansão diante da crise estrutural que já havia abalado os países centrais. A reorganização do espaço produtivo mundial repercute profundamente em nosso país devido à reorientação dos fluxos financeiros e de investimentos para os próprios países centrais. O “milagre” econômico brasileiro esgotou-se com o fim das condições externas para o financiamento da acumulação fordista-keynesiana, promovendo a desaceleração econômica e gradativo estrangulamento dos

sistemas nacionais de saúde, ensino e previdência social (sempre seletivos e precários), acentuando os já graves problemas sociais.

Malaguti (2000:35/36) dimensiona as perversas conseqüências ocorridas ao longo desse período, recorrendo a dados do DIEESE (1992) que demonstram a queda do poder aquisitivo, entre 1983 e 1991, quando o salário mínimo passou a valer 43% do que valia em 1940, sendo que em 1985, um terço da população brasileira ganhava até um salário mínimo.

Já no início da década de 1980, quando ocorrem os primeiros movimentos, embora bastante restritos, do processo de reestruturação produtiva em nosso país, levando as empresas a adotarem novos padrões organizacionais e tecnológicos, assim como novas formas de organização social e, também, da divisão sexual do trabalho, em busca de inserção competitiva no mercado internacional. Essas transformações voltaram-se para a redução de custos (enxugamento da força de trabalho), adoção de novas práticas de organização como os Círculos de Controle de Qualidade (QCC's)² e os sistemas de produção *just-in-time* e *kanban*³. Durante a segunda metade dos anos de 1980, *intensificaram-se as transformações tecnológicas, com a introdução da automação de base microeletrônica nos setores metal-mecânico, automobilístico, petroquímico e siderúrgico* (Antunes, 2004:13/27).

A década de 1990 inicia-se com a implantação de um projeto neoliberal, que promove a abertura da economia às exportações e um programa de privatização e desregulamentação que afetaram profundamente vários segmentos de nossa indústria, ao mesmo tempo em que é intensificada

² Os CCQs são formados por grupos de trabalhadores que se reúnem (teoricamente de maneira voluntária) para discutir e buscar soluções para os problemas da produção (Navarro, 2004:84).

³ Sistema de organização e gestão do trabalho: *just-in-time* –produzir no tempo certo, na quantidade exata, com uma quantidade de trabalho certa -; *kanban* – sistema de informações dos vários estágios da produção e de estoques (Druck, 1999:93).

a expansão de inovações técnico-organizacionais, promovendo mudanças na divisão do trabalho e nas dimensões espaciais do capital produtivo, aumentando a mobilidade territorial dos fluxos tanto do capital como do trabalho.

Para Caiado, Ribeiro e Amorim (2004:63/80) o objetivo dessas medidas era o de garantir a modernização das estruturas produtivas através de ganhos de produtividade, diante da intensificação da competição, e viabilizar uma integração do país à economia mundial. Entretanto, afirmam, as iniciativas de estímulo à competição (liberalização do comércio exterior), não foram acompanhadas pelas referentes à competitividade, pois ou não foram colocadas em prática ou mostram-se pouco eficientes, promovendo sérias conseqüências na indústria de transformação, assim como em outros setores produtivos.

Apoiando-se em Haguenauer et alli (2001) e Miranda (2001), os mesmos autores (2004:73/74) sublinham que as transformações ocorridas ocorreram ou através da introdução de importantes inovações em termos de produto, processo, organização ou gestão da produção ou de um *dawngrading* da estrutura produtiva, assim como de um mero rebaixamento de custos. Quanto a este último, distinguem três situações distintas, ainda que combinadas: o primeiro rebaixamento através da realocização da produção em busca de matérias-primas, mão-de-obra barata, encontradas ou em regiões menos desenvolvidas do país ou nas conhecidas "guerras fiscais"; um segundo rebaixamento através da externalização de partes da produção com o objetivo de repasse dos ônus e riscos a terceiros, que podem estar localizados em áreas próximas ou até em outros países e, finalmente, um rebaixamento dos custos através da degradação do trabalho, seja em termos de contratação, remuneração etc.

A descentralização produtiva vai mudar tanto a dinâmica das áreas metropolitanas que cada vez mais perdem o seu papel polarizador, seja para o capital como para o trabalho, assim como de áreas ou cidades de porte médio, que passam a se destacar como espaços atrativos, seja diante da atrativa

remuneração da mão-de-obra ou do acesso a recursos naturais, financeiros ou fiscais.

O setor industrial que sofreu profunda reestruturação para sobreviver à abertura do mercado foi o automobilístico. Ao lado da modernização das plantas já instaladas e de novas unidades produtivas, a descentralização do setor foi, também, muito significativa, provocando uma nova distribuição espacial das empresas no país, fora do centro tradicional do setor, a cidade de São Paulo e a região do ABC onde distintos fatores de localização cumpriram decisivos papéis sejam relativos à logística e externalidades dinâmicas (estrutura científica e tecnológica, social e urbana), à qualificação dos recursos humanos ou à vantagens e renúncias fiscais como a Mercedes-Benz em Juiz de Fora (MG), as montadoras *Volkswagen* (em Resende) e *Peugeot-Citroën* (em Porto Real), ambas no Rio de Janeiro, a *General Motors* no Rio Grande do Sul e a *Audi-Volks* e *Renault*, localizadas em Curitiba (Nabuco, M. R.; Neves, M. de A. e Neto, A. M. de C., 2002).

Pochmann (2001:48) ao analisar os efeitos das chamadas reformas neoliberais sobre o emprego industrial, afirma haver uma redução do emprego assalariado no total da ocupação, recorrendo aos anos de 1989 a 1999 quando a quantidade de desempregados ampliou-se de 1.8 milhão para 7.6 milhões, um aumento da taxa aberta de desemprego de 3% para 9,6% da População Economicamente Ativa. Em 1989, 64% do total da ocupação brasileira era de assalariados, passando para 58,7 em 1999, significando que 3,2 milhões de trabalhadores assalariados perderam o emprego, sendo 2 milhões do setor industrial.

Se por outro lado, a descentralização produtiva, enquanto estratégia de flexibilização da rigidez fordista, proporcionou uma crescente redução do proletariado fabril estável que se desenvolveu, embora reduzidamente, no período taylorista fordista, por outro, ocorreu um aumento dos assalariados médios e de serviços e uma grande expansão do denominado subproletariado fabril e de serviços (Antunes, 2004). À retração do trabalho fabril, crescem as atividades de serviços ocorrendo, entre as décadas de 1970 e 1990, um

aumento de 50% de sua participação na estrutura ocupacional de nosso país, de acordo com Pochmann citado por Antunes (idem:24):

Na década de 1990, os serviços passaram a absorver mais postos de trabalho, sem compensar, entretanto, a destruição dos empregos verificada tanto no campo como na indústria. Atualmente, o aumento do desemprego aberto reflete justamente a incapacidade da economia brasileira para gerar expressivos postos de trabalho, não obstante o setor de serviços continuar absorvendo uma parte dos trabalhadores que anualmente ingressam no mercado de trabalho ou que são demitidas dos setores industrial e agropecuário.

e a (re)criação de formas "arcaicas" de trabalho, lógicas organizacionais e produtivas baseadas na pequena produção, no trabalho doméstico, a domicílio, no trabalho autônomo.

A pequena produção esteve sempre presente no processo de crescimento econômico do nosso país, mas nunca participou do "mundo dos direitos" nem do "bem-estar" das políticas sociais. É recente o discurso voltado para o estímulo ao "trabalho próprio", do "trabalho sem patrão" e não é ao acaso. O nosso precário mercado de trabalho sempre abrigou as iniciativas pessoais de sobrevivência na informalidade, na ilegalidade, que, hoje, assumem gigantescas dimensões diante da generalização do trabalho parcial e do aumento das atividades de serviços, sob o manto da subcontratação e da terceirização.

Não só no Brasil, como na maior parte dos países, as micro e pequenas empresas respondem pela grande maioria das unidades produtivas criadas anualmente. De acordo com Najberg, Puga e Oliveira (2000), há um conflito de interpretação na literatura quanto ao papel dos pequenos negócios no crescimento econômico: por um lado, representam custos excessivos para a economia como resultado de ineficientes escalas de produção, derivando baixa produtividade e baixos salários, por outro, são interpretados como agentes de mudanças de grande importância na geração de inovações.

Primeiramente, é preciso esclarecer que os critérios utilizados para a definição do tamanho de empresas são muito heterogêneos, pois traduzem as experiências e particularidades sociais de cada país, ou escala espacial das ações, neste sentido, múltiplas identificações estabelecem os limites desses

recortes para que possam participar dos benefícios e incentivos nas legislações que dispõem de tratamentos diferenciados para os diversos segmentos.

Tabela 01: Critérios de classificação de micro, pequenas e médias empresas, de acordo com a receita bruta e número de empregados.

	Microempresa	Pequena Empresa	Média Empresa
Estatuto MPE receita bruta anual	Até R\$ 433.755,14	Acima de R\$ 433.755,14 até R\$ 2.133.222,00	
SIMPLES receita bruta anual	R\$ 120.000,00	R\$ 1.200.000,00	
RAIS/MTE nº de empregados	0-19	20-99	100-499
SEBRAE indústria	019	20-99	100-499
SEBRAE comércio e serviços	0-9	10-49	50-99

Fonte: RAIS/MTE; Lei nº 9.317/96 e IN SRF nº 034/01; Lei nº 9.841/99; Decreto nº 5.028/2004

A tabela acima demonstra as diferentes definições de micro, pequenas e médias empresas, podendo-se classificar dois grupos: um que utiliza a receita bruta anual, o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, Lei nº 9.841/99, e o SIMPLES, (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições), Lei 9.317/96⁴, e um outro que se apóia no número de empregados – RAIS/MTE e o SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

Chamamos a atenção para o fato de que as receitas brutas das micro e pequenas empresas, de acordo com a Lei nº 9.841/99, tinham como limites, R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais) e R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), respectivamente, entretanto, tais valores foram atualizados pelo Decreto nº 5.028/2004, ficando assim definidos: microempresa – receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 433.755,14 (quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos) e empresa de pequeno porte – receita bruta anual superior a R\$ 433.755,14 (mesmo valor) e igual ou inferior a R\$ 2.133.222,00 (dois milhões, cento e trinta e três mil e duzentos e vinte e dois reais) (SEBRAE, Estudos e Pesquisas, 2005).

Parceiro da tese que ressalta a importância dos pequenos negócios e com o objetivo de difundir informações para o melhor conhecimento da situação, evolução e atuação desse segmento em nosso país, o SEBRAE, integrante da CNI (Confederação Nacional das Indústrias), elaborou o Boletim Estatístico de Micro e Pequenas Empresas, divulgado em 2005, a partir de

⁴ O SIMPLES permite o pagamento mensal unificado de seis impostos e contribuições federais: o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, a Contribuição para o PIS/PASEP, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS, as Contribuições para a Seguridade Social do Empregado, a cargo da pessoa jurídica e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

informações compiladas de pesquisas já divulgadas pela Instituição, como as exportações das Micros e Pequenas Empresas (MPE) industriais e sobre a mortalidade dessas empresas em 2004, de informações da pesquisa Economia Informal Urbana (ECINF) do IBGE, de 1997 e 2003, bases estatísticas do Cadastro Central de Empresas do IBGE, ano 2002, informações das RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego e registros de novas empresas do Departamento Nacional de Registro do Comércio.

Esclarecemos, de antemão, que não temos a intenção de esgotarmos as possibilidades de análise que os dados relacionados, a seguir, oferecem. Nosso objetivo é dimensionar, no período de registro, a evolução das micro, pequenas e médias empresas e a sua participação em nossa estrutura produtiva, embora estejamos atentos aos limites sempre presentes em iniciativas que tem como objetivo, uma representação da totalidade social.

Tabela 02: Brasil – Distribuição percentual do número de micro e pequenas empresas formais, por porte e setor – 1996-2002

	Micro		Pequena	
	1996	2002	1996	2002
Indústria	90,5	90,7	7,4	7,7
Construção	90,2	91,9	7,9	6,5
Comércio	95,5	95,4	4,1	4,3
Serviços	90,7	92,3	7,6	6,6
Total	93,2	93,6	5,7	5,6

(continuação)

	Média		Grande		Total	
	1996	2002	1996	2002	1996	2002
Indústria	1,7	1,4	0,4	0,3	100,0	100,0
Construção	1,6	1,3	0,2	0,2	100,0	100,0
Comércio	0,3	0,2	0,2	0,1	100,0	100,0
Serviços	0,8	0,6	0,9	0,6	100,0	100,0
Total	0,6	0,5	0,4	0,3	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE; elaboração: SEBRAE/UED

Lembrando que os dados referem-se às empresas formais, o número absoluto de microempresas no Brasil, entre 1996 e 2002, cresceu de 2.959.749 para 4.605.607, expressivo aumento de 55,8% no período e em cada setor de atividade, participando, também, com 93,2 em 1996 para 93,6 em 2002 no número total de empresas. É uma forte concentração de empresas desse porte quando comparamos com os dados das pequenas empresas, pouco expressivos, em números relativos, porém, mais significativos em termos de crescimento, pois de um total de 181.115 empresas em 1996, passou para 274.009 em 2002, registrando uma evolução de 51,3%. Quanto às médias e grandes empresas, são inexpressivas no total, assim como seus baixos índices de crescimento, no período 1996-2002, de 15,2% e 12,1%, respectivamente.

Tabela 03: Brasil - Distribuição percentual das pessoas ocupadas, por porte de empresa e setor de atividade -1996-2002

	Micro		Pequena	
	1996	2002	1996	2002
Indústria	20,2	23,7	18,4	22,2
Construção	25,4	27,3	25,8	26,0
Comércio	56,3	58,9	20,4	22,4
Serviços	24,6	28,8	17,0	18,8
TOTAL	31,8	36,2	18,8	21,0

(continuação)

	Média		Grande		Total	
	1996	2002	1996	2002	1996	2002
Indústria	22,0	20,0	39,6	34,1	100,0	100,0
Construção	25,6	25,0	23,2	21,7	100,0	100,0
Comércio	5,2	4,1	18,1	14,7	100,0	100,0
Serviços	6,6	6,2	51,8	46,2	100,0	100,0
Total	11,5	9,8	37,9	33,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE; elaboração:
SEBRAE/UED

É interessante observarmos que os dados absolutos de pessoas ocupadas para as empresas micro, 9.967.201 e grandes, 9.104.745 para o ano de 2002 são muito próximos, dividindo o mercado de ocupações com, respectivamente, 36,2% e 33,0%, entretanto, a pesquisa destaca o segmento das micro empresas ao apresentar uma variação percentual no período 1996-2002, de 44,9%, enquanto o de grande porte, de apenas, 11,1%. Ressalte-se que as pequenas empresas embora tenham participado de 21,0% do total das ocupações em 2002, apresentaram um significativo crescimento, no período: 42,8%.

Da mesma maneira, em 2002, nas micro e pequenas empresas houve aumento de pessoas ocupadas em todos os setores (maiores índices no Comércio e Construção), enquanto que as médias e grandes empresas tiveram perda de ocupação, também, em todos os setores, embora as mais elevadas tivessem ocorrido na Construção e nos Serviços.

Tabela 04: Brasil - Distribuição percentual dos salários e rendimentos médios anuais, por porte de empresas e setor de atividade - 1996-2002

Valores constantes em R\$ 1,00 de 2002

	Micro		Pequena	
	1996	2002	1996	2002
Indústria	4,9	7,5	10,6	13,6
Construção	11,9	12,9	22,0	23,8
Comércio	18,2	25,5	24,6	29,1
Serviços	5,9	7,6	10,5	12,5
Total	7,3	10,3	12,8	15,7

(continuação)

Valores constantes em R\$ 1,00 em 2002

	Média		Grande		Total	
	1996	2002	1996	2002	1996	2002
Indústria	21,3	21,4	63,1	57,5	100,0	100,0
Construção	28,5	29,2	37,6	34,1	100,0	100,0
Comércio	10,1	8,2	47,2	37,2	100,0	100,0
Serviços	5,7	6,4	77,9	73,5	100,0	100,0
Total	13,3	12,7	66,6	61,3	100,	100,0

Fonte: IBGE – Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE;
elaboração: SEBRAE/UED; inflator: IPCA - IBGE

Na tabela acima, os dados referentes a salários e rendimentos médios anuais invertem o grau de participação das empresas, em clara demonstração que o fenômeno de crescimento dos pequenos negócios não é tão bom para quem deles depende. No período 1996-2002, os menores índices de salários e rendimentos médios anuais foram os das micros empresas, 7,3% e 10,3%, contrastando com os elevados 66,6% e 61,3% das de maior porte, sendo estas as responsáveis, em 2002, por 73,5% do total dos salários e rendimentos médios anuais pagos no setor Serviços, enquanto as micro e pequenas tiveram uma maior distribuição no Comércio.

Mais uma vez, as micro e pequenas e agora, as médias empresas apresentaram um aumento de participação na distribuição de salários e

rendimentos, enquanto que as maiores tiveram um declínio, em todos os setores.

Tabela 05: Brasil - Variação percentual no número de empresas, pessoas ocupadas e massa de salários e rendimentos pagos, por porte de empresas – 2002 – 1996

	Micro	Pequena	Média	Grande
	2002-1996	2002-1996	2002-1996	2002-1996
Nº Empresa	55,8	51,3	15,2	12,1
Pessoas Ocupadas	44,9	42,8	9,1	11,1
Massa Sal. Outros Red.	57,3	37,9	7,6	3,2

Fonte: elaboração própria a partir: IBGE – Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE; elaboração: SEBRAE/UED

Finalmente, os dados acima confirmam terem tido as micros e pequenas empresas, os índices mais elevados de crescimento, no período 2002-1996. A pesquisa também informa que as micros empresas também obtiveram o maior índice de crescimento no setor de atividade Serviços, com 83,3%, setor que também apresentou índices mais elevados de variação em todas as empresas pesquisadas.

Com relação a pessoas ocupadas, as micro e pequenas empresas apresentaram próximos percentuais de crescimento, 44,9% e 42,8%, sendo o setor serviços o que mais se expandiu, sendo essas empresas importantes, também, na variação da massa de salários e rendimentos (57,3% e 37,9%). Na tabela 04, foram utilizados os salários e rendimentos médios ao ano,

quando as micro e pequenas empresas apresentaram os menores índices de participação, na tabela acima, de nº 05, recorreremos ao indicador massa de salários e rendimentos pagos para chamar a atenção de que, embora esses dois segmentos de empresas (micros e pequenas) tenham tido, no período, maiores volumes de massa de salários e rendimentos, os valores salariais e de outros rendimentos foram os mais baixos, indicando as dificuldades encontradas tanto para gerir o negócio como para reprodução da força de trabalho utilizada.

Não foi o caso das grandes empresas que apresentaram os maiores percentuais de participação nos salários médios e outros rendimentos na mesma Tabela. 04, no entanto, o seu percentual de crescimento de massa de salários e rendimentos foi de apenas, 3,2%, que pode ser justificado pelos índices apontados na pesquisa, no período: -6,0%, de crescimento, -4,5 de pessoas ocupadas e -9,7% na massa de salários, de acordo com a Tabela 5. As médias empresas tiveram um desempenho sempre menos expressivo, ao longo dos dados, diminuindo, inclusive, a sua participação, -0,4%, no setor indústria no período considerado.

Os dados analisados indicam, portanto, a evolução e importante participação das 4.879.616 micros e pequenas empresas em nossa estrutura produtiva. Sintetizam os resultados das transformações que começaram a ocorrer, desde os anos de 1980, com as primeiras iniciativas de reorganização dos processos produtivos, na década de 1990, com a implementação de "um novo modelo econômico" pautado pela reformulação do papel do Estado, desregulamentação comercial e financeira acompanhada de medidas favoráveis ao ingresso de maior quantidade de recursos estrangeiros, com as consequentes internacionalização do sistema produtivo e desregulação do mercado do trabalho (Pochmann, 2001:43).

Tais medidas promoveram um processo de reestruturação em alguns setores e unidades empresariais e a desarticulação no interior de várias cadeias produtivas, propiciando o retraimento e o fechamento de várias empresas, com significativas mudanças tanto na oferta como na demanda de

trabalho, acentuando a sempre presente informalidade em nosso mercado de trabalho.

O termo Setor Informal se originou e difundiu-se no âmbito do Programa Mundial de Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1969, sendo definido, no ano de 1972 em um estudo sobre o Quênia, como um conjunto de unidades de produção que possui as seguintes características (Cacciamali, 2002:2):

a)- propriedade familiar de pequenos negócios; b)- pequena escala de produção; c)- aporte próprio de recursos; d)- facilidade de ingresso; e)- uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; f)- aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; g)- participação em mercados competitivos e não regulados pelo Estado.

Em meados de 1970, o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC) da OIT, incorpora às características acima, uma outra, o fato de constituírem-se em atividades não organizadas juridicamente ou nas suas relações capital-trabalho (TOKMAN e SOUZA, 1976; 1978 apud Cacciamali, *idem:idem*).

Cacciamali (2001) interpreta o aumento do trabalho informal, como já nos referimos anteriormente, a partir da categoria processo de informalidade derivada da redefinição das relações de produção, dos processos e das relações de trabalho e das formas de inserção dos trabalhadores diante das mudanças estruturais do capitalismo contemporâneo, sejam institucionais, na produção e no mercado de trabalho e que se expressam nas mais diferentes sociedades, assumindo, portanto, múltiplas formas.

De fato, o processo de informalidade traduz, por um lado, a destruição ou erosão de relações de produção, formas de inserção, regras institucionais próprias de um momento do desenvolvimento do capitalismo, conhecido como fordista-keynesiano, mas, por outro, a construção de novas relações e regulações da sua contemporaneidade.

Para a autora (idem:06), o processo de informalidade promove mudanças estruturais no mercado de trabalho, já também indicadas, anteriormente, mas que recuperamos para um melhor encadeamento da nossa reflexão: aumento das taxas de desemprego; novas modalidades de contrato coletivo e individual para a mão-de-obra assalariada; expansão de sub-contratação ou terceirização; de contratos não registrados, à margem da legislação; expansão de pequenos estabelecimentos sem delimitação da relação capital-trabalho e do trabalho por conta própria.

Na dimensão produtiva, o processo de informalidade deriva da dinâmica das empresas capitalistas que redimensionam grande parte dos espaços econômicos, proporcionando a articulação entre empresas capitalistas e pequenos produtores, formas de organização que não se baseiam no assalariamento, mas nas atividades realizadas através do trabalho por conta própria ou micro empresas, identificadas como integrantes do setor informal (idem:15).

A importância desse processo é mensurada pelo interesse recente de alguns setores de nossa sociedade que têm promovido iniciativas para conhecer o seu papel e dimensão em nossa economia, isto é, identificar a sua participação na geração de empregos e de rendimentos. É o caso do IBGE que implementou, em 1997, uma pesquisa sobre Economia Informal Urbana (ECINF) e uma segunda, em 2003, para atualizar as bases de dados, em parceria com o SEBRAE.

A ECINF (2003:15/16), a partir das recomendações da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida pela OIT, em janeiro de 1993, assim definiu setor informal:

- para delimitar o âmbito do setor informal, o ponto de partida é a unidade econômica – entendida como unidade de produção – e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida;
- fazem parte do setor informal as unidades econômicas não-agrícolas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens ou serviços de auto-consumo;

- as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação de capital e trabalho, enquanto fatores de produção;
- embora útil para propósitos analíticos, a ausência de registros não serve de critério para a definição do informal na medida em que o substrato da informalidade se refere ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica, e não a seu *status* legal ou às relações que mantém com as autoridades públicas. Havendo vários tipos de registro, esse critério não apresenta uma clara base conceitual; não se presta a comparações históricas e internacionais e pode levantar resistência junto aos informantes; e
- que a definição de uma unidade econômica como informal não depende do local onde é desenvolvida a atividade produtiva, da utilização de ativos fixos, da duração das atividades das empresas (permanente, sazonal ou ocasional) e do fato de tratar-se da atividade principal ou secundária do proprietário da empresa.

A partir dessas orientações, pertencem ao setor informal as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, independente de serem atividade principal ou secundária de seus proprietários e de possuírem ou não constituição jurídica. Portanto, a amostragem contempla, apenas, as atividades urbanas e a população urbana, sendo excluídos desse conjunto a “população de rua”, as pessoas ligadas às atividades ilegais e os trabalhadores domésticos que são objeto da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Foram excluídas, também, as atividades não-agrícolas desenvolvidas por moradores de domicílios rurais, deixando de considerar, por exemplo, a pequena produção alimentar, artesanal, de serviços ou de confecções, que se enquadram perfeitamente nas orientações conceituais.

Néri (2005), analisando os pequenos negócios, a partir dos dois momentos da ECINF, 1997-2003, e utilizando os dados gerados da PNAD dos anos de 1993, 1997 e 2003, chama a atenção que a ECINF, a partir dos critérios adotados, não deu cobertura a 2,9% dos empregadores e 21,7% dos trabalhadores por conta própria na área rural, excluindo, também, 26% dos empregadores, ao restringir a conceituação de empresa informal, àquelas com até cinco empregados.

Tabela 06: Empresas do setor informal, por número de pessoas ocupadas, segundo o tipo de empresa - Brasil 2003

Tipo de empresa	Empresas do setor informal					
	Total	Número de pessoas ocupadas				
		1	2	3	4	5
Total	10 335 962	8 281 263	1 264 095	400 267	208 153	103 985
Conta Própria	9 096 912	8 281 263	671 990	96 919	37 035	6 554
Empregador	1 239 050	-	592 105	303 348	171 118	97 431

Fonte: Elaborado a partir de: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

De acordo com os dados acima, do total das 10.335.962 empresas informais, 9.096.912 eram de trabalhadores por conta própria, correspondendo a 88%, enquanto os empregadores, 1.239.050, representaram 12% do total. Do total dos trabalhadores por conta própria, 8.281.263, isto é, 91%, trabalhavam sozinhos ou contavam com a ajuda de familiares ou próximos. Por sua vez, do total dos empregadores, 1.239.050, 47% trabalhavam com 2 pessoas (592.105), o número mais significativo da categoria. Não são representativas as participações de pessoas que trabalham com os trabalhadores por conta própria.

A pesquisa acrescenta que as atividades econômicas com maior frequência desse tipo de empresa foram o comércio e reparação (33%), construção civil (17%) e indústria de transformação e extrativa (16%). Do

total das empresas, 11,6% tinham constituição jurídica, índice menor do que o apresentado em 1997: 13%.

Tabela 07: Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por posição na ocupação, segundo os sexos. Brasil – 2003

Sexo das Pessoas	Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal		
	Total	Posição na ocupação	
		Conta Própria	Empregador
Total	13 860 868	9 514 629	1 448 284
Homens	8 872 377	6 210 393	1 051 937
Mulheres	4 980 645	3 303 376	396 347
Sem Declaração	7 846	860	-

(Continuação)

Sexo das pessoas	Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal			
	Posição na ocupação			
	Empregado com carteira	Empregado sem carteira	Não remunerado	Sem declaração
Total	797 300	1 338 349	706 963	55 343
Homens	406 216	910 192	254 722	38 918
Mulheres	391 084	428 106	452 238	9 494
Sem declaração	-	51	4	6 931

Fonte: Elaborado a partir de: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003

A tabela acima demonstra que de todas as 13 860 868 pessoas ocupadas nas empresas informais em 2003, a participação dos que trabalham por conta própria, 9 951 629, foi de 69%, sendo 8 872 377 de homens (64%) e 4 980 645 de mulheres (35%) e na posição de ocupação como empregador foram contabilizadas 1 448 284 pessoas, 10% do total. Os dados dos trabalhadores com carteira assinada 797 300 representam, apenas, 6% da amostra, enquanto os sem carteira assinada, 1 338 349, correspondem a 10%, representando quase o dobro dos assalariados. Os não remunerados, 5%, não são representativos no total das pessoas ocupadas, entretanto, embora o trabalho feminino compusesse, apenas 3% do total dos trabalhadores por conta própria, apresentaram o significativo índice de 64% das pessoas não remuneradas.

Os setores de atividade que apresentaram as maiores parcelas de postos de trabalho foram o comércio e reparação e as indústrias de transformação e extrativa.

Tabela 08: Empresas do setor informal, por posição na ocupação e sexo dos proprietários, segundo o motivo que os levou a iniciar o negócio – Brasil 2003

	Empresas do setor informal		
Motivo para iniciar os negócios	Total	Homens	Mulheres
Total	10 336 962	6 882 766	3 453 072
Não encontrou emprego	3 216 168	2 350 631	865 416

Independência	1 702 477	1 210 725	491 739
Complementação de renda	1 820 160	716 366	1 103 794

(Continuação)

Motivo para iniciar o negócio	Empresas do setor informal					
	Posição na ocupação e sexo dos proprietários					
	Conta Própria			Empregador		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	9096912	5958818	3137959	1239050	923938	316112
Não encontrou emprego	3018186	2187548	830518	197982	163083	34889
Independência	1401659	986684	414961	300819	224041	76778
Complementação renda familiar	1725102	672970	1052212	94978	43396	51582

Fonte: Elaboração a partir de: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

A tabela original relaciona 10 motivos que levaram os proprietários a iniciar o negócio, entretanto, consideramos os três mais significativos: não encontrou emprego, independência e complementação da renda familiar pois representam, aproximadamente, 65% do total das razões das pessoas recorrerem às atividades identificadas como informais como expediente de sobrevivência. É bastante significativa a participação de 31% no motivo "não

encontrou emprego” (3 018 186) tanto no total dos empregadores como naqueles que trabalham por conta própria, da mesma maneira ocorrendo entre as mulheres, quando 32%, tinham esse tipo de trabalho para complementação da renda familiar.

Tabela 09: Empresas do setor informal, por tipo de empresa, segundo local de funcionamento – Brasil 2003

	Empresas do setor informal		
Local de funcionamento	Total	Tipo de empresa	
		Conta própria	Empregador
Total	10 335 962	9 096 912	1 239 050
Só no domicílio	2 817 152	2 602 584	214 568
Só fora do domicílio	6 728 809	5 748 692	980 117
No domicílio e fora do domicílio	788 521	744 155	44 366

Fonte: elaboração a partir de: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

Em 2003, do total dos trabalhadores por conta própria e empregadores, 27% trabalhavam no domicílio, 65% realizavam suas atividades fora do domicílio enquanto que 8%, tanto no domicílio como fora dele. Os trabalhadores por conta própria têm grande peso na amostragem, 80% do total (9 096 912). Do total dos que trabalham só no domicílio, chama a atenção o índice de quase 100% da participação dos conta própria, da mesma

maneira que representam 62% daqueles que trabalham somente fora do domicílio.

Como esclarecemos, anteriormente, nossa intenção não é esgotar as possíveis correlações fornecidas a partir das pesquisas das empresas formais e informais. De acordo com o Boletim Estatístico de Micro e Pequenas Empresas, (SEBRAE, 2005), as micros empresas formais cresceram 55,8%, de 2.956.749 para 4.605.607, no período 1996-2002, tendo, neste último ano, uma participação de 93,6 no setor industrial, revelando uma realidade até o momento oculta ou não desejável de ser revelada. As pequenas empresas tiveram um desempenho acanhado, com uma participação sempre caudatária dos "micros" negócios, mas a sua evolução foi significativa ao longo do período analisado, 42%, disputando, com as micros empresas, 44%, o mercado de trabalho. Por outro lado, pudemos observar, no mesmo período, que os mais baixos índices totais de rendimentos e salários encontravam-se nas micros com 10,35%, seguidos das médias, 12,7% e pequenas empresas, 15,7%.

Ao mesmo tempo, tivemos a oportunidade de contar, também, com a pesquisa sobre as identificadas empresas informais, Economia Informal Urbana – ECINF, desenvolvida pelo IBGE, cobrindo o período de 1997-2003 (embora nos detivéssemos no ano de 2003), que demonstra de 9.477.973 empreendimentos informais, em 1997, esse número cresceu, em 2003, para 10.335.962, portanto, 9,1%, enquanto o aumento dos postos de trabalho foi de 7,7%, em relação a 1997, correspondendo a 13.860.868 milhões de pessoas ocupadas, isto é, 12,9%. Deste total, 88% trabalhavam por conta própria, sendo que, 91%, contavam apenas com seus familiares ou amigos na produção.

Do total dos que trabalhavam por conta própria, 22% receberam, em média, de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00, enquanto 63% dos empregadores obtiveram receita mensal acima de R\$ 2.000,00. Resultados mais desiguais ficam mais evidentes quando comparamos a receita média dos empregadores, R\$ 6.033,00, com a dos "conta própria", R\$ 1.140,00, ganhos cinco vezes menores, evidenciando as precárias condições de trabalho. Os dados

confirmam que a falta de emprego levou a que 31% dessas pessoas, particularmente homens, recorressem ao pequeno negócio para sobreviverem, enquanto que 32% das mulheres justificaram esse trabalho como complementação de renda familiar.

A pesquisa informa, também, que dentre todas as empresas informais, 88% não possuíam constituição jurídica, correspondendo a 93% das empresas de conta própria e 56% de empregadores. Em média, 89% do conjunto não eram filiadas a sindicato ou órgão de classe, 74% não possuíam licença municipal, 90% não tinham registro de microempresas e, apenas 2% haviam aderido ao sistema de tributação SIMPLES.

A pequena produção, portanto, sempre relegada a um plano secundário ao longo da acumulação de massa, em tempos recentes, tem o reconhecimento de seu importante papel tanto na produção do capital, como na reprodução da força de trabalho. Tem o reconhecimento, também, da sua participação como “colchão amortecedor” do desemprego e instrumento de resignação ao longo de nossa história. Formas de trabalho como o doméstico, familiar, a domicílio e o informal, próprias à sua organização, até então consideradas do passado e empecilhos à modernização, são cada vez mais travestidas de um “empreendedorismo” oportuno e apropriado pelo discurso da “flexibilização”, expediente de superação dos entraves decorrentes das contradições do metabolismo societal do capital.

É nesse contexto teórico-metodológico que tentaremos compreender como o trabalho doméstico, a domicílio, informal, travestido, tece a trama do espaço de moda íntima do bairro de Olaria, em Nova Friburgo.

CAPÍTULO 4 – O PÓLO DE MODA ÍNTIMA DE NOVA FRIBURGO E REGIÃO E O TRABALHO A DOMICÍLIO: FORMA-CONTEÚDO DO CAPITAL

Este capítulo resume as primeiras experiências com o nosso objeto empírico, o município de Nova Friburgo e o acesso a documentos que traduzem os interesses dos agentes públicos, como a Prefeitura e institucionais como o SEBRAE, FIRJAN e SINDVEST, em promover esse espaço em plataforma de exportação. Ao mesmo tempo, a dedicação aos trabalhos de campo permitiu que definíssemos o nosso recorte espacial, o bairro de Olaria, assim como o trabalho a domicílio, como instrumento analítico possível de revelar a(s) sua(s) territorialidade(s).

A completa impossibilidade de podermos estabelecer contatos para fazermos um levantamento das condições gerais de trabalho e da reprodução da vida familiar, isto é, do espaço da produção e da reprodução, levou-nos a buscar informações que suprissem a falta desses dados primários que permitiram-nos conhecer fundamentais iniciativas institucionais que tornaram o espaço da produção da moda íntima, o Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, um projeto-piloto de modelo de desenvolvimento, a partir das experiências dos distritos industriais italianos, financiado pelo BID e SEBRAE.

4.1 – Reconhecendo o Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região

Paralelamente aos trabalhos de campo, o levantamento bibliográfico revelou-nos a produção de documentos, acompanhando as tendências de reconhecimento da escala territorial como escala possível para as transformações locais, que reorientaram as nossas preocupações, na medida em que representam um conjunto de dados, análises e sugestões de estratégias para o desenvolvimento do Pólo de Moda Íntima, e, não apenas para o município de Nova Friburgo. Dois deles, particularmente, se destacam:

o Relatório Final do projeto “Desenvolvimento do Cluster de Moda Íntima da Região Centro-Norte Fluminense” elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas que tem como objetivo propor uma metodologia de indução de desenvolvimento de cluster para a Região e o Relatório Final do Projeto REDEIPEA sob a forma de coletânea, intitulada “Industrialização Descentralizada: SISTEMAS INDUSTRIAIS LOCAIS”, sob a Coordenação de Luís Fernando Tironi, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que objetiva, através de levantamentos e análises de estudos particulares, sugerir iniciativas de fortalecimento de “sistemas produtivos locais”, dentre os quais, o de Moda Íntima de Nova Friburgo.

Os dois documentos convergiram para as nossas preocupações, que vinham desde o nosso projeto de tese, quando explicitamos o interesse pelos distritos industriais italianos como referencial teórico inicial para interpretar o arranjo produtivo das indústrias de moda íntima de Nova Friburgo. No entanto, a cada leitura, cada vez mais percebemos o quanto esses espaços produtivos são distintos e, ao mesmo tempo, como é, também crescente, o interesse pela criação de um simulacro do chamado “modelo da Terceira Itália”.

As dificuldades encontradas, ao longo de toda a pesquisa, de estabelecer contatos e obter dados, a partir da coleta de informações com a população local (moradores, costureiras, comerciantes), como já indicamos, nos levou a buscar informações não sobre o município ou a cidade de Nova Friburgo, mas sobre a produção local, o que possibilitou a construção da institucionalidade chamada Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, que tem como 1ª iniciativa de articulação de ações para a sua promoção, o projeto “Desenvolvimento do Cluster de Moda Íntima da Região Centro-Norte Fluminense”, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir das experiências dos distritos industriais italianos.

Ao reconhecermos o Pólo, retomamos, de novo, nossas iniciais reflexões: os distritos industriais, como referencial teórico, para interpretar o arranjo produtivo das indústrias do Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, que participa de um conjunto de 230 Pólos, ou Arranjos Produtivos

Locais, distribuídos entre os Estados e Distrito Federal e considerados como uma das estratégias de política industrial com vias para o desenvolvimento local do Plano Plurianual 2004-2007, do Governo Federal.

4.1.1 – O projeto “Desenvolvimento do Cluster de Moda Íntima da Região Centro-Norte Fluminense”

Experiências particulares, os distritos italianos constituem referencial para a promoção de estratégias de desenvolvimento local/regional, como podemos constatar no Relatório Final do projeto “Desenvolvimento do Cluster de Moda Íntima da Região Centro-Norte Fluminense”, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, em 1999, a pedido da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, FIRJAN, e pelo Serviço de Apoio a Pequena e Média Empresa no Rio de Janeiro, SEBRAE-RJ que, após participarem em um seminário sobre micros e pequenas empresas na Itália, objetivaram desenvolver um conjunto de ações de fortalecimento das potencialidades produtivas e institucionais existentes em arranjos produtivos já estabelecidos.

O projeto tem como objetivo a formulação de uma metodologia para induzir o desenvolvimento de redes de micros e pequenas empresas no Pólo de Moda Íntima, que tem como centro dinâmico, o município de Nova Friburgo, além dos municípios de Bom Jardim, Cantagalo Cordeiro e Duas Barras. O recorte analítico é constituído pelos distritos industriais italianos, a partir da concepção de que o sucesso do modelo é a sua organização em *clusters* – “*micros e pequenos produtores voltados para setores especializados concentrados em uma mesma cidade ou conjunto de cidades próximas, nos quais existem diversos mecanismos de ação conjunta e cooperação entre as empresas*” (Relatório Final, IBRE, 2000).

A metodologia original teve como base a seleção de dezenove dos oitenta e cinco distritos catalogados pela organização italiana *Club dei Distriti Industriali*, atendendo aos seguintes critérios: os de maior tamanho que, em tese, teriam maior diversidade de experiências de iniciativas conjuntas e distritos constituídos por diferentes setores produtivos. As entrevistas tiveram

como objetivo a identificação e caracterização de serviços comuns utilizados pelas empresas que configuram esses distritos.

Os resultados apontam duas categorias de fatores para o desempenho dos distritos: os informais, cuja base é o código de confiança e o efeito multiplicador da informação e os formais, que são os serviços de uso comum através de consórcios e outras iniciativas. As informações produziram uma base referencial de conhecimentos para o desenvolvimento de metodologia indutora de iniciativas compartilhadas, elemento fundamental das aglomerações industriais identificadas como *cluster*, embora sejam reconhecidas as profundas diferenças entre a realidade dos distritos pesquisados e a do Pólo de Moda Íntima da Região Centro-Norte Fluminense, particularmente a do município de Nova Friburgo.

O projeto "Desenvolvimento do Cluster de Moda Íntima da Região Centro-Norte Fluminense" da Fundação Getúlio Vargas, ao se constituir em um instrumento de estratégias, a partir dos distritos industriais italianos, para desenvolver um *cluster* no Pólo de Moda Íntima do Centro-Norte Fluminense, coloca-nos a seguinte indagação: clusters e distritos italianos constituem um mesmo arranjo produtivo e contexto relacional?

O debate sobre o conceito de cluster encontra-se na dinâmica das grandes transformações ocorridas tanto nas estruturas produtivas quanto nos padrões de concorrência e localização. As múltiplas experiências vividas pelos diferentes arranjos produtivos analisados dificultam o estabelecimento de uma definição consensual sobre a noção de *clusters*:

Cluster é uma concentração setorial e espacial de firmas. (Schmitz e Nadvi, 1999 apud Crocco et alli, 2001);

Um cluster é uma aglomeração significativa de firmas em uma área espacialmente delimitada que possui clara especialização, na qual a especialização e o comércio entre firmas são substanciais. (Altemburg e Meye-Stamer, 1999 apud Crocco et alli, 2001);

Clusters são concentrações geográficas de empresas e instituições interconectadas numa área de atuação particular. Eles incluem um conjunto de empresas e outras entidades ligadas que são importantes para a competição. Eles incluem, por exemplo, fornecedores de insumos especializados, como componentes, máquinas, serviços e provedores de infra-estruturas especializadas. Clusters, frequentemente, estendem-se na cadeia para incluir canais de comercialização e mesmo compradores, ou produtores de bens complementares, atingindo algumas vezes empresas relacionadas por

qualificação da mão-de-obra, tecnologias, ou insumos comuns. Finalmente, muitos clusters incluem instituições governamentais e de outra natureza, tais como universidades, instituições de controle de qualidade, instituições de pesquisa e geração de idéias, especializadas em qualificação profissional, e associações patronais, que provêem treinamentos especializados, educação, informações, pesquisa e suporte técnico. (Porter,1998:78 apud Barros, 2002)

Para Britto e Albuquerque (2001), clusters são constituídos por um conjunto de atividades produtivas integradas ao espaço, cujos agentes articulam-se em redes geradoras de um ambiente favorável à eficiência produtiva e de vantagens para a região sobre a qual se estrutura. Ainda, segundo os autores, é possível identificar três tipos básicos de clusters industriais: o primeiro, seria constituído por empresas de alta tecnologia que interagem intensamente com universidades e institutos de pesquisa; o segundo, caracterizado por tecnologias associadas à produção de equipamentos, automóveis e máquinas, cuja estrutura é caracterizada por um pequeno número de grandes empresas e de um grande número de pequenas empresas e o terceiro, por indústrias tradicionais (calçados, vestuário, cerâmica etc.) que contam com empresas fornecedoras de insumos e equipamentos majoritariamente locais.

Mytelka e Farinelli (2000 apud Crocco et alli, 2001) interessados na compreensão das diferentes formas e problemas específicos apresentados por diferentes formas de organização produtiva, distinguem os clustres construídos, isto é, induzidos por políticas públicas como as incubadoras de empresas, parques industriais, tecnopolis daqueles gerados espontaneamente, através de empresas que histórica e socialmente se aglomeraram em um determinado espaço. Por sua vez, sugerem que clusters espontâneos podem ser organizados e informais. Os organizados seriam aqueles constituídos por pequenas e médias empresas com, elevado nível tecnológico, forte capacidade de coordenação entre elas e treinamento constante da mão-de-obra. Já os clusters informais, de uma maneira geral, seriam formados por micro e pequenas empresas, com baixo nível tecnológico, mão-de-obra pouco qualificada e um grande número de empresas que, se por um lado, são geradoras de empregos, por um outro, dificultam o estabelecimento de redes de cooperação, pela fragilidade sócio-econômica que apresentam.

No projeto “Desenvolvimento do Cluster de Moda Íntima da Região Centro-Norte Fluminense”, produzido pelo IBRE da Fundação Getúlio Vargas, como vimos anteriormente, *cluster* é definido como (2000:3-11):

uma organização de micro e pequenos produtores voltados para setores especializados concentrados em uma mesma cidade ou conjunto de cidades próximas, nos quais existem diversos mecanismos de ação conjunta e cooperação entre as empresas.

Já, Souza e Pianto (2004:229/244), apoiadas em Porter, 1990; Doeringer and Terkla, 1995; e Rosenfeld, 1977 definem *cluster* como concentrações geográficas de empresas – similares, relacionadas ou complementares – que atuam na mesma cadeia produtiva, usufruindo vantagens por meio da locação e, muito menos, da especialização. Além de infra-estrutura, compartilham o mercado de trabalho especializado e as ameaças e oportunidades comuns. Essa definição engloba: os distritos industriais, baseados em firmas de pequeno e médio porte especializadas; concentrações de firmas de alta tecnologia que utilizam padrões tecnológicos similares e sistemas de produção, cujo centro são grandes empresas, comandando fornecedores locais.

As autoras esclarecem que a literatura existente sobre sistemas econômicos geograficamente referenciados é muito descritiva, dificultando a possibilidade de criação de uma tipologia aplicada a *clusters*, propiciando que múltiplas definições conttenham características mais em comum, do que discriminatória. Portanto, distritos industriais, arranjos produtivos locais, como veremos mais adiante, e *clusters*, aplicados à experiências de desenvolvimento local, envolvem concentração de pequenas e médias empresas, em um território geograficamente delimitado, existindo, uma sobreposição dos diferentes arranjos, dificultando, dessa maneira, a diferenciação inequívoca desses conceitos. É assim que entende o SEBRAE.

Uma vez que os recortes analíticos indicam pontos em comum, é importante retomarmos a análise dos resultados de uma outra etapa do projeto “Desenvolvimento do Cluster de Moda Íntima da Região Centro-Norte Fluminense”, do IBRE, da Fundação Getúlio Vargas, que foi a pesquisa de campo realizada, agora, com os empresários do município de Nova Friburgo.

As informações foram obtidas através da totalidade de empresas, nº de 107, cadastradas junto ao SINDVEST-NF e ao SEBRAE-RJ, no período de setembro a novembro de 1999, envolvendo um total de 2472 pessoas (sendo 2073 na produção) que permitiram identificar os principais gargalos para a promoção de desenvolvimento para o arranjo produtivo local (Relatório Final, IBRE,2000, 4-3/61).

Os principais resultados destacam que 54,7% dessas empresas surgiram a partir da compra de máquinas de costura das indústrias que não sobreviveram ao processo de abertura econômica e reestruturação produtiva dos anos de 1990, tendo uma vida média entre 04 a 10 anos, sendo que, 73,8% dos empresários, nasceram na região. Do total das 107 empresas, 71% encontram-se na faixa de até 20 pessoas trabalhando, classificando-as, pelo critério adotado pelo SEBRAE, de microempresas, envolvendo 65% do total das 2073 que trabalhavam na produção. Foram constatados baixos índices de interesse por treinamento, diversificação da produção e capacitação tecnológica, na medida em que predominam micros e pequenas empresas com forte atuação na chamada linha *day by day* (70% da amostragem), de menor qualidade e preço, e predomínio do comércio informal de sacoleiras (66%), um dos principais canais de distribuição desses produtos mais baratos. As trocas de informações são facilitadas pelas relações familiares, de vizinhança ou amizade, principalmente sobre fornecedores e clientes, sendo pouco expressivas, no entanto, as interações institucionais.

O relatório aponta, também, que existe, na região, capacitação para produção de *lingerie* de alta qualidade (linha *fashion*) já que, mais de 100 empresas locais são homologadas pela Dupont do Brasil, o que implica que seus produtos passam por testes de qualidade (matéria-prima e acabamento). Ao mesmo tempo, há o reconhecimento, por parte do empresariado, dos diversos problemas que limitam um melhor desempenho do setor.

A avaliação dos resultados, segundo o Relatório Final (IBRE,2000) indica a existência de condições para se tentar implementar iniciativas comuns entre as empresas (objetivo do projeto) já que somente as vantagens

decorrentes da proximidade das empresas e da oferta de mão-de-obra adestrada e disciplinada, não favorecem o desenvolvimento de novos materiais e produtos nem melhores canais de distribuição. Nesse sentido, a terceira etapa do projeto foi a formulação de uma proposta conceitual de iniciativas de estímulos, dentre as quais destacamos: a criação de um Conselho de Capacitação formado por representantes da FIRJAN, SEBRAE-RJ, SINDVEST-NF e SENAI-RJ, que objetiva, para todas as empresas do *Cluster*, de acordo com o IBRE (2000:5/15):

induzir, a partir de programas de capacitação, apoio ao desenvolvimento de uma cultura de design, apoio ao contato das empresas com o mercado externo e apoio a discussão da conjuntura de negócios, o desenvolvimento competitivo e a troca de informações entre as empresas do Cluster,

e a constituição de um Consórcio de Exportação com grupos de empresas com potencial para exportar, com o objetivo de criar uma "cultura em busca de qualidade" e, assim, poder ampliar a participação no mercado externo que, atualmente, representa 2,6% da produção.

Conclusões menos otimistas apresentam La Rovére et alli (IPEA, 2001) em pesquisa desenvolvida no âmbito do Projeto REDEIPEA, com objetivo de estudar a "Dinâmica da Inovação na Indústria Têxtil e de Confecções de Nova Friburgo, RJ".

4.1.2 – O projeto "Dinâmica da Inovação na Indústria Têxtil e de Confecções de Nova Friburgo, RJ"

O projeto é resultado dos debates sobre estratégias de conquista da competitividade pela aglomeração local da indústria realizados no âmbito de um seminário internacional realizado em 1996, pelo IPEA, em Brasília. Faz parte do Projeto REDEIPEA – BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) que viabilizou a realização de uma série de estudos voltados para alternativas de desenvolvimento a partir da aglomeração local da indústria.

A metodologia é muito próxima à utilizada pelo IBRE, da Fundação Getúlio Vargas. Foi elaborada uma amostragem de 45 empresas (5 têxteis e 40 confecções) das 369 da cadeia têxtil-confecções registradas, que

atendessem aos critérios: ser empresa líder, apresentar dinamismo, capacidade inovativa e potencial para exportação. Embora a amostragem contenha um número bem menor de empresas, acreditamos ser significativa pelo fato de contar com 5 empresas têxteis (fornecedores), possibilitando perceber a dinâmica de parte da cadeia produtiva.

A maior parte dos dados obtidos confirmam os já apresentados pela pesquisa do IBRE-FGV, destacando-se aqueles que indicam não ser usual a prática da subcontratação entre os dois segmentos, o têxtil e o de confecções, entretanto, quando utilizada, varia de acordo com o porte da empresa e da fase da produção. As grandes empresas seguem a estratégia da integração vertical para enfrentar as oscilações de mercado e ter controle sobre a qualidade de seus produtos enquanto que as micros e pequenas empresas trabalham com uma maior diversificação, apoiando-se em adaptações e cópias de modelos, gerando um produto de qualidade inferior. Embora, no geral, seja dada pouca atenção à capacitação da mão-de-obra, são nas indústrias têxteis que ocorrem um maior treinamento em cursos externos.

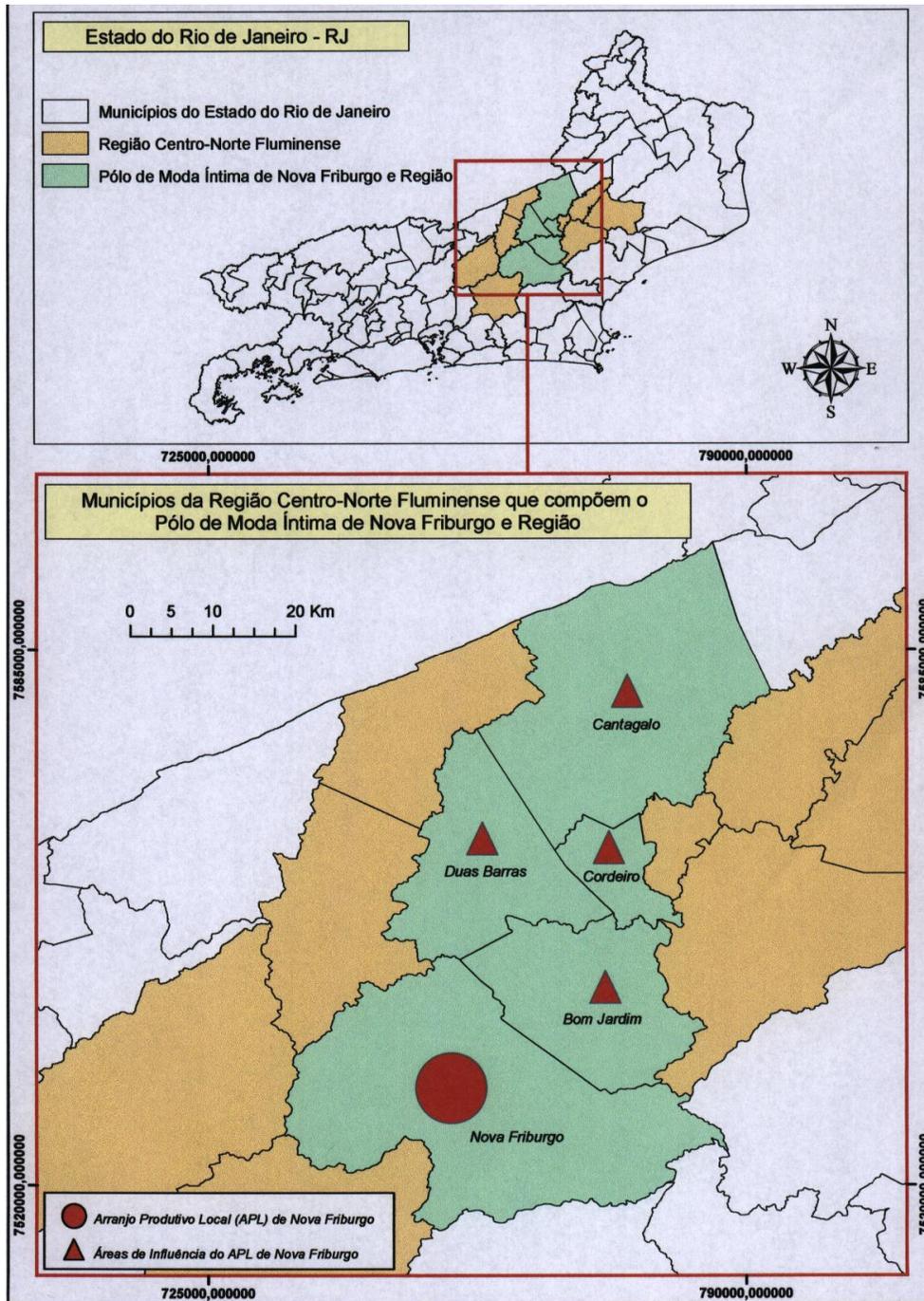
Para La Rovére et alli (IPEA, 2001), os resultados constatam que o arranjo produtivo têxtil-confecções de Nova Friburgo não é tecnologicamente dinâmico, faltando-lhe capacitação gerencial e empresarial, além de carências infra-estruturais. Alertam que o poder público é pouco presente na resolução dos problemas enfrentados pela cadeia-produtiva assim como as instituições de formação e treinamento são insuficientes e inadequadas às necessidades do setor. O frágil ambiente relacional entre as empresas e os agentes locais completam o quadro dos gargalos para a promoção do *cluster* local. Essa avaliação, entretanto, não foi obstáculo para que a cidade de Nova Friburgo fosse reconhecida como o maior pólo de moda íntima do país.

4.1.3 – O Pólo¹ de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região

O Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região é composto pelas cidades de Nova Friburgo, Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro e Duas Barras, (vide Mapa 1), integrando a Região Centro-Norte Fluminense, regionalização própria do Sistema FIRJAN (Mapa 01). A sua criação data de 1997, a partir de estudos patrocinados pela FIRJAN e SEBRAE-RJ sobre Arranjos Produtivos Locais (APLs) como estratégias de desenvolvimento para as cidades do Estado do Rio de Janeiro (SINDVEST-NF, 2005). O grande potencial da região em produzir moda íntima incentivou iniciativas dessas instituições para a sua promoção, dentre as quais o projeto “Desenvolvimento do Cluster de Moda Íntima da Região Centro-Norte Fluminense” elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, que em abril de 2001, foi escolhido pelo BID e pelo SEBRAE-RJ, como projeto-piloto para um modelo de desenvolvimento, a partir das experiências dos distritos industriais italianos. Além do pólo de moda íntima de Nova Friburgo, o único no Estado do Rio de Janeiro, mais quatro municípios foram selecionados: o pólo moveleiro em Paragominas, no Pará; o distrito calçadista de Campina Grande, na Paraíba e o pólo de confecções e artesanato em Tobias Barreto, em Sergipe (idem:idem).

¹ Para o SEBRAE, pólo é o conjunto de empresas de um determinado setor em um território (Caporali e Volker, 2004:282).

Mapa 1: Escalas de representação do espaço da moda íntima de Nova Friburgo



Fonte:SEBRAE/RJ

O interesse do SEBRAE em APLs decorre de uma reorientação de uma abordagem de atuação individual, concentrada na consultoria empresarial junto às micros, pequenas e médias empresas, para ações que incorporassem dimensões e variáveis externas ao ambiente interno dos negócios, como o entorno ou ambiente institucional, político e infra-estrutural, as relações dos pequenos negócios entre si e com os demais elos da cadeia produtiva de setores prioritários. É neste sentido que o SEBRAE se engaja na atuação em Arranjos Produtivos Locais², assim os definindo (Caporali e Volker, 2004:275):

um tipo particular de *cluster* formado por pequenas e médias empresas, agrupadas em torno de uma profissão ou de um negócio, onde se enfatiza o papel desempenhado pelos relacionamentos – formais e informais – entre empresas e demais instituições envolvidas. As firmas compartilham uma cultura comum e interagem, como um grupo, com o ambiente sociocultural local. Essas interações, de natureza cooperativa ou competitiva, estendem-se além do relacionamento comercial, e tendem a gerar, afora os ganhos de escala, economias externas, associadas à socialização do conhecimento e à redução dos custos de transação”.

Portanto, Arranjo Produtivo Local é caracterizado pela existência da aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade principal. Para isso, é preciso considerar a dinâmica do território em que essas empresas estão inseridas, tendo em vista o número de postos de trabalho, faturamento, mercado, potencial de crescimento, diversificação, entre outros aspectos (SEBRAE/Arranjos produtivos locais, 12/10/05).

A noção de território é fundamental para a atuação em Arranjos Produtivos Locais, sendo definido além de sua dimensão material ou concreta, como um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam em um determinado espaço geográfico (conjunto de municípios, parte de um município, bacias hidrográficas, vales, serras etc.). Neste sentido, o SEBRAE reconhece ser um Arranjo Produtivo Local um território onde a

² A definição utilizada pelo SEBRAE tem como referência a elaborada pela RedeSist, grupo de pesquisa formalizado desde 1997, sediado no Instituto de Economia da UFRJ e que conta com a participação de várias instituições da América Latina, Europa e Ásia: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/>

dimensão constitutiva é econômica por definição e os sinais de identidade coletiva (sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais ou históricos), sua particularidade (idem:idem).

O reconhecimento da dimensão territorial como elemento gerador de processos locais de desenvolvimento possibilitou o convênio do SEBRAE-RJ com o BID, no ano de 2000, e a formulação do projeto Promos/Sebrae cujos objetivos estavam voltados para a captação de elementos essenciais da experiência italiana, através da parceria que o BID mantém com a Agência Promos, da Câmara de Comércio, Indústria e Artesanato de Milão (Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE em APL, 2003:8/9).

O projeto, inserido na abordagem de Arranjos Produtivos Locais (APLs), visa promover o desenvolvimento das regiões em que APLs estejam inseridos através de um conjunto de ações de fortalecimento e consolidação das cadeias produtivas entre as empresas de cada pólo, difundindo informações sobre mercados potenciais, incrementando a produtividade mediante a capacitação de trabalhadores, da criação de uma competitividade cooperativa e da transferência de tecnologia. Sua eficácia exige um domínio de técnicas, ferramentas e metodologias para uma especialização profissional ainda pouco conhecido nas concentrações dominadas por micros, pequenas e médias empresas que desfrutam das vantagens comparativas localizadas, mas restritamente competitivas (Silvano, 2004:9/13).

Atualmente são reconhecidos 230 Arranjos Produtivos Locais (Barboza, 2004), estando distribuídos pelos 26 Estados e Distrito Federal sendo os principais: de confecção, móveis, turismo, artesanato, ovinocaprinocultura, fruticultura, calçados, apicultura, mandioca, petróleo e gás, tecnologia da informação, gesso e mármore, piscicultura, cerâmica, cachaça, leite, orgânicos, babaçu, floricultura e fitoterápico, (Sebrae/Arranjos Produtivos Locais/APLs em que o Sebrae atua -05/09/05).

No Rio de Janeiro, 17 concentrações de atividades econômicas³ se aproximam da definição de Arranjos Produtivos Locais (SEBRAE/RJ – APL e Concentrações, 08-11-05), vide Mapa 2, perfazendo um total de 6.799 estabelecimentos, envolvendo 145.583 empregos e com uma remuneração média de R\$ 1.622,40, de acordo com os dados da tabela abaixo. Podemos constatar, também, que as menores remunerações encontram-se nos arranjos caracterizados pela presença de micro e pequenas empresas como o de moda íntima em Nova Friburgo, têxtil-vestuário em Petrópolis, rochas ornamentais em Santo Antônio de Pádua, cerâmica vermelha em Campos dos Goytacazes, turismo na Região dos Lagos e Itatiaia e Resende.

³ Inicialmente, foram identificadas 61 concentrações de atividades, sendo selecionadas as 17 que compõem a tabela 10 por se aproximarem dos critérios selecionados de definição de arranjo produtivo local (SEBRAE/RJ-APL e Concentrações). Para o SEBRAE, o termo concentração produtiva é análogo à aglomeração produtiva, i.e., uma proximidade territorial de agentes econômicos, políticos e sociais, a partir da qual são gerados ganhos de eficiência, sendo indispensáveis na identificação de APLs (Caporali e Volker, 2004:275).

Tabela 10: Características Básicas dos APLs – Rio de Janeiro

APL – Região / Município	Empregos	Número de Estabelecimentos	Remuneração Média (R\$)
Petróleo - Macaé	22.517	144	2.552,71
Moda Íntima – Nova Friburgo	8.282	810	463,97
Têxtil–Vestuário Petrópolis	6.427	1.174	395,32
Rochas Ornamentais – S. Antonio de Pádua	759	124	271,60
Siderurgia - Vale do Paraíba	17.082	162	1.292,43
Automotivo – Sul Fluminense	2.320	12	1.905,27
Petroquímico, Químico/Plásticos	10.225	385	1.580,99
Cerâmica Vermelha Campos dos G.	3.348	357	269,66
Indústria Naval – Niterói	20803	42	1.613,71

Fruticultura - Campos dos Goytacazes	419	70	299,03
Turismo – Rio de Janeiro	17.947	1.24	672,16
Turismo – Região dos Lagos	3065	443	343,79
Turismo – Itatiaia e Resende	1.280	153	304,69
Turismo – Costa Verde	1.609	121	522,69
Telecomunicações –Rio de Janeiro	20.352	274	2.329,30
Informática – Rio de Janeiro	19.043	1.313	1.969,60
Audiovisual – Rio de Janeiro	8.105	191	341,43
Total dos APLs	145.583	6.799	1.622,40

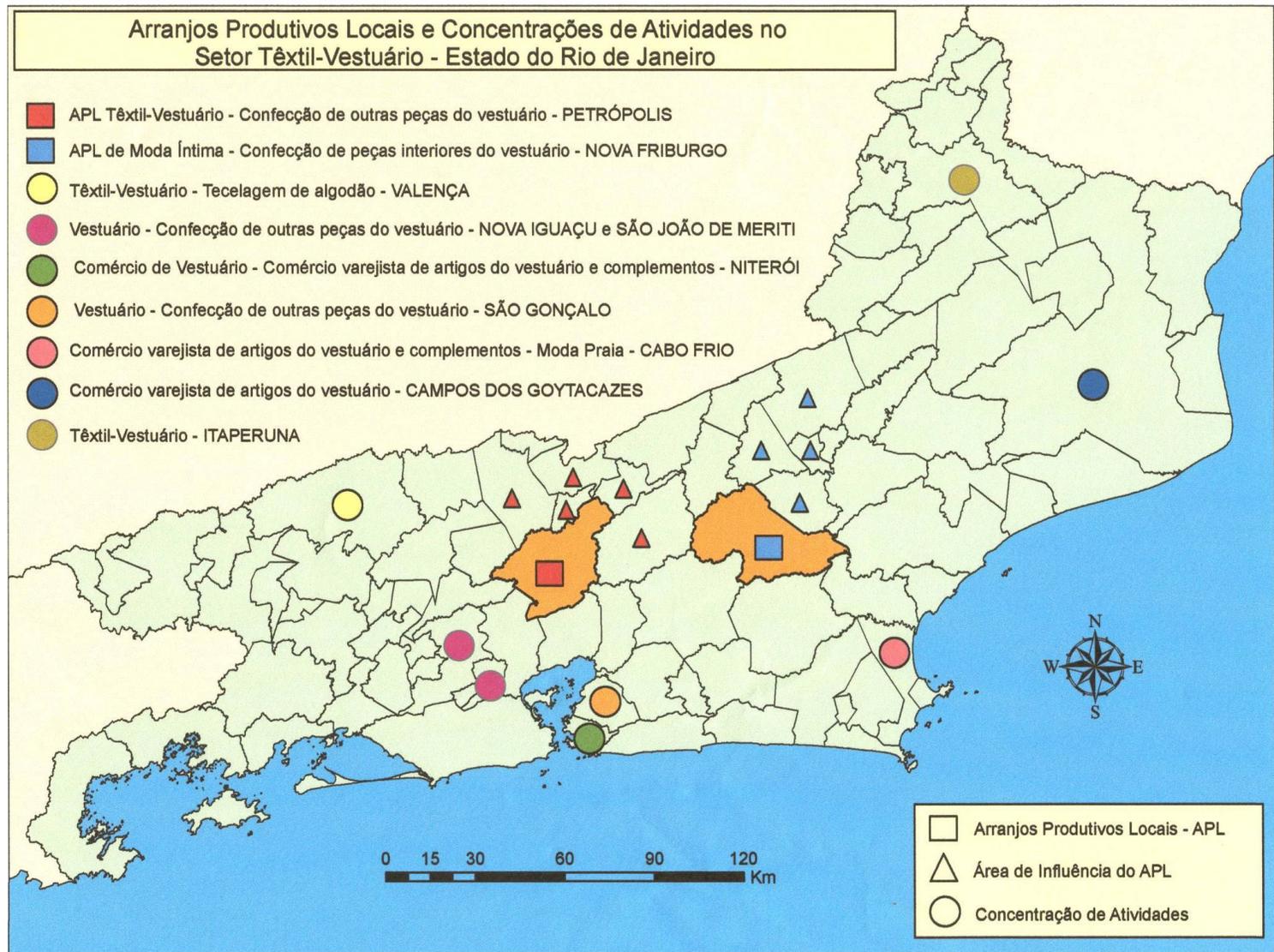
Fonte:SEBRAE a partir da base de dados da RAIS-MTE,2001

Ainda de acordo com a mesma fonte, os 17 arranjos apresentam cinco situações distintas quanto à estrutura de governança:

- arranjos com presença de empresas-âncora, que conformam uma estrutura centralizada baseada em uma malha de empresas fornecedoras de insumos, componentes e serviços que a elas se articulam através de sub-contratação como o de petróleo em Macaé, siderurgia no Vale do Paraíba, automotivo no Sul Fluminense e indústria naval em Niterói;
- arranjos constituídos por empresas produtoras de matérias-primas ou insumos básicos que possibilitam o surgimento, na região, de empresas transformadoras desses insumos ou que se localizam próximas à cadeia de transformação como se apresentam os de petróleo, químico e plásticos em Duque de Caxias;
- arranjos com forte heterogeneidade em termos do tamanho das empresas, prevalecendo uma estrutura policêntrica mas com a presença de empresas de maior porte que centralizam os fluxos de bens, serviços e informações, como os de telecomunicações e turismo na cidade do Rio de Janeiro, informática também no Rio de Janeiro e Região Serrana;
- arranjos com predominância de micro e pequenas empresas que apresentam algum grau de articulação entre os agentes locais, visando a adoção de ações coletivas indutoras de um maior nível de competitividade: vestuário em Nova Friburgo, têxtil-vestuário em Petrópolis, rochas ornamentais em Santo Antônio de Pádua, turismo na Região dos Lagos, Resende e Itatiaia e cerâmica vermelha em Campos dos Goytacazes;
- e arranjos incipientes em termos de articulação interna mas que apresentam grande potencial de expansão tanto por possíveis empresas-âncora como de um conjunto de estímulos provenientes de

políticas de apoio às atividades desenvolvidas como o que ocorre no de fruticultura em Campos dos Goytacazes e municípios adjacentes.

Mapa 2



Fonte: SEBRAE/RJ

O arranjo produtivo de Nova Friburgo apresenta uma forte articulação entre seus agentes institucionais e foi através de um planejamento participativo, com empresários do setor de confecções, Instituto Politécnico da UERJ, técnicos do SEBRAE, FIRJAN e SENAI, Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, Secretaria Estadual de Planejamento, Desenvolvimento e Turismo e SINDVEST-NF que foi possível levar as ações a serem desenvolvidas pelo projeto BID/SEBRAE para a Região. A governança⁴ dessas ações foi estabelecida, também em 2001, com a criação do Conselho de Desenvolvimento da Moda, integrado pela FIRJAN, SEBRAE/RJ, SENAI-RJ, UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e SINDVEST-NF, (conforme previsto no projeto da Fundação Getúlio Vargas, em 1999), com o objetivo de promover o desenvolvimento das confecções de moda íntima da região.

Uma das primeiras iniciativas de promoção ocorreu em 2002 com a inauguração da Plataforma Tecnológica da Cadeia Produtiva de Moda Íntima de Nova Friburgo, sediada no Instituto Politécnico da UERJ. De acordo com Monnerat, Hasenclever e Neto (www.cenprotec.org.br/habitats/trabalhos, 2/9/2005), o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) define as Plataformas Tecnológicas como:

foros onde as partes interessadas da sociedade se reúnem para identificar os gargalos tecnológicos ligados a um determinado setor ou região e para definir as ações prioritárias para eliminá-los. Como partes interessadas da sociedade entendem-se os agentes do sistema de inovação e difusão de tecnologia:

⁴ O SEBRAE interpreta governança como a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas ou privadas, administram seus problemas comuns. É um processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas. Diz respeito não só a instituições e regimes formais autorizados a impor obediência, mas, também, a acordos informais que atendem ao interesse das pessoas e instituições (Caporali e Volker, 2004:282).

usuários e produtores de conhecimento técnico-científico, empresários, investidores, agências de fomento, representantes dos governos federal, estadual, municipal e outros(...).

possuindo como objetivo geral:

Realizar uma ampla análise de cadeias produtivas regionais, diagnosticando os fatores que afetam o desenvolvimento tecnológico e a competitividade das empresas, propor as ações que possam promover a modernização e o fortalecimento de toda a cadeia produtiva e identificar as possibilidades de parcerias para a solução das dificuldades/necessidades, a partir das ações propostas.

O estabelecimento da Plataforma Tecnológica visou não só expandir a indústria da moda íntima da região, como modernizar a economia local e tornar Nova Friburgo um referencial nacional e internacional no setor da moda íntima, como pólo de *design*⁵, qualidade e competitividade. Um esforço neste sentido ocorreu em 2003, quando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) junto com a FIRJAN e o SEBRAE elaboraram um Plano Estratégico para o Pólo de Moda Íntima da Região Centro-Norte Fluminense, um conjunto de ações voltadas para o desenvolvimento local, dentre as quais, a liberação de uma linha de crédito especial para o financiamento da produção. As repercussões da participação do BNDES na dinâmica do Pólo levaram a que, nesse mesmo ano, essa Instituição passasse a fazer parte do Conselho de Desenvolvimento da Moda juntamente com o Banco do Brasil, o Governo federal, O Governo estadual e as prefeituras das cidades envolvidas.

No Plano Plurianual de Ações do Governo Federal (PPA), período 2004-2007, a política industrial é um dos eixos centrais nas estratégias de desenvolvimento, sendo as ações em Arranjos Produtivos Locais (APLs) um dos seus instrumentos, expressando, desse modo, o reconhecimento do potencial

⁵ O SEBRAE interpreta *design* como a concepção de um produto, especialmente no que se refere aos aspectos funcionais, ergonômicos, estéticos e de produção envolvendo aí a redução e a otimização do uso de insumos e componentes e do tempo da produção. É uma tendência mundial de agregar valor aos produtos (Caporali e Volker,2004:278).

de crescimento dessas aglomerações espaciais. Em agosto de 2004, pela Portaria Ministerial nº 200, de 03.08.04, foi instalado o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL, envolvendo 22 entidades governamentais e não-governamentais que já se reuniam, desde 2003, sob a coordenação do MDIC Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com o objetivo de adotar uma metodologia de apoio integrado a arranjos produtivos locais, com base na articulação de ações governamentais (MDIC, 19/09/05).

Acompanhando as iniciativas de promoção e qualificação dos Arranjos Produtivos locais, em 2004, o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) liberou recursos para implantação de um Centro de Formação Profissional e Transferência de Tecnologia para a Indústria do Vestuário da cidade de Nova Friburgo que objetivava qualificar a mão-de-obra através de seis cursos: costura, modelagem básica, modelagem de moda íntima, cortador, iniciação em estilo e *design* de moda íntima e aproveitamento de aparas. Ao promover a qualificação profissional, o projeto, no olhar institucional local, tem um forte caráter de inclusão social, pois possibilita o aumento de inserção no mercado de trabalho, principalmente das mulheres que representam 90% da mão-de-obra empregada (Agência@CT, 07/09/ 2005).

Ainda em 2004, de 02 a 04 de agosto, na abertura da 1ª Conferência Brasileira sobre Arranjos Produtivos Locais, patrocinada pelo (MDIC), foi anunciada a implantação do Projeto de Extensão Industrial Exportadora (PEIEx), inicialmente em seis APLs localizados nos estados de Pernambuco, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, sendo neste último, no Pólo de Nova Friburgo e Região. Esse projeto é um sistema de resolução de problemas técnico-gerenciais e tecnológicos que objetiva incrementar a competitividade e promover uma cultura exportadora empresarial nos arranjos produtivos locais, tornando-se um dos projetos estruturantes não só do programa APL como da Política Industrial do MDIC (ASN,02/08/2004).

A instalação do PEIEx, no Pólo de Nova Friburgo e Região, em parceria com o SEBRAE e a Agência de Promoção de Exportações (Apex Brasil), foi

anunciada em 21 de junho de 2005, com metas de elevar em 12% o volume total de vendas e em 10% a produtividade das empresas até dezembro de 2006, além de aumentar o número de empresas participantes, melhorar a qualidade dos produtos e intensificar as vendas para outros países (portaldoexportador, 27/6/2005).

Nesta mesma data, também foi lançado o Programa Inserção de Municípios no Comércio Internacional – ExportaCidade Nova Friburgo desenvolvido pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do MIDC em parceria com os Governos Estaduais, as Prefeituras Municipais e as representações industriais e comerciais locais que visa incrementar a competitividade exportadora dos municípios com potencial para compor pólos exportadores através do fortalecimento do ambiente institucional, da disseminação de informações, da viabilização da produção exportável e da inserção das empresas no mercado internacional. A implantação, de acordo com a SECEX (19/9/2005) e a ASN (20/6/2005), desse conjunto de estratégias está prevista em dez cidades distribuídas pelas cinco regiões do País, como podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 11: Distribuição do Programa ExportaCidade, por Regiões, Estados e Cidades, 2005

Regiões	Estados	Cidades
Norte	Amazonas	Maués
	Pará	Marituba
Nordeste	Bahia	Juazeiro
	Ceará	Sobral
Centro-Oeste	Goiás	Anápolis
	Mato Grosso do Sul	Dourados
Sul	Paraná	Campo Largo
	Santa Catarina	Jaraguá do Sul
Sudeste	Rio de Janeiro	Nova Friburgo
	São Paulo	Diadema

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior, SECEX

O ExportaCidade Nova Friburgo visa integrar não somente o Pólo de Moda Íntima e Região mas toda a Região Centro-Norte Fluminense⁶ ao Programa de Inserção de Municípios no Comércio Internacional, envolvendo uma população superior a 350 mil habitantes que deverá beneficiar-se das possibilidades de uma maior geração de empregos e renda. A estrutura organizacional para a implantação do Projeto envolverá o Sebrae, o Sistema

⁶ A Região Centro-Norte Fluminense é constituída pelos municípios: Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes.

Firjan, Banco do Brasil, Correios, Prefeitura de Nova Friburgo e Sindvest, Sinduscon, Sindgraf, Sindanf e Sindmetal, sindicatos que representam, respectivamente, as indústrias de vestuário, construção civil, gráfica, alimentação e metalúrgicas, mecânica e material elétrico locais (ASN, 20/6/2005).

Nova Friburgo é uma cidade de base empresarial de micros e pequenas empresas, com uma tímida participação no comércio exterior, entretanto, no período 2003-2004, apresentou um crescimento de 51% em suas exportações (de US\$ 6 milhões para U\$ 10 milhões), representadas, principalmente, pelas indústrias de confecção de moda íntima e presentes, com seus produtos, em inúmeros países como os Estados Unidos, Alemanha, Portugal, todos os países da América do Sul, China, Japão e Taiwan (BRAZIL EXPORT, 02/9/2005).

No Brasil, os pequenos negócios representam, hoje, 30% da produção de riqueza e 50% da geração de empregos, além de participarem, em 2003, de 47,9% de um universo de 19.340 empresas exportadoras embora fizessem parte de apenas 2,1% do total das exportações (Rossiter, 2004:02). Os elevados investimentos fixos e de capacitação e adequação dos produtos para exportação são incompatíveis com o porte dessas empresas, exigindo a associações de empresas em consórcios de exportações que possibilitam ganhos de escala e de mercado. Desde 1997, o SEBRAE e a APEX incentivam a formação de consórcios entre as pequenas empresas, treinando gerencialmente os empresários e subsidiando a participação em feiras e ações internacionais e propiciando, através da articulação das ações em grupo, a redução dos custos operacionais (Alvares, 21/9//2005).

No Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região as primeiras iniciativas para a formação de consórcios de exportação (recomendação, também, do projeto da Fundação Getúlio Vargas) ocorreram em 2003, quando dez empresários reuniram-se e formaram a Associação Friburguense das Indústrias de Confecções (Afric) que, desde então, já participou de três feiras nos países árabes e conseguiram um representante em Dubai, nos Emirados Árabes, além de exportarem para a França, Espanha, Estados Unidos e países

do Mercosul. O consórcio estabeleceu contato com o mercado árabe quando esteve presente em uma feira do setor em Dubai, pois integrava uma missão internacional, junto com a APEX e a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT), que objetivava levantar contatos no exterior (ANBA, 02/09/2005).

Importante iniciativa de abertura de mercados para os produtos do Pólo foi a participação de 18 empresas no "Rio de Todos Nós – Semana do Rio de Janeiro na França", ocorrida entre os dias 06 e 12 de junho de 2005, na Bolsa de Mercadorias da Câmara de Comércio e Indústria de Paris, marcando a presença do Estado do Rio de Janeiro (juntamente com outras 136 empresas) na programação do "Ano no Brasil na França – 2005" que prevê, de março a outubro, uma série de eventos culturais e comerciais inspirados na parceria entre os dois países. A missão comercial foi organizada pela FIRJAN e SEBRAE/RJ, com o apoio do governo do Estado do Rio de Janeiro e visou fomentar a economia fluminense, particularmente nos APLs já reconhecidos e representados em boa parte pelas empresas participantes, dentre as quais as do Pólo de Nova Friburgo. (ASN, 24/09/05)

A participação em eventos e feiras internacionais impõe um padrão de qualidade que exige investimentos em qualificação, aperfeiçoamento tecnológico com a introdução de máquinas mais modernas, seja pelo uso de *softwares* de *design* ou modelagem, ou pela incorporação de novos tecidos (Hasenclever et alli, <http://INTRANET.planejamento,fiocruz.br/relatorios/simposio/doc>, 21/09/05). Visibilizar o Pólo foi um compromisso desde as primeiras articulações para o seu fortalecimento, sendo este um dos objetivos do Conselho da Moda que, ao ser constituído, tinha a responsabilidade de participar da realização e de internacionalizar a Feira do Vestuário (FEVEST), evento anual que tem o propósito de consolidar o Pólo como o principal centro de produção de *lingerie* do país e considerado um dos mais importantes da cidade de Nova Friburgo.

Ao longo de nossa pesquisa, acompanhamos os diferentes momentos da apresentação da FEVEST, considerada a maior feira de moda íntima de América Latina, tendo a sua última edição, a 13ª, transcorrida entre 09 e 12

de agosto de 2005. A cada ano percebemos uma crescente organização e sofisticação tanto de sua estrutura como dos produtos apresentados não somente restritos à moda íntima, mas, também, e com crescente aumento, aqueles voltados para as chamadas modas praia e *fitness* (ginástica). Participam do evento as mais importantes confecções e fornecedores da região e de outros estados que expõem os seus produtos e lançamentos, indicando as principais tendências do setor.

Para a FIRJAN (7/9/2005), os resultados da 13ª FEVEST superaram as expectativas devido aos recordes de público, 15 mil pessoas, e de fechamento de negócios que chegaram a R\$26 milhões de reais, contra os 10.859 frequentadores e R\$ 18 milhões do ano de 2004. Superado também foi o número de compradores nacionais e internacionais, 1780, contra os 889 do ano passado, estando presentes representantes de Portugal, Espanha, Canadá, Estados Unidos, Japão, Chile e Argentina. De acordo com o SEBRAE/RJ (Boletim, 05/08/05), em 2004, o Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região produziu 114 milhões de peças, representando um faturamento de R\$ 579,5 milhões, sendo a expectativa de aumento para 2005, em torno de 25%. O mesmo objetivo de crescimento é, também, para as exportações, uma das prioridades do Pólo, que conta com 80 empresas exportadoras e que faturaram US\$ 4,6 milhões no ano passado. A FEVEST é um momento de concretizar essas expectativas, pois representa o esforço das empresas para apresentarem produtos de qualidade diferenciada e a oportunidade de cativar novos mercados.

O Pólo de Moda Íntima, segundo o Boletim do SEBRAE/RJ de 05/08/05, é constituído por cerca de 900 empresas, sendo 400 formais e, aproximadamente 500 informais, gerando em torno de 20.400 empregos – 12.400 formais e 8.000 informais. Esses números ganharam maior precisão com a divulgação, em 2004, dos resultados do “Censo da Indústria Têxtil e de Confecções de Nova Friburgo”, realizado pelo SEBRAE/RJ e pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que contabilizou um nº total de 700 empresas, sendo 500 formais e, aproximadamente, 200 informais. O estudo faz um retrato da região, incluindo, além de Nova

Friburgo, as cidades de Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro e Duas Barras (SEBRAE/RJ – APL e Concentrações, 08/10/2005). As dificuldades de acesso à publicação obrigou-nos a analisar os dados censitários a partir de um Sumário Executivo, disponível no endereço eletrônico do SEBRAE/RJ – APL e Concentrações.

O Censo é resultado de uma amostragem de 593 empresas, sendo 543 de confecções, correspondendo a 91,6% do total, sendo as outras 50 relacionadas com o setor de confecções (empresas têxteis e de aviamentos, empresas fornecedoras com representação comercial local, empresas comerciais de confecção). Pela primeira vez, um total de 198 empresas informais foram recenseadas. O levantamento das empresas formais foi a partir de um cadastro fornecido pelo SINDVEST, com empresas sindicalizadas e não sindicalizadas enquanto que o das informais foi realizado por dois consultores que conheciam a Região Centro Norte Fluminense.

Tabela 12: Empresas recenseadas de acordo com a formalidade, Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, 2003

	TOTAL	FORMAIS	INFORMAIS
EMPRESAS	543	345	198

Fonte: elaboração própria a partir do Projeto "Censo da Indústria Têxtil e de Confecções de Nova Friburgo. Sumário Executivo, Instituto de Economia da UFRJ-SEBRAE/RJ, Março de 2004

Do total das 543 empresas pesquisadas, as formais representam 345, correspondendo a 63,5% do total enquanto que as informais, 198, ocupam um universo de 36,5%, fazendo com que a Região possua uma média de 3 empresas formais para cada uma informal, índice superior ao Estado do Rio de Janeiro que apresenta quatro empresas formais para cada informal.

O tecido produtivo do Pólo é constituído predominantemente por micros e pequenas empresas. Para o SEBRAE, um dos patrocinadores da pesquisa, o

tamanho das empresas industriais é definido pelo número de empregados: microempresa, de 0-19; pequena empresa, de 20-99 e média empresa, de 100 a 499. A partir dessa classificação, podemos observar, na tabela abaixo, como se distribuem, de acordo com seu porte, as empresas recenseadas.

Tabela 13: Tamanho das empresas, segundo o número de empregados, Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, 2003

Até 9 empregados	63,9%
Até 9 empregados-empresas formais	45,2%
Até 9 empregados-empresas informais	96,5%
Menos de 50 empregados	97,2%

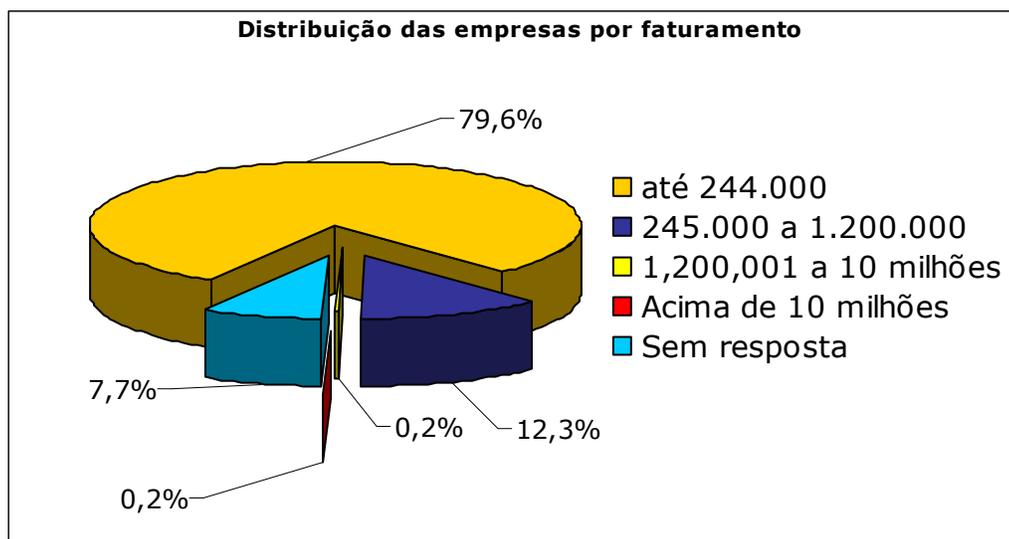
Fonte: elaboração própria a partir do Projeto "Censo da Indústria Têxtil e de Confecções de Nova Friburgo". Sumário Executivo, Instituto de Economia/UFRJ-SEBRAE/RJ, Março 2004

Os dados ilustram a forte concentração de micros empresas (63,9%), majoritariamente informais (96,5%) enquanto que as formais apresentam um percentual de 45,2%, sendo que do total das 593 empresas recenseadas, 97,2% encontram-se nos intervalos que classificam as micros (de 0-19 empregados) e pequenas (20-99 empregados) empresas. De acordo com Sortimentos.com –(25/12/2004), das empresas recenseadas, 9,8% delas não contam com nenhum empregado, ficando o dono da confecção dependente do trabalho da família.

O predomínio de micros empresas e informais apontam as dificuldades encontradas para a sobrevivência do negócio, onde 75% foram fundadas nos últimos dez anos sendo o ponto alto de criação, o período de 1990 a 1997, quando foi registrado um crescimento anual de 25 para 44 empresas. Entre o período de 1999 a 2003, foram criadas 214 novas empresas sendo 132 informais, correspondendo a 62% do total.

Um dos indicadores dessas dificuldades é o faturamento em geral, porque, de acordo com o Gráfico 1, 79,6% das empresas estão abaixo de R\$ 244 mil e quase metade delas (44,6%), tem tido queda nos últimos três anos, conforme o gráfico abaixo. O percentual das empresas que faturam até R\$ 244 mil é maior para empresas mais recentes enquanto que faturamentos entre R\$ 245 e R\$ 1.200 mil ocorrem com maior frequência em empresas mais antigas. A tendência de queda ocorre nas mais antigas (antes de 1994), apresentando estabilidade somente naquelas que dispõem de 50 a 250 empregados (nos intervalos definidos como pequenas e médias empresas).

Gráfico 1



A tendência de declínio é sentida em todas as empresas, sendo mais forte, no entanto, entre as informais. Foi constatado, também, que o declínio do faturamento é mais acentuado do que a redução do número de empregados, talvez indicando que o número crescente de empresas esteja provocando a queda de preços, influenciando no faturamento total.

Se há uma tendência de queda de faturamento nas empresas mais antigas, o recenseamento também demonstra que são essas empresas que possuem o maquinário mais antigo. Entre 97% do total das empresas, o maquinário utilizado tem 10 anos ou menos, sendo 67,1% com uso de no

máximo cinco anos. A diferença entre a idade média dos equipamentos nas empresas formais (32,2% têm cinco anos) é pouco menor do que nas empresas informais, 24,4%, conforme melhor ilustra a tabela abaixo.

Tabela 14: Tempo de vida do maquinário utilizado nas empresas, Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, 2003

Dez anos ou menos	97%
No máximo cinco anos	67,1%
Cinco anos nas empresas formais	32,2%
Cinco anos nas empresas informais	24,4%

Fonte: elaboração própria a partir do Projeto "Censo da Indústria Têxtil e de Confecções de Nova Friburgo". Sumário Executivo, Instituto de Economia /UFRJ-SEBRAE/RJ, Março de 2004

Foi constatado que as 56 empresas que possuem máquinas com menos de 4 anos são na sua maioria recentes (76,8%), em grande parte (96,4%) tem de 0 a 9 empregados, com faturamento de até R\$ 244 mil e com produção concentrada na faixa de 1.000 a 9.000 peças (66,1%). Análises complementares também mostraram que existe uma ligeira tendência das empresas mais antigas possuírem um número maior de funcionários, produzirem mais peças, além de terem, conforme já assinalado, máquinas mais antigas.

Na tabela abaixo, são informados os dados sobre as relações das confecções com os fornecedores. Das 494 empresas consultadas, 271 (54,9%) possuem seus fornecedores exclusivamente no município de Nova Friburgo enquanto que 74% mantêm pelo menos 50% dos fornecedores concentrados, também, no município. Apenas 8,7% não possuem fornecedores no município e somente uma empresa utiliza fornecimento do exterior do país.

Tabela 15: Percentual do uso de fornecedores pelas empresas, de acordo com a sua localização. Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, 2003

Fornecedores %	Município		Brasil		Exterior	
	Nº Empresas	%	Nº Empresas	%	Nº Empresas	%
0	43	8,7	271	54,9	493	99,8
01-49	84	17,0	61	12,3	0,1	0,2
50-99	96	19,4	119	24,1	0,0	0,0
100	271	54,9	43	8,7	0,0	0,0
TOTAL	494	100	494	100	494	100

Fonte: elaboração própria a partir do Projeto "Censo da Indústria Têxtil e de Confecções de Nova Friburgo". Sumário Executivo, Instituto de Economia/ UFRJ-SEBRAE/RJ, Março 2004

As empresas informais concentram seus fornecedores no local (98%) sendo que 94% utilizam exclusivamente esses serviços. Entre os fornecedores de tecidos e aviamentos com uma cobertura de atendimento de no mínimo 10% das empresas entrevistadas estão a Silvetex, Raquel Indústria e Monnerat Malhas que atuam no mercado como representantes comerciais localizados no Pólo. Destacam-se, ainda, como representantes, as empresas Doutex e Rosset e a empresa Olympia que estava instalando, à época, uma fábrica de aviamentos e tecidos no local.

Quanto à comercialização, o recenseamento constatou três canais: "por encomenda", através de lojas próprias e por conta de sacoleiras. Aqui fica a dúvida do que quer dizer "sob encomenda" já que o material consultado não

esclarece o significado do termo, entretanto, devido às visitas realizadas ao bairro de Olaria, nosso objeto espacial de investigação, supomos serem tais vendas aquelas referentes às relações de subcontratação ou terceirização.

Tabela 16: Percentual do uso dos canais de comercialização pelas empresas, Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, 2003

Formas de uso	Sob encomenda	Sacoleiras	Lojas Próprias	Escritório de Exportação
Todas as empresas (%)				
Uso exclusivo ou intenso	46,8	18,8	12,2	-
Não uso	38,9	-	68,8	97,8
Empresas formais (%)				
Uso exclusivo ou intenso	20,8	-	-	-
Não uso	44,1	-	57,7	96,5
Empresas informais (%)				
Uso exclusivo ou intenso	57,1	10,0	-	-
Não uso	29,8	73,7	-	100,0

Fonte: elaboração própria a partir do Projeto "Censo da Indústria Têxtil e de Confecções de Nova Friburgo". Sumário Executivo, Instituto de Economia/UFRJ-SEBRAE/RJ, Março 2004

Esclarecemos, inicialmente, que a ausência de dados em algumas formas ou não de uso dos canais de comercialização na tabela acima, decorre

da falta de informação da fonte consultada, o que não garante, absolutamente, que correspondam às perguntas não respondidas.

Considerando uso exclusivo ou intenso, destacam-se as formas de comercialização: "sob encomenda" (46,8%), sacoleiras (18,8%) e lojas próprias (12,2%). Por outro lado, a comercialização "sob encomenda" não é usada por 38,9% das empresas (menor índice de "não uso"). Os demais canais de comercialização não são adotados por mais da metade das empresas: lojas próprias, 68,8% e escritório de exportação, 97,8%.

Nas empresas formais, as comercializações "sob encomenda" não são usadas por 44,1% das empresas e são exclusivamente ou com uso intenso por 20,8%. As demais formas de comercialização não são adotadas por mais da metade das empresas: lojas próprias, 57,7% e escritório de exportação, 96,5%.

Nas empresas informais, a venda "sob encomenda" ganha destaque, sendo rejeitada por apenas 29,8% e adotada, com exclusividade ou com uso intenso, por 57,1% das empresas. As demais formas de comercialização são rejeitadas por mais de 70,0% das empresas: sacoleiras, 73,7% e escritório de exportação, 100,0%. Ainda que haja rejeição ao comércio de sacoleiras, 10% dessas empresas responderam que utilizam com exclusividade essa forma de venda.

A forma preferida de comercialização das representações, todas as empresas, empresas formais, e informais foi "sob encomenda" que ganha especial importância entre as empresas informais, indica a pesquisa. Revela, também, que as empresas que utilizam fornecedores no município preferem comercializar "sob encomenda" ou usando sacoleiras. Já as empresas que usam fornecedores no Brasil, fora do município, preferem comercializar em lojas próprias e no comércio atacadista.

Os dados utilizados sugerem, portanto, a configuração de dois grupos de empresas: o primeiro formado pelas mais recentes, menores, que utilizam fornecedores no município e preferem comercializar seus produtos "sob encomenda". O segundo inclui as empresas mais antigas, maiores, com

fornecedores no Brasil (fora do município) e que utilizam, como forma de comercialização, lojas próprias ou atacadistas. A pesquisa também indica que o comércio realizado através de sacoleiras está associado com as empresas que utilizam o fornecimento de tecidos e aviamentos no município, independentemente do tamanho e da idade da empresa.

O cativo ao mercado local, portanto, a sujeição do controle dos representantes comerciais, acentua-se devido ser muito restrita, a cooperação entre as empresa. A pesquisa revela que somente 11% das empresas fazem algum tipo de cooperação, sendo mais freqüente entre as formais quando buscam acesso à promoção e tecnologia, enquanto que as informais estabelecem relações de cooperação apenas em "produção" (90,5%) e muito restritas à "compras" (9,5%).

Novamente não somos informados sobre o que significa cooperação "em produção" e "de compras" mas supomos que "em produção" pode ocultar relações de subcontratação ou terceirização, muito freqüentes entre empresas informais e "de compras", a clássica cooperação para baratear o preço de matérias-primas e insumos.

Por sua vez, com o objetivo de rastrear o nível de capacidade gerencial e técnico profissional da amostra de confecções, os dados abaixo revelam:

Tabela 17: Percentual do uso de treinamento técnico-profissional e gerencial pelas empresas. Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, 2003

Empresas	Técnico-Profissional	%	Gerencial	%	Pelo menos um	%	Os dois	%
Sim	86	15,8	86	15,8	130	23,9	42	7,7
Não	-	-	-	-	-	-	413	76,1

Fonte: elaboração própria a partir do Projeto "Censo da Indústria Têxtil e de Confecções de Nova Friburgo". Sumário Executivo, Instituto de Economia/UFRJ-SEBRAE/RJ, Março 2004

Como treinamento técnico-profissional, a pesquisa utilizou as seguintes etapas do processo produtivo: corte, modelagem, enfiado, risco, *design* e "outros". Apenas 86 empresas (15,8%), responderam positivamente, destacando-se o de corte e modelagem. Já treinamento gerencial compreende: *marketing*, logística, qualidade, administração, financeiro, compras, informática e "outros", também sendo realizado por 86 empresas (15,8%), tendo maior frequência os de administração e qualidade.

Pelos dados disponíveis, os treinamentos técnico-profissional e gerencial têm posições semelhantes entre as empresas pesquisadas, mas, apenas 42, (7,7%) realizaram os dois treinamentos e 130, correspondendo a (23,9%), uma só das modalidades. No entanto, 413 empresas, correspondendo a 76,1% do total, não realizam qualquer treinamento, índice bastante elevado diante das demandas por qualidade e competitividade. Fica evidente que a realização de treinamento é prática rara entre as empresas, entretanto, dentre aquelas que o utiliza, o treinamento gerencial é mais freqüente entre as empresas antigas (com fundação anterior a 1989) enquanto que o técnico-profissional é mais presente entre as empresas com fundação entre 1990 e 1994.

A pesquisa diagnosticou que as empresas informais fazem 3,2% menos treinamento do que as formais e que o crescimento da prática de treinamento relaciona-se com empresas que possuem um maior número de empregados, indicando serem as de maior porte.

Um outro indicador de qualidade do produto local é o padrão do *design* utilizado pelas empresas e que se encontram na tabela abaixo.

Tabela 18: Percentuais das formas de procura por criação do *desing* do produto, Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, 2003 (em %)

Criação do <i>design</i> do produto	Internamente %	Serviços de terceiros %	Serviços do NAD %
Sim	87,8	14,5	4,8
Não	12,2	85,5	95,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: elaboração própria a partir do Projeto "Censo da Indústria Têxtil e de Confecções de Nova Friburgo. Sumário Executivo, Instituto de Economia/UFRJ-SEBRAE/RJ, Março 2004

Em 87,8% das confecções, o *design*, o desenvolvimento de novos modelos, é feito internamente, isto é, através do treinamento das costureiras e da consulta a catálogos de moda enquanto que somente 14,5% contratam serviços de terceiros. A busca por treinamento no Núcleo de Apoio ao Design (NAD), instituição vinculada ao SENAI, limita-se a 4,8%, por restringir a capacitação às empresas formais. Tal restrição deve colaborar para o baixo percentual de empresas, 86, que buscam tanto capacitação gerencial como técnico-profissional, correspondendo a 15,8% do total, conforme vimos, acima, na Tabela Nº 18.

O que também diferencia a qualidade do produto é a utilização de novos tecidos como matéria-prima, prática não exercida por 54,9% das empresas ocorrendo, contudo, com mais freqüência, nas formais, 53,2%, e bem menos nas informais, 26,4%.

O conjunto dos dados analisados permite-nos perceber, portanto, dois padrões de comportamento empresarial: o primeiro grupo é formado por um tipo de empresa com um padrão mais definido para um mercado interno ou

externo mais sofisticado, o que exige o uso de técnicas gerenciais e treinamento técnico-profissional e de *design*, levando a uma especialização de suas funções e possibilitando gerar um produto de qualidade e competitivo em mercados mais concorrenciais. O outro grupo constitui-se de empresas menos homogêneas cujos comportamentos expressam as dificuldades financeiras e de gestão, que restringem a capacidade empresarial de inovar os métodos de trabalho e as condições de produção e conseqüente qualidade do produto, limitando as ações aos mercados locais.

Embora não tenhamos no documento consultado a constatação explícita do tipo de empresas que predomina nos dois grupos, podemos concluir as dificuldades encontradas encontram-se nas micros empresas e empresas informais, embora transpareçam que práticas de informalidade, como comercialização por sacoleiras, sejam utilizadas, independentemente do tamanho e formalização das empresas.

CAPÍTULO 5 – O ÍNTIMO ESPAÇO DA MODA

Um dos nossos objetivos era gerar dados primários para balizarem as análises sobre a íntima relação que o trabalho a domicílio estabelece com a organização do espaço do bairro de Olaria. Mesmo com a participação em três momentos da FEVEST (Feira de Lingerie de Nova Friburgo), nos anos de 2003, 2004 e 2005 e as inúmeras visitas realizadas, não foi possível obtermos informações mais sistematizadas para subsidiarem as nossas reflexões. Apenas dois contatos ocorreram, sendo o primeiro bastante valioso, com uma proprietária de confecção que subcontrata e terceiriza a sua produção e um outro, parente de um produtor com perfil de produção mais refinado, que se recusou a fornecer quaisquer informações.

Diante das dificuldades encontradas, vamos recorrer aos dados das micro e pequenas empresas formais, elaborados pelo Boletim Estatístico de Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE, 2005; das empresas informais, através da ECINF, 2003, IBGE, e das informações parciais do Censo da Indústria Têxtil e de Confeccões de Nova Friburgo, promovido pelo Instituto de Economia da UFRJ e SEBRAE/RJ em 2003, para nos aproximarmos da possível trama que o trabalho a domicílio tece, intimamente, nesse espaço.

Sabemos que estatísticas têm de ser abraçadas com cuidado diante dos critérios selecionados e das informações fornecidas, na medida em que representam fragmentos da totalidade social e respostas de pessoas sujeitas as mais diferentes pressões, portanto, dispostas, ou não, a revelar o que é de interesse ou necessário. Não objetivamos fazer nenhuma transferência dos dados secundários utilizados para reconhecer o nosso recorte. O propósito é, a partir das informações geradas dos processos mais gerais de mudanças já analisados, percebermos o quanto nosso objeto de análise se insere nesses “novos” quadros.

Vimos, no Capítulo 3, a importância das 4.605.607 micro empresas formais correspondendo, em 2002, a 93,6% do total das empresas formais

(Tabela 02) que compunham os grandes setores econômicos: Indústria, Construção, Comércio e Serviços, enquanto que as de grande porte, 15.102, participavam, no mesmo ano, de apenas, 0,3% de sua composição. Os dados surpreendem, pois, empresas muito pequenas comumente são reconhecidas como frágeis devido ao baixo nível tecnológico, com condições de produção e relações de trabalho precárias e ciclo de vida curto.

A precariedade de nossa estrutura produtiva é reforçada pelas informações obtidas pela ECINF, em 2003, quando foram pesquisadas 10 335 962 empresas informais (Tabela 06), mais do que o dobro das formais. Do conjunto das informais, 88% eram de pessoas que trabalhavam por conta própria, sendo que 91% delas, trabalhavam sozinhas ou com familiares. O nº de empregadores é reduzido, apenas 12%, assim como a participação de mulheres à frente dos negócios, 3%, entretanto, são elas, 64% que trabalhavam sem remuneração (Tabela 07).

A definição de informal, adotada pelo IBGE, acompanhou as recomendações da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida pelo OIT, em 1993, que tem como foco a unidade econômica produtora de bens e serviços, e não, o trabalhador individual, assim como o fato dessas unidades produtivas terem ou não registro, não servir de critério para a definição de informal, uma vez que não é levada em consideração a situação legal, mas, sim, a sua organização.

Os dados das micros empresas formais confirmam que, embora compusessem mais de 90% da estrutura produtiva do país, apresentaram baixos índices de participação nos salários e rendimentos médios, evidência de baixíssimos níveis de renda e salários e/ou presença de trabalho não pago (Tabela 04), apontando, portanto, características que mais se aproximam da informalidade do que do segmento formal da economia.

Vejamos as informações do Censo da Indústria Têxtil e de Confecções de Nova Friburgo. Foram recenseadas 543 empresas de confecção (Tabela 12), tendo 97,2% delas, menos de 50 empregados e 63,9%, até 09 empregados (Tabela 13). Do total das empresas, 345 eram formais, correspondendo a

63,5%, sendo que, 45,2% delas, possuíam até 09 empregados. Quanto as 198 empresas de confecção informais, representaram 36,5% da amostra, com 97,2% possuindo até 09 empregados. Esses números revelam ser o arranjo produtivo, constituído, majoritariamente, por micros e pequenas empresas, com a presença mais marcante dos micros negócios.

Os dados revelam as dificuldades encontradas, diante da alta percentagem 79,6%, de empresas que apresentavam faturamento abaixo de R\$ 244.000,00, (limite estabelecido pelo Estatuto das MPE para classificar a micro empresa), da dependência dos fornecedores locais e de canais de comercialização informais como as sacoleiras e, talvez, a modalidade "sob encomenda" que não está definida no documento, mas que sugere práticas de subcontratação ou terceirização e o nº crescente de empresas, haja vista que no período 1999-2003, foram criadas 214 novas empresas, sendo 132 (62%) informais.

Embora a fonte que recorreremos para obter as informações do Censo não dê qualquer informação sobre o tipo de trabalho da empresa, se por conta própria ou uso de empregados, nem as relações de trabalho que prevaleciam, podemos sugerir, pelo conhecimento adquirido das inúmeras idas ao bairro de Olaria, que as empresas cadastradas como formais, expressando 63% da amostra, aproximam-se das características de informalidade, mesmo aquelas cadastradas no SINVEST. A organização e condições de produção que definem esse conceito permitem que empresas formais, como as recenseadas, sejam analisadas no mesmo quadro de precariedades das informais, havendo, provavelmente, muito pouca diferença entre elas.

Pelos dados da ECINF (2003), 88% das empresas informais pesquisadas eram de trabalhadores por conta própria, sendo que, 91% trabalhavam no domicílio. Essas informações colaboram para amparar, na ausência de dados, nossa percepção da forte presença desse tipo de trabalho, predominantemente feminino, em nossa área de pesquisa.

Os três documentos referentes ao Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo, analisados ao longo de nossa pesquisa, Relatório Final do projeto

“Desenvolvimento do Cluster de Moda Íntima da Região Centro-Norte Fluminense”, da FGV, Relatório Final do projeto REDEIPEA, “Industrialização Descentralizada: SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS”, do IPEA e o “Censo da Indústria Têxtil e de Confecções de Nova Friburgo”, fornecem dados estatísticos sistematizados com fins de caracterizar a empresa de confecção, seu dinamismo, dificuldades e potencial, entretanto, não ocorrendo, portanto, nenhuma informação quanto à força de trabalho empregada ou trabalhando por conta própria, o que dificultou muito as nossas reflexões já que nosso interesse não é empresarial mas, sim, compreender o uso do trabalho a domicílio na construção do espaço da moda íntima. Neste sentido, mais uma vez nos apoiamos em dados e pesquisas que indicam tendências de processos, nos quais nossa escala de análise está inserida.

Melo e Teles (2000), apoiando-se em Souza (1980), destacam a importância da forma de organização da produção para a classificação de informalidade, a partir da diferenciação de formas capitalistas e não-capitalistas. Nas capitalistas, é clara a separação entre o trabalho e o capital, o predomínio de relações de assalariamento e a produção voltada para o mercado. Nas empresas não-capitalistas nem sempre é visível a separação da propriedade do trabalho e dos meios de produção, não sendo o salário a forma mais usual de remuneração do trabalho, considerando, ainda, o autor, não serem organizadas, sob o ponto de vista jurídico.

Melo e Teles (idem:08/09), a partir das propostas de Cacciamali (2001), incluem mais uma dimensão na informalidade: a ilegalidade. Esse setor informal ou submerso representa aqueles que atuam à margem da regulação do Estado, ou seja, em relação às empresas significa a sonegação em vários aspectos: de informações relativas à receitas, compras de materiais, contratação de empregados, dentre outros. Em relação aos empregados, significa atividade fora das normas da legislação trabalhista, como também atividades clandestinas (inclusive algumas ilícitas, à luz do Código Penal, como prostituição e contrabando).

Abreu e Sorj (1994), Lavinias et alli (1998/2000) e Teixeira et alli (1980/1981), em suas pesquisas sobre o setor de confecções analisam não só as precárias condições trabalho a domicílio, assim como a sua permanência e expansão, diante das transformações ocorridas devido aos processos de reestruturação e fragmentação produtiva. Leite (2004) em estudo sobre a indústria de confecções, na cidade de São Paulo, também registra as dificuldades encontradas pelas pequenas e médias empresas para sobreviverem em mercados cada vez mais competitivos e o recurso ao trabalho sem registro, como o temporário e a domicílio, como instrumento de redução de custos.

Leite (idem) analisa os impactos sofridos pela indústria têxtil e de confecções, com a abertura comercial e a crise econômica na década de 1990. A reestruturação do setor beneficiou as empresas com capacidade de inovar, o que quer dizer, restritas às fases anteriores à costura: *design*, encaixe e corte, com equipamentos de controle numérico e sistemas CAD/CAM¹. Na principal etapa do ciclo produtivo, a costura, que representa 80% do trabalho vivo, a defasagem tecnológica não tem ocorrido, que *"faz com que a indústria de confecção ainda se estruture no binômio máquina de costura/costureira"* (idem:63). Neste sentido, as mudanças têm se concentrado no topo da cadeia, promovendo a eliminação de inúmeras empresas e a expansão daquelas de menor porte, sobretudo de empresas informais.

O processo de externalização da produção, freqüente em nossos dias com a intensificação da terceirização, é tendência tradicional no setor de

¹ CAD (Computer Aided Design –Desenho Assistido por Computador) sistema de software para desenho técnico que contém recursos que permitem maior rapidez na concepção dos projetos e cálculos necessários. CAM (Computer Aided Manufacturing – Manufatura Assistida por Computador) permite a aplicação da concepção do processo de trabalho para as máquinas computadorizadas. É o complemento na fase de operação ao CAM (Júlio, 2003:126).

confeccões, entretanto, Amorim (2003, p. 88, grifos nossos) citada por Leite (2004:64) adverte:

a terceirização foi aprofundada não só por ter se difundido entre empresas de diferentes tamanhos, mas por ter suas distintas modalidades de subcontratação resgatadas e generalizadas como sendo a melhor alternativa para se obter lucratividades em escala ampliada. Entre estas modalidades destacam-se a revitalização do trabalho domiciliar e a implantação de cooperativas. *Como os salários pagos pelo de confecção são baixos, os empregadores procuraram reduzir os custos com os encargos sociais e com os gastos da produção, transferindo-os para as trabalhadoras a domicílio ou para as trabalhadoras em cooperativas.*

Se o processo de terceirização vem expulsando o trabalho das indústrias de confecção e favorecendo o crescimento do trabalho informal, a domicílio, esse quadro se agrava, tendo em vista ser, esse tipo de trabalho, essencialmente, feminino. Acompanhando as análises de Abreu e Sorj (1994) e Teixeira et alli (1980/1981) apresentadas no Capítulo 1, Leite (2004) adverte que as tendências de terceirização do setor se somam a uma realidade da divisão sexual do trabalho que torna, especialmente as mulheres casadas e com filhos, uma clientela disponível para esse tipo de emprego. Portanto, é a partir dessa articulação que poderemos compreender *"as razões que levam esse grupo de mulheres a estar disponível para o mercado de trabalho a domicílio"* (Abreu e Sorj, 1994:149).

Recorrendo à pesquisa desenvolvida por Nunes Filho (2000:251), o mesmo autor (2004:81), indica que o estado civil da mulher não parece ter relevância na "escolha" do trabalho a domicílio, mas, sim, a condição de mãe e a responsabilidade dentro do lar, indicando a tradicional divisão dos papéis masculinos e femininos, representações de gênero na sociedade, isto é, supostas capacidades e "lugares" que têm homens e mulheres nas esferas da produção e da reprodução social.

Leite (2004:66/67) esclarece que o tradicional aprendizado da costura como parte da formação das meninas, é, sem dúvida, um importante fator na preponderância do trabalho feminino no setor. Diante do fato desse aprendizado ser adquirido informalmente, como parte da socialização feminina, não é reconhecido como qualificação profissional, mas, sim, uma qualidade

peçoal da costureira, o que favorece, aos empregadores, baixas remunerações, equivalentes ao trabalho sem qualificação.

Ainda lembra Leite (2004), que as condições que sempre existiram para a utilização do trabalho feminino a domicílio, soma-se à intensa busca por “flexibilização” que caracteriza o setor, reconhecido por ser intensivo em trabalho e buscar competência em estratégias de redução de custo.

A feminização do trabalho a domicílio é uma marca nesse tipo de atividade, entretanto, a sua expansão decorre de uma dinâmica mais geral: a tendência do crescimento da atividade feminina nas últimas décadas cujas explicações, necessariamente, decorrem da combinação de fatores econômicos, demográficos e culturais que vêm ocorrendo em nossa sociedade (Wajman et alli, 1998). Afirmam os autores que há evidências do aumento, em escala mundial, da participação feminina no mercado de trabalho, ao longo dos anos de 1970 e 1980, acompanhando as mudanças nos padrões de comportamento e na atribuição de valores sociais das mulheres, influenciados pelos movimentos sociais do período (idem:2430).

Reconhecem, também, que a crescente urbanização e acelerado ritmo de industrialização dos anos setenta favoreceram a entrada de novos trabalhadores, inclusive mulheres. Já os anos de 1980 (idem:2431), foram marcados por um intenso processo de terceirização da economia, o que possibilitou a expansão de atividades notoriamente associadas às atividades femininas, menos convencionais e pouco rentáveis, sem proteção laboral ou previdenciária, realizadas muitas vezes no próprio domicílio ou na rua ou em jornadas parciais de trabalho (idem:idem). Com apoio em Bruschini e Lombardi (1996), os autores ressaltam que em paralelo a esse quadro de precarização, ampliaram-se, também no setor formal, ocupações de melhor qualificação, rendimentos mais compensadores e benefícios trabalhistas (idem:2432).

Bruschini (2000) em referencial pesquisa sobre a participação das mulheres, em comparação à dos homens, no mercado de trabalho brasileiro, no período de 1985 a 1995, aponta as profundas transformações pelas quais

passou o país, nos primeiros anos da década de 1990, tanto no plano estritamente econômico como político, atingindo estruturalmente os setores geradores de empregos formais. Nesse movimento, a autora destaca (idem:24):

a indústria, que se reestrutura para fazer face à concorrência internacional; o setor financeiro, atingido pela crescente automação,... e por um crescente número de fusões e aquisições; as estatais, que, à medida que vão sendo privatizadas, são obrigadas a se desfazer de parcelas significativas de seu pessoal; e a administração pública, cuja reorganização começa a se traduzir numa diminuição do número de servidores públicos. Com tudo isso, as chances de se conseguir um emprego formal nos últimos anos foram reduzidas em quase 10 pontos percentuais nas principais regiões metropolitanas. Até aqui, a principal contrapartida desse processo foi a crescente precarização das relações de trabalho e, sobretudo, um aumento do trabalho por conta própria (IPEA, 1996).

Já o DIEESE (2005:03), em março de 2005, divulgou pesquisa sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, no período de 1998 a 2004, permitindo-nos obter informações da evolução do trabalho feminino, do final da década de 1990 aos primeiros anos do século XXI, tendo como base, os dados de quatro áreas metropolitanas, além do Distrito Federal.

Tabela 19: Taxa de participação segundo sexo. Regiões metropolitanas e Distrito Federal – 1998 e 2004

(em %)

Regiões Metrop.	1998		2004		Var. 2004/1998	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
B.Horizonte	47,7	68,6	54,1	68,1	13,4	-0,7
D. Federal	54,2	70,8	58,6	71,4	8,1	0,8
P. Alegre	46,1	68,4	49,8	66,8	8,0	2,3
Recife	43,6	65,8	43,2	62,5	-0,9	-5,0
Salvador	52,5	68,7	55,5	69,3	5,7	0,9
São Paulo	50,8	73,3	55,5	73,0	9,3	-0,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego. Elaboração: DIEESE

Apesar da tabela indicar a predominância da participação masculina em todas as regiões, mantiveram-se estáveis ou apresentaram declínio, como em Belo Horizonte, Recife e São Paulo. Quanto à feminina, os índices de 2004 apresentaram significativo crescimento em relação a 1998, chegando a 13,4 em Belo Horizonte e 9,3, em São Paulo.

Informações importantes também constam da pesquisa, acompanhando as análises de Leite (2004), Bruschini (2000) e os resultados da ECINF (2003) quando demonstram a crescente tendência de precarização da força de trabalho feminina, que apresenta os índices mais elevados de contratação não formalizada, chegando a mais de 50% nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador, em 1998 e nesta última, também em 2004 (idem:05).

Dados também interessantes são os extraídos da PNAD que indicam o crescimento de 33,5% das famílias brasileiras, no período 1993 e 2003, sendo 72,6%, o número de lares chefiados por mulheres, ao longo desses dez anos (idem:08). As informações referentes às regiões metropolitanas confirmam essa tendência, ocorrendo uma queda de participação, em todas elas, das famílias chefiadas por homens com filhos e a presença do cônjuge, movimento contrário das famílias chefiadas por mulheres com filhos sem o cônjuge (idem:10).

Acreditamos que a nossa área de pesquisa insere-se nos processos de terceirização, de expansão de formas de trabalho como “a domicílio” e a feminização do mercado de trabalho, mesmo que só tenhamos tido oportunidade de estabelecer contato com uma confeccionista.

O espaço da indústria de moda íntima do bairro de Olaria é um espaço que apresenta escalas espaciais de produção: as lojas-fábrica, aqueles que não têm loja, pois dependem de quem produza para si e a produção “nos fundos da casa”. Pelo Censo da Indústria Têxtil e de Confecções de Nova Friburgo, apenas 12% das empresas tinham como canal de comercialização as suas próprias lojas. É aí que assume fundamental importância o trabalho a domicílio, pois é através dele que é gerada grande parte da produção.

O arranjo produtivo de Olaria é composto, majoritariamente, por lojas mais populares embora haja, também, aquelas com produtos mais refinados, em condições de participarem da grande feira anual a FEVEST, como tivemos a oportunidade. Foi interessante acompanhar, ao longo do tempo, a evolução desse evento porque só em 2004 é que confecções de Olaria fizeram parte da exposição, chamando-nos a atenção, o fato dessas empresas ficarem agrupadas, formando como um setor distinto do restante dos outros expositores, com uma grande placa escrita com o nome: OLARIA (em nenhum outro local do evento havia referência da procedência do produto, podendo indicar duas situações antagônicas: o reconhecimento do espaço produtivo ou **ser** Olaria). Entretanto, o padrão local acompanha aquele sintetizado no

Censo: produtos de menor qualidade que traduz maquinário mais antigo, pouco treinamento profissional e restrições à inovações.

A grande maioria das lojas apresenta produtos bastante comuns e inúmeras vezes observamos a chegada de mercadorias, sempre em grandes sacos de plástico escuros retirados de malas do carro. A oferta das lojas é de incontáveis modelos, absolutamente diferentes uns dos outros, a preços absurdamente baixos. Sempre me perguntava: como tudo diferente? Talvez hoje saiba a resposta: porque são de inúmeras costureiras que fazem, cada uma, um modelo.

Leite (2004), entretanto, observou em pesquisa sobre o trabalho a domicílio em confecções na cidade de São Paulo que quem comanda o mercado das confecções não se encontra na produção, mas na distribuição. Refere-se, particularmente, aos grandes atacadistas que definem as tendências da moda e, a partir daí, é que são feitos os pedidos. A saída encontrada pelas empresas confeccionistas é terceirizar a sua produção, utilizando, com muita frequência, o trabalho a domicílio.

Esse processo já foi por nós analisado, a partir da pesquisa desenvolvida por Teixeira et alli (1980/1981), em butiques e pequenas confecções do Centro e de Copacabana, bairros da cidade do Rio de Janeiro. Alertam-nos que há uma profunda relação entre o capital industrial e comercial no setor de confecções, indo desde as pequenas fábricas até à indústria de vestuário, butiques, feiras de moda, grandes centrais comerciais e magazines. Afirmam, também, que são os baixos custos do trabalho a domicílio que propiciam a multiplicação de fabriquetas, exatamente como encontramos no bairro de Olaria. Portanto, nas escalas de subordinação quem é o responsável pela "produção", é quem trabalha a montagem de peças já concebidas e cortadas pelo comprador, o trabalhador a domicílio.

O trabalho a domicílio integra o cotidiano da família e o da produção, sobrepondo-os, intercalando múltiplas práticas, distintas territorialidades. O espaço da indústria de moda íntima surge como uso, da reprodução da família através do aprendizado adquirido por ex-operários de fábricas voltadas para a

produção de confecção, rendas e acessórios em couro, quando dispensados, receberam máquinas de costura como forma de pagamento dos compromissos trabalhistas.

O espaço de moda íntima do bairro de Olaria é constituído por uma população de baixa renda, pois, esta, parece ocupar-se produtivamente no próprio local, seja como costureira de loja de confecção ou como costureira a domicílio. Suas formas-conteúdo expressam-se, portanto, em lojas que tem a sua "fábrica" no andar superior, ou em outro lugar, lojas sem fábrica (onde está a sua produção?), casas-fábrica e casas-trabalho, múltiplas territorialidades, embaladas pelo som que emana das janelas fechadas mas, que se materializa, no horário do almoço através das mulheres sentadas à beira da calçada, aguardando o momento de recomeçar a oculta jornada.

As fotos, a seguir, foram tiradas em uma mesma via de acesso que faz parte de um conjunto de ruas que concentra dezenas e dezenas de lojas, fábricas, casas do trabalho. O objetivo é demonstrar as formas-conteúdo sugeridas.

Foto 1- Exemplo de "empresa-Pólo"



A empresa "Lucitex" representa um pouco a história do lugar. Em 1978, sua proprietária pediu demissão da antiga "FILÓ", do Grupo Triumph, para cuidar dos filhos. Comprou uma máquina de costura e passou a produzir peças íntimas. Hoje, conta com 150 funcionários, produz 1,5 milhões de peças anuais e é um dos membros do consórcio de exportação AFRIC. É um exemplo de "empresa-Pólo" assim como a "Suspiro Íntimo", ao lado, que segue o mesmo padrão de qualidade da "Lucitex".

Foto 2- Exemplo de loja sem fábrica?



A loja da foto 2 pode ser uma das lojas sem fábrica, isto é, uma das formas-aparência que constituem o espaço de Olaria por apenas loja de vendas de produtos que compra via terceirização, aliás, prática que deve ser freqüente, mesmo em lojas-fábrica, como constatamos com D.C., em um dos nossos trabalho de campo.

Foto 3 – Exemplo de loja com/sem fábrica?



Essa imagem não parece ser apenas de uma loja que vende peças íntimas. Não há letreiro na fachada e nem qualquer identificação. À esquerda há um corredor que é fechado, permitindo, apenas, a passagem para a loja. A produção pode estar nos fundos, no andar de cima ou no domicílio de alguém. É a imagem de uma possível empresa informal, a forma mais freqüente no bairro.

Fotos 4 e 5- O espaço cotidiano de Olaria



As duas fotos representam o mesmo lugar, um espaço do cotidiano produtivo do bairro de Olaria. Resolvemos colocá-las juntas devido à segunda, a que mais nos interessa ter ficado pouco nítida. Reparem que a primeira é a entrada para as lojas, como se fosse um beco, onde ficam expostas algumas mercadorias. Ao fundo e à direita estão algumas “portinhas”, minúsculas lojas com grande evidência de serem ilegais. Naquele momento, não percebemos se havia alguém trabalhando “nos fundos” das lojas, mas já presenciamos, em uma delas, uma costureira confeccionando sobre o balcão, peças bastante populares.

Foto 6-Onde está o trabalho que constrói o arranjo produtivo?



Nossa intenção com essa imagem é mostrar como se organiza o arranjo do bairro, forma-aparência da produção. São casas em ladeira, subindo as encostas, onde se encontra velado o trabalho a domicílio, espaço produtivo fundamental para a reprodução do arranjo.

O crescimento do espaço da moda íntima modificou a lógica reprodutiva local na medida em que, a tradição fabril, até então, era constituída de tempos forjados pela lógica taylorista/fordista, portanto, mais longos e repetitivos nos quais se inseria a produção de peças íntimas, valores de uso tornados mercadorias para compor a reprodução societal. Seu acelerado crescimento, além de expressar as conseqüências dos antagonismos estruturais vividos pelo capital em momento de "crise", o desemprego, decorreu, de fato, de sua própria lógica expansionista que modifica a relação do tempo de uso social.

A partir do instante em que os meios de produção são convertidos em capital, o seu desenvolvimento não é mais para atender as necessidades humanas, mas para converter-se de novo em capital, em um ciclo de auto-reprodução ampliada, onde os ganhos de produtividade sempre alteram o padrão de consumo, assim como a maneira pela qual são utilizados tanto os bens a serem consumidos, como os instrumentos com os quais são produzidos.

Esse movimento modifica o tempo de uso das mercadorias, ou seja, a taxa decrescente de utilização dos bens e serviços socialmente produzidos, alterando a proporção variável da atividade produtiva dos bens consumidos mais imediatos, aqueles com um ciclo de vida mais duradouro assim como dos equipamentos empregados.

A chamada acumulação flexível, isto é, a expansão e (des)(re)construção do capital, acelera a taxa decrescente de uso pois as mudanças inter e entre as empresas, com a adoção de tecnologias informacionais, a expansão de relações terceirizadas e subcontratadas proporcionam uma maior diversidade de produtos e serviços em tempos cada vez mais reduzidos e de menor custo do trabalho. Formas não tão modernas, mas bastante precárias, como o trabalho a domicílio, também fazem parte dessa racionalidade e são essas relações de produção que, majoritariamente, constituem o espaço de moda íntima do bairro de Olaria.

Em Olaria, podemos observar que o conjunto das "empresas", de fato, lojas de confecções, trabalham com uma imensa diversidade de peças que se diferenciam nos detalhes, na qualidade, evidenciando a desigualdade existente

em seu interior, pois ao lado de lojas mais sofisticadas, espalham-se aquelas mais populares, enfileiradas pelos cantos das ladeiras, oferecendo produtos mais baratos. O que propicia ser esse espaço tão fragmentado, com uma produção tão diversificada?

Essa imensa variedade de peças é fruto da aprendizagem e habilidade do trabalho que é essencialmente feminino, de mulheres que cresceram tecendo a história fabril do lugar. Antunes (2000; 61/99) também aponta, como Bruschini (2000), um crescente aumento da participação do trabalho feminino no mundo do trabalho, chegando mesmo a superar o contingente masculino mas, esse aumento ocorre em setores onde predominam formas desregulamentadas e com remunerações menores que aquelas obtidas pelo trabalho masculino, conforme vimos no Capítulo 1, com a pesquisa desenvolvida por Teixeira et alli. Na divisão sexual do trabalho (seja no mercado de trabalho ou no interior da família) sempre coube à mulher as tarefas de menor qualificação, mais rotinizadas, intensivas e precárias que cada vez mais se acentuam ao longo das transformações do movimento do capital em busca de maior “flexibilização”, conforme analisa Hirata (2001/02:143), citada por Nogueira (2004:253):

Em relação ao emprego masculino, a autora afirma que houve uma regressão e/ou estagnação. Já o emprego e o trabalho feminino remunerado cresceram. Paradoxalmente, apesar de ocorrer um aumento da inserção da mulher trabalhadora, tanto no espaço formal quanto no informal do mercado de trabalho, ele se traduz, majoritariamente, nas áreas em que predominam os empregos precários e vulneráveis.

O crescimento do trabalho feminino tem ocorrido, sobretudo, em relações marcadas pela precarização de suas condições como o trabalho parcial, informal, onde ficam mais acentuadas as diferenças de remuneração por gênero. Além disso, há mulheres que acumulam duas jornadas de trabalho: uma no interior da casa, reproduzindo o espaço da família, da força de trabalho e outra no espaço do capital porém, há mulheres que sobrepõem essa dupla jornada no interior de seu próprio lar : um momento é o espaço da reprodução familiar e em um outro é o da mercadoria, usos diferentes, porém, organicamente integrados (Lavinhas et alli (1998/2000; Abreu e Sorj (1994) e Teixeira et alli (1988).

O espaço da moda íntima de Olaria, além de ser constituído por micros e pequenas confecções, confirmado pelo Censo Têxtil e de Confecções, é um espaço racionalizado da mercadoria, contém inúmeras atividades produtivas no interior das residências, nos fundos das casas, envolvendo a família. É um trabalho predominantemente feminino que reproduz o duplo espaço: do uso e da mercadoria, porém, esse universo não é homogêneo, pois há diferentes formas de apropriação do trabalho doméstico.

No CAPÍTULO 1, Abreu e Sorj (1994) pesquisando um grupo de costureiras e alfaiates constataram as desigualdades existentes entre eles seja através das baixas remunerações e da sobrecarga do trabalho da costureira ao conjugar, em sua casa, o trabalho da fábrica e o do lar, enquanto os alfaiates, em salas alugadas, privavam de uma relativa autonomia, além de terem a oportunidade de formar uma clientela particular. A "qualidade feminina", adquirida em sua socialização para reproduzir a unidade doméstica, torna a mulher costureira cativa das imposições do contratante, obrigando-as a contar com parentes para atender os prazos de entrega e conjugar as tarefas da reprodução da família.

Melo et alli (2005) desenvolveram pesquisa para mensurar as atividades realizadas no interior dos domicílios, o trabalho doméstico, diante da enorme importância que possuem para a reprodução da família, da sociedade, e não serem contabilizados no Produto Interno Bruto do país. Chamam a atenção (idem: 07/09) que estudos dedicados à compreensão do aumento da participação do trabalho feminino, muitas das vezes restringem-se a categorias estatísticas no âmbito da produção e da circulação, negligenciando o seu papel na reprodução das relações sociais, da totalidade social.

Os serviços domésticos remunerados, prestados por trabalhadores autônomos, são considerados serviços não-mercantis, cujo valor é medido pelo valor das remunerações dos trabalhadores autônomos ocupados nessa atividade, excluindo, portanto, o serviço doméstico executado por conta própria ou sem remuneração, fazendo com que as pessoas que exerçam os afazeres domésticos sejam consideradas como população inativa

(idem:14/15). O Sistema de Contas Nacionais² justifica tal exclusão devido os serviços de uso próprio não exprimirem a realidade do mercado capitalista, não estarem associados a um equivalente de renda.

Em países como o nosso, com altas taxas de desemprego e baixos salários, nem sempre exercer atividade remunerada é mais atraente do que os afazeres domésticos. E neste sentido, argumentam Melo et alli (idem:16):

A despeito de não serem contabilizados (valorados, contados, valorizados), o serviços produzidos no processo de execução dos afazeres domésticos existem e contribuem de fato para aumentar a disponibilidade de serviços da família e, portanto, o bem estar familiar. A diferença entre os dois, o gerado pelo emprego doméstico remunerado e o gerado sem remuneração, é unicamente gerar ou não um fluxo de rendimentos.

Adotando estatísticas geradas pela PNAD e de bens e serviços não mensurados em estatísticas econômicas, os autores concluem que, em 2004, as atividades domésticas corresponderam a 12% do PIB de nosso país, 225,4 bilhões de reais, sendo 82% (185 bilhões) gerados pelas mulheres (idem:02).

Melo et alli (idem:11/12) argumentam que o desconhecimento da especificidade da contribuição das mulheres subestima as práticas por elas exercidas no espaço familiar e produtivo, tornando-as invisíveis. Neste sentido, a utilização do conceito de gênero possibilita reconhecer as diferenças nas relações entre homens e mulheres, a partir de suas posições e papéis na sociedade, resgatando os múltiplos papéis exercidos pelas mulheres.

Antunes (2000:106/107) recorre a Hirata (1995:86/87) para demonstrar a secundária posição da mulher, em estudo realizado entre Japão, França e Brasil, abarcando empresas matrizes e suas filiais. A autora chama a atenção da simplificação de grande parte das análises sobre a emergência de

² O Sistema de Contas Nacionais segue basicamente as recomendações das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional, Comissão das Comunidades Europeias, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e Banco Mundial explicitadas no manual das Contas Nacionais – System of National Accounts 1993 [(SNA), IBGE, 1997], Melo et alli (2005:12).

novos paradigmas produtivos, diante de contextos sociais profundamente diferenciados, advertindo, que:

Os empregadores reconheciam facilmente, nos estabelecimentos dos três países, as qualidades próprias da mão-de-obra feminina, mas não havia o reconhecimento dessas qualidades como sendo qualificações. (...) Os movimentos de taylorização/destaylorização não vão no mesmo sentido nos países muito industrializados e nos países "semi-desenvolvidos", como o Brasil.

Abreu e Sorj (1994), Teixeira et alli (1986), Lavinias et alli (1998, 2000) e Leite (1994) analisaram o trabalho a domicílio em indústrias de confecção e a precarização do trabalho no Brasil, particularmente o feminino, apontando como um dos instrumentos de agravamento da desigualdade na divisão sexual do trabalho, o não reconhecimento da habilidade, ou mesmo treinamento, como no caso do trabalho de costura, a objetivação do trabalho a domicílio, como uma qualificação.

Hirata (2002:280) considera que a divisão sexual do trabalho se constitui em um dos aspectos da divisão social do trabalho onde a dimensão opressão/dominação está grandemente presente: (...) *embora as modalidades mudem, a verdade é que a divisão sexual do trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino.*

Neves (2000:171/177) desenvolve interessante reflexão sobre a rearticulação do metabolismo do capital, denominado de reestruturação produtiva, a qualificação e as relações de gênero. Afirma que a entrada de novas tecnologias baseadas na microeletrônica tanto nas indústrias como nos serviços provocaram profundas mudanças no processo produtivo e na organização da empresa, promovendo a diminuição da integração vertical, redimensionando a horizontalização da produção, repercutindo nas condições de trabalho, nas formas de gestão e exigências de qualificação.

Para a autora, a qualificação do trabalhador compõe um conjunto de saberes escolares, técnicos e sociais, envolvendo escalas multidimensionais, nas relações conflitantes entre capital e trabalho. Nos novos contextos, passa a ser definida como competência, noção que se centra na habilidade individual de mobilizar resoluções, envolvendo o trabalho, também, a gestão. É na mais íntima relação com a empresa, que as desigualdades se acentuam.

Reafirma a autora (idem), que a relação entre tecnologia e trabalho feminino é definida muito mais pelo conteúdo ideológico, do que pela competência técnica. A qualificação atribuída às mulheres é definida pela educação informal, pela experiência nas tarefas domésticas não reconhecidas, como destacam Melo et alli (2005), ao projetarem a participação desse tipo de trabalho na riqueza do nosso país, assim como Lavinias et alli (1998,2000), quando demonstra a rotina do trabalho fabril feminino em uma indústria de medidores de energia eletroeletrônicos.

Neves, (idem), aponta que o processo de reestruturação tem desencadeado um heterogêneo conjunto não só de conteúdos de trabalho como de formas de contratação. À tendente necessidade de mão-de-obra qualificada, polivalente, com iniciativa de decisão, para realizar diferentes funções, também correspondem àquelas mais “flexíveis”, como o trabalho a domicílio.

Tomé (2003), em pesquisa realizada junto aos camelôs da cidade de Marília, interior do Estado de São Paulo, objetivou compreender as determinações que impulsionaram as trajetórias desses trabalhadores, partindo do princípio, que os limites de desenvolvimento de capacidades e potencialidades humanas, levassem a uma incapacidade de “empreendedorismo”, entretanto, logo percebeu, que a atividade “informal”, não era “sonho” nem “desejo” daqueles que queriam se ver livres desse jugo.

Para melhor compreender tais “iniciativas”, recorreu, inicialmente, aos pressupostos da chamada Escolha Racional³, ancorada no “individualismo

³ Segundo a teoria da escolha racional, “as condições [objetivas] dependem das preferências se a pessoa decide de antemão eliminar certas opções do conjunto viável, o que pode ser feito para evitar a tentação ou – paradoxalmente – para melhorar uma posição de barganha. Ao contrário, as preferências dependem das condições se a pessoa, consciente ou inconscientemente, adapta o que quer ao que pode obter [...] a pessoa escolherá a ação que acredita mais adequada a seus propósitos, o que não quer dizer que seja a melhor num sentido mais objetivo. A

metodológico”, que tenta explicar todas as ações e relações sociais, através dos indivíduos (idem: 270/271). Neste sentido, esclarece:

Os indivíduos e suas objetividades são concebidos de maneira autônoma, isto é, estes escolheriam o que fazer e como agir em determinadas circunstâncias, depois de uma análise racional e justa das condições objetivas em que se encontram. Escolheriam a melhor ação, baseados em valores, motivações pessoais, preferências, crenças, enfim, naquilo que fizesse algum sentido, que tivesse algum significado para eles. Portanto, se as “escolhas” desses indivíduos os levarem à pobreza, a crises, falências, dificuldades financeiras, etc, não quer dizer que foram vítimas do modelo de organização social que os subsume ao capital. Na verdade, estariam sofrendo as conseqüências de suas próprias escolhas.

A teoria da “escolha racional”, portanto, concebe o homem de forma parcial, quando atribui qualquer acontecimento às ações e “escolhas” dos “indivíduos”. A autora deixa claro que (idem: 272):

o homem, enquanto ser inorgânico, orgânico e social, um complexo de ser, se constrói como indivíduo em sociedade, (...), este indivíduo só pode ser compreendido quando analisado em relação à função que ocupa no interior do complexo social.

Os indivíduos, afirma, fazem suas escolhas entre as alternativas postas pela totalidade social, *em circunstâncias que não foram criadas por ele, mas pela totalidade deste “complexo-dinâmico-social”* (idem:273):

Assim, os limites das ações individuais, que também passam pelo crivo dos valores e concepções de mundo, em uma sociedade orientada para a acumulação e reprodução do capital em escala mundial, reduz ainda mais a “margem de manobra” do indivíduo quanto mais baixo ele estiver posicionado na estrutura de classes (idem:idem).

As afirmações de Neves (2003) aproxima-nos do espaço de moda íntima do bairro de Olaria. Os documentos que analisamos sobre o Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região “Desenvolvimento do Cluster de Moda Íntima da Região Centro-Norte Fluminense” elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e o Relatório Final do Projeto REDEIPEA, sob a forma de coletânea, intitulada “Industrialização Descentralizada: Sistemas Industriais Locais”, assim como o “Censo da

explicação em termos de escolha racional incorpora uma exigência sobre a relação entre ação, motivos e crenças”. Cf Elster, J. Marx Hoje, p.40-41. (Tomé, 2003:270)

Industria Têxtil e de Confecções de Nova Friburgo”, realizado pelo Instituto de Economia da UFRJ junto com o SEBRAE, demonstram o baixo nível tecnológico e de qualificação das confecções locais, relacionando-as, particularmente, os dois primeiros, à predominância da informalidade.

Há um consenso velado de que, as dificuldades enfrentadas pelo arranjo local, deriva da incapacidade empresarial dos micros e pequenos negócios, como se essa condição fosse deliberada pelas pessoas que neles estão, pelas escolhas que fizeram já que não há outras. Como Neves (idem) alerta, o indivíduo faz “escolhas” entre as alternativas colocadas pela forma de organização e reprodução da totalidade, limitando as suas ações, de acordo, com o seu posicionamento na estrutura social.

O trabalho a domicílio é, comumente, interpretado como um expediente de geração ou complementação de renda, permanentemente ligado às condições de pouco aprendizado formal, obsoletos instrumentos de trabalho e longas jornadas para cumprir o prazo das tarefas. É uma escolha “sem saída” para as pessoas que dele sobrevivem, diante do conjunto articulado de relações que constroem essa “opção”. Articulado aos afazeres domésticos, torna a reprodução da família um cativo.

Pressupomos que evidenciamos ser o espaço da moda íntima do bairro de Olaria composto, majoritariamente, por empresas que, mesmo sendo reconhecidas como formais, reproduzem, em sua forma de organização, condições de informalidade. O espaço de Olaria, a forma, tem como conteúdo, práticas veladas pela pressão da ilegalidade. A organização da produção revela a subordinação planejada do capital, como das lojas-fábrica ou lojas sem fábrica, como dos expedientes daquelas que reproduzem o trabalho “fabril”, o que Mello e Teles (2000:07) denominam de formas de produção capitalistas e não capitalistas de produção. Lavinhas et alli (1998, 2000), advertem que as relações de assalariamento, previstas na CLT, não distinguem o local do trabalho, sendo levadas, em consideração, as condições de subordinação de quem trabalha, e o controle do contratante.

Em um dos nossos trabalhos de campo, tivemos a oportunidade de estabelecer contato com a primeira e única confecção familiar de nossa pesquisa, quando constatamos múltiplas formas de reprodução do espaço do uso (da reprodução das condições da família, portanto, da força de trabalho) e da mercadoria. Inicialmente, conta D.C., ela e o marido participavam da produção da “pequena indústria de confecções”, no puxado atrás da moradia, através do gerenciamento, da compra de matérias-primas e da venda dos produtos enquanto que o trabalho produtivo estava dividido entre costureiras e membros da família (por exemplo: o corte dos tecidos era feito por um irmão que por ter trabalhado em confecção, tinha bastante “habilidade”, aproveitando o máximo possível para não “perder”).

Assim ficaram por algum tempo insatisfeitos, confessou, pois, percebiam que havia uma diferença no ritmo de trabalho das costureiras devido ao grau de parentesco e/ou de relações de vizinhança, que propiciava que o espaço do trabalho se constituísse mais no encontro de afinidades e sentimentos do que na disciplina racional da fábrica, promovendo, portanto, ritmos diferenciados de trabalho, fazendo com que umas esperassem pelo término do serviço de outras.

A racionalidade taylorista não era possível no seio dessas relações o que implicou no casal desistir com o trabalho na “fábrica”, propondo que cada costureira passasse a trabalhar em casa, isto é, recebendo uma quantidade de peças cortadas para serem montadas, ganhando por “tarefa”, por “peça”. Além de subcontratar o trabalho das costureiras, D.C. também comprava peças prontas de uma outra costureira que trabalhava a domicílio, terceirizando, a sua produção. O contato com D.C., permitiu-nos dimensionar a complexidade das práticas sociais que dão conteúdo às múltiplas formas que assume o espaço da indústria de moda íntima de Olaria.

A lógica racional impregnada de racionalidade no cotidiano alienado fez D.C. e seu marido agirem em função de “seus interesses”, determinando novas formas de organização do trabalho e da vida daquelas mulheres, que não tiveram a oportunidade de “escolher”. A imposição do trabalho a domicílio

sobrepõe e integra entre os espaços do uso e da produção de mercadoria, arcando o trabalhador com todos os custos da produção e de sua reprodução, recebendo seu salário em função das peças que produz, o salário por peça.

O salário por peça "*... medido pelo trabalho despendido pelo trabalhador pelo número de peças que produziu*" (Marx, II:134), é uma forma de intensificação e do aumento da jornada de trabalho porque (idem:135/136):

é interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois com isso sobe seu salário diário ou semanal. Ocorre, assim, a reação já descrita ao tratarmos o salário por tempo, abstraindo o fato de que o prolongamento da jornada de trabalho, mesmo permanecendo constante o salário por peça, implica em si e para si uma baixa de preço do trabalho.

O espaço da indústria de moda íntima é reproduzido pelas relações de trabalho predominantemente feminino, bastante intensivo não só através do prolongamento da jornada como, também, da participação de membros da família e com remuneração muito baixa, condicionantes de sua participação à circuitos inferiores da economia local, conforme identifica Santos (2004). É uma multiplicidade de espaços, ora das representações racionais do percebido muito mais do que o concebido, ora oculto, envolvido pelo vivido.

O bairro de Olaria é um espaço apropriado pelo uso, pelo cotidiano, pelo imaginário, mas, também, pela produção da mercadoria que lhe impõe uma divisão do trabalho que ora se reproduz nas representações da racionalidade ora se acoberta no uso, tornando-o um território híbrido, múltiplo, apropriado tanto pelas forças do oculto, do ilegal uso do produtor de mercadorias, como pelo capital que se representa na estrutura, nas lojas-fábrica, nos símbolos, nas imagens de um uso íntimo que virou moda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações na organização da produção e na gestão da divisão do trabalho, ao longo dos últimos quarenta anos, promoveram profundas mudanças na organização das empresas, em seu dimensionamento, em sua localização, na qualificação do trabalho mas, também, expandiu formas antigas e precárias de trabalho assim como também as transformou para continuar sendo rentável ao capital.

A passagem de um paradigma tecnológico metal-mecânico para um eletrônico, informatizado e telemático revolucionou a racionalidade locacional das empresas, tornando-as mais fluidas, permitindo o surgimento ou o incremento de espaços produtivos bastante inovadores como os tecnopólos que se caracterizam por concentrar um capital que ganha cada vez mais poder: a ciência. Ao mesmo, propiciaram uma desverticalização da estrutura organizacional das empresas que procuraram aumentar seus ganhos através do estabelecimento de relações e de valorização de espaços produtivos até então com papel secundário no processo geral de acumulação como os conhecidos distritos industriais, espaços de antiga ocupação, constituídos por um tecido social com forte tradição familiar artesanal-manufatureira e participação dos agentes públicos e instituições locais.

Junto com o aperfeiçoamento tecnológico, tais mudanças podem ser visíveis na logística organizacional através do processo de terceirização. Nos países centrais, a terceirização corresponde, mais sistematicamente, às relações de parceria entre contratante e contratado com vistas aos ganhos de competitividade e de qualidade enquanto que no Brasil, tal processo vincula-se, majoritariamente, à redução de gastos com o trabalho. Ganhos de competitividade e de qualidade também significam redução de gastos com o trabalho, tanto que há uma crescente participação do trabalho em tempo parcial, o trabalho domiciliado, como vimos em Lavinias et alli (1998,2000), entretanto, não envolve um contingente de pessoas tão grande como ocorre em nosso país.

A expansão da terceirização é a expansão das atividades terciárias e, no nosso caso, esse setor sempre foi muito dimensionado devido às condições das estruturas social e econômica que alijam, do mercado formal, uma imensa parcela da população que se vê obrigada a utilizar expedientes de sobrevivência extremamente precários, de muito baixa remuneração. Nosso setor terciário como camelôs, biscateiros, lavadores de carros, flanelinhas, costureiras a domicílio que, embora reconhecidas como atividades “improdutivas”, possuem importante papel no processo geral de acumulação, já que seu baixo custo de reprodução significa manter baixos custos de reprodução da força de trabalho: os salários.

O trabalho de costura, a domicílio, esteve sempre presente na reprodução da família, pois significa “reparar” a peça de roupa, baratear essa necessidade básica, e, ao mesmo tempo, uma importante complementação da renda familiar. Visto como uma forma pré-industrial, portanto, arcaica de trabalho, adquire, hoje, novas roupagens. As novas tecnologias permitem que as relações de trabalho não estejam confinadas em um mesmo lugar, que se realize no domicílio, como ocorre nas atividades ligadas à informática, telemática ou na geração de produtos sofisticados. A sua reprodução atualizada requer novas demandas de qualificação, uma boa infra-estrutura domiciliar e capacidade de iniciativas que configuram um quadro aparentemente de melhores remunerações e maior autonomia do trabalho “sem patrão”.

O trabalho a domicílio, quando integrado às tecnologias informatizadas, possui maior fluidez espacial devido aos fluxos de informação que o colocam diretamente em múltiplos “espaços”, além do domicílio, diferenciando-se das formas identificadas como mais tradicionais que permanecem na residência, integrando-se às atividades do cotidiano já que ele é realizado, predominantemente, por mulheres que cuidam do lar, dos filhos e do trabalho, portanto, um espaço mais restrito, com múltiplos usos, integrados na mesma escala, a casa. É assim que se organiza o espaço produtivo de moda íntima do

bairro de Olaria, da cidade de Friburgo, no município de Nova Friburgo, nosso objeto espacial de análise.

O município de Friburgo concentra a produção de moda íntima da região que é considerada a maior do país. Sua expansão ocorreu a partir dos anos de 1980 quando indústrias foram fechadas, desempregando grande parcela do operariado local. A saída para muitas famílias sobreviverem foi produzir moda íntima, domesticamente, sendo o trabalho a domicílio, portanto, o conteúdo da forma que esse espaço hoje possui.

O arranjo espacial do bairro de Olaria possui duas escalas de produção: a das indústrias formais e das informais. As indústrias formais são aquelas denominadas por Abreu e Sorj (1994) de lojas-fábrica, na medida em que a produção está nos fundos ou no sobrado da loja. As informais estão distribuídas pelas casas que tanto têm fabricação "própria" como, também, a produção terceirizada. A presença da informalidade, da ilegalidade constitui armaduras, bloqueios ao seu acesso, tornando esse espaço um território demarcado, também, por poderes não visíveis, sendo a produção, a sua expressão concreta.

O trabalho a domicílio, predominantemente feminino, permite a articulação do espaço da vida e o do trabalho, territorialidades híbridas, integradoras. Embora prevaleçam as relações de vizinhança e de parentesco na arregimentação do trabalho, são precárias as suas condições, ocorrendo diferentes formas de exploração nessas relações: nos baixos níveis de renda e nas condições de trabalho e ser condicionado e condicionar as tarefas domésticas.

O bairro de Olaria insere-se em um espaço concebido denominado Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região e participa de estratégias que visam criar, no "meio" local, condições para que seja integrado mais efetivamente ao mercado internacional. As iniciativas partiram de interesses empresariais expressos na FIRJAN e no SEBRAE que têm, particularmente, o segundo, suas ações dirigidas para micro e pequenos negócios.

No CAPÍTULO 4 demonstramos o surgimento desses interesses que se inspiram nas experiências dos distritos industriais italianos, referenciais de organização de micros e pequenas empresas constituídas, historicamente, por uma trama de relações sociais, econômicas e políticas, definidoras de uma representação espacial territorializada. Para alguns autores, como vimos no Capítulo 3, os distritos emergem no cenário mundial, projetando formas de organização ancoradas no território que possibilitam, nas escalas locais, os interesses da escala global.

Maillat (2002) analisando o fenômeno da globalização reconhece a importância do território, indicando serem os sistemas territoriais de produção, *frequentemente constituídos por PME, com presença ou ausência de relações de troca e integração interna na cadeia de valor agregado da região* (idem:11), os mais aptos a propiciar o desenvolvimento local e se adaptar à competitividade global. Afirma que tais sistemas são bem integrados à globalização devido à dinâmica de sua organização que é assegurada por regras, códigos e rotinas.

A capacidade de desenvolvimento desses sistemas territoriais, portanto, deriva do "meio", isto é, de um conjunto espacial traduzido por comportamentos identificáveis e específicos, um coletivo de atores (empresas, instituições de pesquisa e de formação, poderes públicos locais e indivíduos qualificados), a presença de empresas e de competências, uma lógica de organização (o que denomina de capacidade de cooperar) e de aprendizado, entendido como capacidade de mudança. Nesse sentido, capacidade de inovação e de gerar conhecimentos são essenciais para a dinâmica e transformação dos sistemas territoriais. Portanto, o meio inovador é a organização territorial onde nascem os processos de inovação, de mudanças (idem:14).

Recorremos a Maillat (idem) para contextualizarmos as reflexões sobre o espaço produtivo de moda íntima representado como Pólo de Moda Íntima de Friburgo e Região.

Vimos, no Capítulo 4, as múltiplas iniciativas que objetivaram criar condições locais que favoreçam as mudanças necessárias para articular o espaço produtivo ao mercado mundial. A primeira delas foi com a inauguração, em 2002, da Plataforma Tecnológica da Cadeia Produtiva de Moda Íntima de Nova Friburgo que se constitui em um foro onde se identificam os chamados gargalos tecnológicos e articula ações para superá-los.

Outras iniciativas de capacitação ocorreram com a implantação de um Centro de Formação Profissional e Transferência de Tecnologia para a Indústria do Vestuário da cidade de Nova Friburgo, voltado para a qualificação da mão-de-obra e a implantação do Projeto de Extensão Industrial Exportadora (PEIEx) que visa apoiar e promover uma cultura exportadora empresarial, intermediando as relações locais-globais. Acreditamos que o coroamento das prioridades ocorreu com a escolha do Pólo para integrar o Programa de Inserção de Municípios no Comércio Internacional, o ExportaCidade.

Essas estratégias correspondem àquelas relacionadas por Maillat (2002) para constituir o território, em meio inovador. A dimensão territorial perpassa por todas essas iniciativas, na medida em que são ações articuladas para espaços produtivos que configurem arranjos produtivos locais, forma territorializada por pequenas e médias empresas que estabelecem relações formais e informais e com as instituições envolvidas. O Pólo, portanto, é um arranjo produtivo local, espaço maquiado do trabalho informal.

Não é preciso perguntar quem será beneficiado com tanta atenção. O discurso dos arranjos produtivos locais está voltado para a empresa, seu desempenho e possibilidades. Embora o SEBRAE justifique suas ações como reorientação de abordagem centrada na consultoria empresarial da firma, para incorporar dimensões variáveis e externas aos negócios (Caporali e Volker, 2004), seu foco, agora, é o conjunto de empresas, onde os custos são socializados.

Vimos, pelos dados do Censo da Industria Têxtil e de Confecções de Nova Friburgo, que o Pólo é construído, por micros e pequenas empresas, predominantemente informais, mesmo as identificadas como formais, devido às condições da organização, pouco faturamento e baixa qualidade do produto. Assumimos, pelo conhecimento do pouco vivido e das características gerais que apresentam as empresas informais, que, também, é muito presente o trabalhador por conta própria, desempenhando seu trabalho a domicílio.

Chamamos a atenção de que estudos elaborados sobre o Pólo convergiram para constatação da pouca capacidade gerencial e profissional das confecções, portanto, dos limites de inovar métodos e gestão produtivas. As iniciativas indicadas são no sentido de reverter esse quadro de dificuldades das empresas que podem arcar com os custos da "modernização". Não surpreende o volume de reais e de intenções para poucos porque o discurso é da forma, a empresa, e, não, do conteúdo.

A modernização, ou melhor, a (re)articulação de dimensões estruturais do metabolismo do capital, é um processo seletivo devido à sua natureza concentradora, portanto, não é para todos, mas todos fazem parte dessa lógica expansionista. Ao mesmo tempo em que são realizadas as mudanças para a sua expansão, permanecem ou são travestidas formas produtivas e de trabalho, como os micros e pequenos negócios e o trabalho a domicílio, supostamente inconciliáveis, com as mais sofisticadas tecnologias.

O espaço de moda íntima do bairro de Olaria faz parte dessa lógica contribuindo, com baixa remuneração e longas jornadas de trabalho, para a construção da imagem do maior pólo exportador de moda íntima do país. O avesso da imagem da moda íntima é a mulher do trabalho, que arremata como laços, a duplicidade de sua casa: espaço do uso e da mercadoria.

O bairro de Olaria é um espaço apropriado pelo uso, pelo cotidiano, mas, também, pela produção da mercadoria, do imaginário, que lhe impõe uma divisão do trabalho que ora se reproduz nas representações da racionalidade ora se

acoberta no uso, tornando-o um território híbrido, múltiplo, apropriado tanto pelas forças do oculto, do ilegal uso produtor de mercadorias, como pelo capital que se representa na estrutura, nas lojas-fábrica, nos símbolos, de um uso íntimo que virou moda.

REFERÊNCIAS:

ABDELMALKI, Lahsen et COURLET, Claude. Introduction Générale. IN: ABDELMALKI, Lahsen et COURLET, Claude. Les nouvelles logiques du développement. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996, pp.11-21.

ALVARES, Gisela. Apoio na exportação. Notícias para MPE'S - Apoio na exportação. (<http://www.sebrae-sc.com.br/noticias>, 21/09/2005).

ANTUNES, Ricardo. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo e SILVA, Maria A. Moraes (orgs). O avesso do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004, pp.13-27.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, São Paulo:Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000a

AZEVEDO, Beatriz. Développement local: industrie, famille et territoire. In: ABDELMALKI, Lahsen et COURLET, Claude. Lês nouvelles logiques du développement. Paris:Éditions L'Harmattan, 1996, pp.189-203.

BARBOZA, Luiz Carlos. Arranjos Produtivos Locais: uma estratégia de política industrial. In: CAPOLARI, Renato e VOLKER, Paulo (orgs). Metodologia de desenvolvimento de Arranjos produtivos locais: Projeto Promos – Sebrae – BID: versão 2.0. Brasília, 2004.

BECATTINI, Giacomo. Os distritos industriais na Itália. In: Urani, André, COCCO Giuseppe, GALVÃO, Alexander Patez (orgs). Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, pp.45-58.

BECK, Ulrich. O que é globalização? Equívocos do globalismo, respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BECKER, K. Bertha e Egler, Cláudio. A.G. Brasil: uma nova potência regional na Economia-Mundo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1993.

BOLETIM ESTATÍSTICO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, Observatório Sebrae, 1º semestre 2005.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistências da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas,SP: ABEP,NEPO/UNICAMP, Belo Horizonte,MG: CEDEPLAR/UFMG e São Paulo: Editora 34, 2000, pp. 13-58.

CACCIAMALI, Maria Cristina e BRAGA, Thaiz. Estudos e análise com vistas à definição de políticas, programas e projetos relativos ao mercado de trabalho brasileiro. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, janeiro/2002.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Padrão de acumulação e processo de informalidade na América Latina contemporânea: Brasil e México. Pesquisa e Debate, SP, volume 12, n. 1(19), p.5-42, 2001.

Caiado, Aurílio Sérgio Costa, RIBEIRO, Thiago Figueiredo Fonseca e AMORIM, Luiz Chagas. Políticas neoliberais e reestruturação produtiva. In: POCMANN, Márcio (org).

Perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, pp.63-146.

CAPOLARI, Renato e VOLKER, Paulo (orgs). Metodologia de desenvolvimento de Arranjos produtivos locais: Projeto Promos – Sebrae – BID: versão 2.0. Brasília, 2004.

CARNEIRO, Maria José, PEREIRA, Jorge Luiz Goes. Confecção Doméstica em Área Rural: Relações de Gênero em Questão, In: "Pesquisa desenvolvida com apoio PRONEX-CNPq", Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, s/d.

CASTELLS, Manuel. La urbanización dependiente em América Latina. In: Imperialismo y urbanización em América Latina. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 1973, pp.7-26.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COCCO, Giuseppe. A Itália das Redes: entre a construção social do mercado e a dimensão pública da produção, In: Proposta, nº 77, Rio de Janeiro, 1998.

COCCO, Giuseppe. Trabalho e Cidadania: produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2000.

COLLI, Juliana. A trama da terceirização. Campinas,SP: Editora da UNICAMP, 2000.

CORÓ, Giancarlo. Distritos e sistemas de pequena empresa na transição. In: Urani, André, COCCO, Giuseppe, e GALVÃO, Alexander Patez. (Orgs). Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, pp.147-197.

COURLET, Claude et PECQUER, Bernard. Districts industriels, systèmes productifs localisés et développement. In: ABDELMALKI, Lahsen et COURLET, Claude. Les nouvelles logiques du développement. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996, pp. 91-102.

COUTINHO, Luciano e Ferraz, João Carlos (Coordenadores). Estado da Competitividade da Indústria Brasileira. Campinas, SP: Papyrus; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

CROCCO, Marco Aurélio; SIMÕES, Rodrigo; BORGES, Fabiana; HORÁCIO, Francisco. O arranjo produtivo de Nova Serrana-MG. In: Industrialização Descentralizada: Sistemas Industriais Locais. Brasília: IPEA, 2001, pp. 323-382.

DAVIDOVICH, Fany Rachel. Estado do Rio de Janeiro: singularidade de um contexto territorial, In: Território/Lajet. Rio de Janeiro: UFRJ, ano V, nº 9 (jul./dez.2000).

DELGADO, Maria Berenice Godinho. Terceirização e trabalho feminino. In: MARTINS, Heloisa de Souza e RAMALHO, José Ricardo. Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo: Hucitec:CEDI/NETS, 1994, pp. 112-122.

DESENVOLVIMENTO DO CLUSTER DE MODA ÍNTIMA DA REGIÃO CENTRO-NORTE FLUMINENSE. Relatório Final. Rio de Janeiro: IBRE/ FGV, 2000.

DRUCK, Maria da Graça. Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, Editorial, 1999.

FARIA, Aparecido de. Terceirização – Um desafio para o movimento sindical. In: MARTINS, Heloisa de Souza Martins e RAMALHO, José Ricardo. Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo: Hucitec:CEDI/NETS, 1994, pp. 41-61.

- FIRJAN. Catálogo da Indústria da Moda do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- GAROFOLI, Giacchino. O Exemplo Italiano. Ensaios Fee. Porto Alegre: (14) 1: 49-75, 1993.
- GATTO, Francisco. Cambio Tecnológico Neofordista Y Reorganización Productiva. Revista Eure, Volume XVI, nº 47, página 7-34, 1989.
- GEORGE, Pierre. Populações ativas. São Paulo-Rio de Janeiro: Difel/Difusão Cultural, 1979.
- GIANNI, Silvano. Instrumentalizar para o desenvolvimento. In: CAPOLARI, Renato e VOLKER, Paulo (orgs). Metodologia de desenvolvimento de Arranjos produtivos locais: Projeto Promos – Sebrae – BID: versão 2.0. Brasília, 2004.
- GURISATTI, Paolo. O nordeste italiano: nascimento de um novo modelo de organização industrial. In: URANI, André, COCCO, Giuseppe e GALVÃO, Alexander Patez (organizadores). Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, pp.77-99.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Território Territórios. Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB – Niterói, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. Territórios Alternativos. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HASENCLEVER, Lia, LOPES, Rodrigo, FERREIRA, Patrícia Moura e MAEDA, Isleide Rosário. A problemática de desenvolvimento local da configuração produtiva de Nova Friburgo. XXII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, Salvador – Bahia – 6 a 8 de novembro de 2002. (<http://INTRANET.planejamento.fiocruz.br/relatrios/simposios/doc>, em 21/09/2005).
- HIRATA, Helena. Nova divisão sexual do trabalho: um olhar voltado para a empresa e a sociedade. Campinas,SP: Boitempo Editorial, 2002.
- IANNI, Octávio. Estado e Planejamento no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.
- IGLIORI, Danilo Camargo. Economia dos Clusters Industriais e Desenvolvimento. São Paulo: Iglu:FAPESP, 2001.
- KIRAT, Thierry et SIERRA, Christophe. Organisation territoriale, institutions et dynamique économique. IN: ABDELMALKI, Lahsen et COURLET, Claude. Les nouvelles logiques du développement. Paris: Éditions L’Hermattan, 1996, pp.57-71.
- KON, Anita. Reestruturação Produtiva e Mundialização da Indústria de Serviços. Textos para discussão 09/2005, PEPGEP, FEA/Departamento de Economia, PUCSP.
- KON, Anita. Transformações recentes na estrutura ocupacional brasileira: impactos sobre o gênero. Relatório nº 19/1999, EAESP, São Paulo.

- KON, Anita. Reestruturação produtiva e terciarização no Brasil. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 7, n.1, maio de 1997, p.149-178.
- KON, Anita. Reestruturação produtiva e terciarização. Relatório de pesquisa nº 29/1997, EAESP, São Paulo
- KUMAR, Krishan. *Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- LA ROVERE, Renata; HASENCLEVER, Lia; MELO, Luiz Martins de. Dinâmica da inovação na indústria têxtil e de confecções de Nova Friburgo – RJ. In: *Industrialização Descentralizada: Sistemas Industriais Locais*. Brasília: IPEA, 2001, pp.383-415.
- LAVINAS, Lena; SORJ, Bila; LINHARES, Leila e JORGE, Ângela. Emprego: questões em desenvolvimento. Documento de discussão 30, 1998, 44 pp.
- LAVINAS, Lena; SORJ, Bila; LINHARES, Leila e JORGE, Ângela. Trabalho a domicílio: novas formas de contratualidade. Textos para discussão nº 717, IPEA, 2000, 48 pp.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1986, pp.10-195.
- LEFEBVRE, Henri. *L'idéologie structuraliste*. Éditions Anthropos, 1971, pp.161-190.
- LEITE, Márcia de Paula. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. *Trabalho, Educação e Saúde*, 2(1): 57-93, 2004.
- LEO, Hildete Pereira de, CONSIDERA, Cláudio Monteiro e SABBATO, Alberto Di. Os afazeres domésticos contam. Texto para Discussão nº 17, UFF/ECONOMIA, Setembro/2005, 24 pp.
- LIMONAD, Ester. Os lugares da urbanização. O caso do interior fluminense. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1996.
- LIPIETZ, Alain. *Audácia: uma alternativa para o século 21*; tradução Estela dos Santos Abreu. – São Paulo: Nobel, 1991.
- LIPIETZ, Alain. *Miragens e Milagres: problemas da industrialização do Terceiro Mundo*; São Paulo: Nobel, 1988.
- MAILLAT, Denis. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 3, N.4, p.9-16, Mar. 2002.
- Malaguti, Manoel Luiz. *Crítica à razão informal*. São Paulo: Boitempo Editorial; Vitória: EDUFES, 2000.
- MARTINS, Heloisa de Souza. Os dilemas do movimento sindical em face da terceirização. In: MARTINS, Heloisa de Souza e RAMALHO, José Ricardo. *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec: CEDI/NETS, 1994, pp.13-40.
- Marx, Karl. Capítulo VI inédito de *O capital*, resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Centauro, 2004.
- Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Vol. 1 (Livro 1 – o processo de produção do capital).
- Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Vol. 1 (Livro 2 - o processo de produção do capital).

MELO, Hildete Pereira de e TELES, Jorge Luiz. Serviços e informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro. Texto para Discussão nº 773, IPEA, Rio de Janeiro, dezembro de 2000, 22pp.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, pp.94-156; 634-659.

MONNERAT, Wania M. da Silva, HASENCLEVER, Lia e NETO, Antonio J. da Silva. Núcleo de desenvolvimento e difusão tecnológica do Instituto Politécnico da UERJ: uma iniciativa estruturante no desenvolvimento do Pólo da Moda da Região de Nova Friburgo. (www.cenprotec.org.br/habitats/trabalhos, 02/09/2005).

MOREIRA, Ruy. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: Limonad, Ester e Haesbaert, Rogério e Moreira, Ruy. Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização? São Paulo: Max Limonad, 2004, pp.123-152.

MORIN, Edgard. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

NABUCO, Maria Regia e MENDONÇA, Marcelo Pereira de. Estratégias de localização do setor automobilístico no Brasil: o caso da Mercedes-Benz. In: NABUCO, Regina Maria, NEVES, de Almeida, e NETO, M. de C. Indústria automobilística: a nova geografia do setor produtivo. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002, pp.47-82.

NAJBERG, Sheila, PUGA, Fernando Pimentel e OLIVEIRA, Paulo André de Souza. Criação e fechamento de firmas no Brasil: Dez. 1995/Dez. 1997. Texto para Discussão nº 79, BNDES, Rio de Janeiro, maio-2000, 39 pp.

NAVARRO, Vera Lucia. A reestruturação produtiva na indústria de calçados de couro em Franca (SP). In: ANTUNES, Ricardo e SILVA, Maria A. Moares. O avesso do trabalho. São Paulo: Expressão popular, 2004, pp.79-152.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas,SP: ABEP,NEPO/UNICAMP, Belo Horizonte,MG: CEDEPLAR/UFMG e São Paulo: Editora 34, 2000, pp. 171-185.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. In: ANTUNES, Ricardo e SILVA, Maria A. Moares. O avesso do trabalho. São Paulo: Expressão popular, 2004, pp.243-284

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro, Edições do GRAAL, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo: Editora Brasiliense, Seleções CEBRAP 1, 1975.

PAIVA, Alice Rangel e SORJ, Bila. Subcontratação e trabalho a domicílio – a influência do gênero. In: Martins, Heloisa de Souza e Ramalho, José Ricardo. Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo: Hucitec:CEDI/NETS, 1994, pp. 62-75.

PESQUISA DA ECONOMIA INFORMAL URBANA – ECINF. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2003.

POCHMANN, Márcio. A década dos mitos. São Paulo: Contexto, 2001.

PRANDI, José Reginaldo. O trabalhador por conta própria sob o Capital. São Paulo:Edições Símbolo, 1978.

PROJETO "CENSO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES DE NOVA FRIBURGO". Sumário Executivo, Instituto de Economia da UFRJ e SEBRAE/RJ, Março de 2004.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1993.

RAMALHO, José Ricardo, SANTANA, Marco Aurélio. A indústria automobilística no Rio de Janeiro: relações de trabalho em um contexto de desenvolvimento regional. In: NABUCO, Regina Maria, NEVES, de Almeida, e NETO, M. de C. Indústria automobilística: a nova geografia do setor produtivo. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002, pp. 83-103.

ROSSITER, Raíssa. Micro e pequenas empresas brasileiras a caminho da internacionalização. Revista Sebrae, v. 14, n. 149, p. , 10/2004.

RUA, João. Urbanização em Áreas Rurais no Estado do Rio de Janeiro In: Marafon, Gláucio J. e Ribeiro, Marta F. (organizadores). Estudos da Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda., 2002, pp.27-42.

SACK, Robert. Human Territoriality. Cambridge, Cambridge Univ. Press (Tradução). (s/d).

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A de e SILVEIRA, Maria Laura (org.) Território; globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1994, pp.15-20.

SANTOS, Milton. Os Espaços da Globalização. Anais do 3º Simpósio de Geografia Urbana. Rio de Janeiro, de 13 a 17 de setembro de 1993, pp. 33-37.

SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

SERGENBERGER, Werner e PIKE, Frank. Distritos Industriais e recuperação econômica local: questões de pesquisa e de política. In: URANI, André, COCCO, Giuseppe e GALVÃO, Alexander Patez (organizadores). Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, pp.101-146.

SINGER, Paul. A economia política da urbanização. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

SOUZA, M^a. da Conceição Sampaio e PIANTO, M^a. Eduarda Tannuri. Sistemas de produção geograficamente referenciados: uma abordagem de falhas de mercado. In: CAPOLARI, Renato e VOLKER, Paulo (orgs). Metodologia de desenvolvimento de Arranjos produtivos locais: Projeto Promos – Sebrae – BID: versão 2.0. Brasília, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A expulsão do paraíso. O "paradigma da complexidade" e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.43-87.

TEIXEIRA, Amélia Rosa Sá B. Teixeira e Ribeiro, Ana Clara Chinelli. Casa e fábrica: um estudo do trabalho fabril a domicílio no Rio de Janeiro, 1980/1981, mimeografado.

TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATUAÇÃO DO SISTEMA SEBRAE EM APL. SEBRAE, julho 2003.

TOMÉ, Geruza. Trabalhadores informais: o caso dos camelôs da cidade de Marília-SP. In: BATISTA, Roberto Leme e ARAÚJO, Renan. Desafios do Trabalho: capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003, pp. 269-291.

TRABALHO E RENDA DA MULHER NA FAMÍLIA. DIEESE, Estudos e pesquisas, ano I – nº 6 – Março de 2005.

WANJMAN, Simone, QUEIROZ, Bernardo Lanza e LIBERATO, Vânia Cristina. O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil. XI Encontro Nacional de estudos Populacionais da ABEP, p. 2429-2454.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/aplssebraeatua.asp (12/10/05)

<http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/arranjosprodutivoslocais.asp> (12/10/05)

www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/aplssebraeatua.asp (12/10/05)

http://www.sebraemg.com.br/arquivos/parasuaempresa/boletimestatisticompe/boletim_e_statistico_mpe.pdf

http://www.pucsp.br/paginas/ensino_pesquisa/pgraduacao.

http://www.eco.unicamp.br/CESIT_TEMP/boletim_cesit.htmlhttp://www.pucsp.br/pos/ecopol/grupos_pesquisa.php

<http://www.eco.unicamp.br/Cesit/index.html>

<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/td.asp>

<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/td.asp#pme>

<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/td.asp>

<http://www.ibge.gov.br/>

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/pas2003/analise/pas2003.pdf>

<http://www.sebraerj.com.br/data/Pages/SEBRAEDF7456D2PTBRIE.htm> (08/10/05)

http://www.sebraemg.com.br/arquivos/parasuaempresa/boletimestatisticompe/boletim_e_statistico_mpe.pdf

<http://www.sinal.redesist.ie.ufrj.br/>

<http://redesist.ie.ufrj.br/nts/nt2/NT37.PDF>

<http://redesist.ie.ufrj.br/arranjos.php>

<http://www.intimafriburgo.com.br/>

<http://www.sebraerj.com.br/main.asp?ViewID=%7B5A3FD41C%2D34B5%2D4D2A%2D8C3C%2DB17595518FEE%7D¶ms=itemID=%7B6CE252C5%2D2620%2D467F%2D9B39%2D338ACA22144B%7D;&UIPartUID=%7BA9795F38%2DD393%2D45C1%2D8663%2D487474ABA870%7D> (08/10/05)

<http://www.sebraerj.com.br/data/Pages/SEBRAECC1A5B39ITEMIDDE38E2B8D245451CB148CAD301D90B89PTBRIE.htm> (03/10/05)

<http://www.sebraerj.com.br/main.asp?ViewID=%7B76001C33%2DEA47%2D457C%2D853B%2D7A18DD5AE679%7D¶ms=itemID=%7BED9889F4%2D4D01%2D41BC%2D8776%2DF082853F2635%7D;&UIPartUID=%7BA9795F38%2DD393%2D45C1%2D8663%2D487474ABA870%7D> (02/11/2005)

http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/publicacoes/pg_revistas_mulheretrabalho_2005.php (26/10/05)

<http://www.fipe.com.br/publicacoes/bif.asp?codigo=3> (30/09/05)

<http://asn.interjornal.com.br/site/> (02/09/05; 10/09/05)

http://www.sebrae-sc.com.br/noticias/mostrar_materia.ASP?CD_NOTICIA=3107
(21/09/05)

<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sdp/proAcao/arrProLocais/arrProLocais.php>
(29/09/05)

www.cenprotec.org.br/habitats/trabalhos (02/09/05)

www.terra.com.br/istoe/1871/economia/1871_polo_intimo.htm (07/09/05)

<http://www.desenvolvimentolocal.ucdb.br/RevistaInteracoes/index.htm> (28/9/2005)

<http://www.anba.com.br/noticia.php?id=260> (02/09/05)

<file://C:\Meus%20documentos\friburgo%20apl.htm> (02/09/05)

<http://sea.search.msn.com.br/dnserror.aspx?FORM=DNSAS&q=www.desenvolvimento.gov.br%2fsitio%2fsecex%2fdepPlaDesComExterior%2fproExportacoes%2f...> (19/09/05)

<http://asn.interjornal.com.br/site/noticia.kmf?noticia=3217537&canal=206> (24/09/05)

<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sdp/proAcao/arrProLocais/arrProLocais.php>
(19/09/05)

www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/projetopromos.asp (05/09/05)

www.sindvest.com.br/polo.php (10/09/05)

www.brazilexportmagazine.com.br (02/09/05)

http://sortimentos.com/acessorios_mercado-moda_intima.htm (10/09/05)

<http://brazilmodal.com.br/detalhe.asp?sec=especial&id=79> (10/09/05)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)